

SONIA APARECIDA FELIPE FERREIRA

**GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA:
UMA QUESTÃO DE QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CURRÍCULO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SONIA APARECIDA FELIPE FERREIRA

**GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA:
UMA QUESTÃO DE QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO**

**Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção
de título de Mestre em Educação e
Currículo, sob orientação da Prof^a Dr^a
Marina Graziela Feldmann.**

**SÃO PAULO
2009**

Comissão Julgadora

Aos meus queridos pais, aos meus irmãos, ao meu esposo e filhos e, em especial, aos meus alunos, considerados em situação de risco, com quem aprendi que vale a pena lutar e jamais desistir!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha querida orientadora, Prof^a. Dra. Marina Graziela Feldmann, que me ajudou e acompanhou o tempo todo com muita paciência e competência, sem nunca desistir de sua orientanda.

Foi tua mão que encontrei, quando realmente precisei. Foram em tuas palavras que me fixei, em que me agarrei com força e dedicação! Tuas palavras me orientaram, mostrando o caminho correto, que eu mais procurava. Sua força interior era tudo que precisava, espero retribuir sua generosidade, de toda alma e coração. Fico feliz por ter sua amizade, e quero sinceramente dizer: VOCÊ É UMA PESSOA MUITO ESPECIAL!

A uma amiga muito especial: Maria Dolores Fortes Alves.

Qualquer hora dessas, o sol vai deixar de brilhar. Mas isso não importa, a lua brilhará dia e noite! Qualquer dia desses, as estrelas vão cair, mas ninguém precisa ter medo, o oceano as receberá em suas águas. Algumas coisas costumam acontecer na hora errada, outras coisas acontecem na hora exata. A sublimidade do ser humano é capaz de tornar as coisas perfeitas. A paz interior de cada um e o desejo de busca influenciam o encontro, mesmo que

o encontro seja virtual, ou imaginário. (Seria a mesma coisa?) Sei que pode se tornar real, por causa da sublimidade e da paz interior, e da busca de felicidade que cada ser tem dentro de si. Busco sem medo... Encontro com medo... Sinto, com desejo... Às vezes correr o risco de não encontrar, é melhor do que nem tentar procurar. Busquei e te encontrei, ou foi você que me encontrou? Bom, o que importa é que o destino é amigo dos homens, e os homens são amigos entre si! Mesmo que o destino se torne nosso inimigo, nós jamais poderemos fazer o mesmo, devemos continuar nos amando. Os amigos se amam. Os verdadeiros... As estrelas nem vão mais cair, nem o céu deixará de ter o brilho do sol, nem as coisas erradas irão acontecer. Por que o amor e a amizade são maiores, e dominam o coração e o espaço. A busca foi verdadeira e o verdadeiro sentido dessa busca é você, que veio para ficar!

RESUMO

FERREIRA, Sonia Aparecida Felipe. GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: uma questão de qualidade e humanização. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. 2009. 135 p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

Sabemos que a educação é de importância ímpar para a formação da cidadania. Contudo, crianças jovens e adolescentes, com histórico de dificuldade de ajustamento socioeducativo e com dificuldade de aprendizagem dos conteúdos escolares, necessitam ações efetivas adequadas às características desse público. O presente trabalho tem por finalidade abordar o papel da escola, do educando, do educador e da família, no processo de inclusão escolar e social dos alunos com necessidades educativas especiais. Dar-se-á ênfase àqueles alunos rotulados, conhecidos como Liberdade Assistida (LA), que tiveram passagem na Fundação Casa e/ou cadeia. O caminho percorrido fez-se pelo estudo de aspectos de uma escola pública localizada na periferia da cidade de Mauá, na qual nos deparamos com uma realidade bastante árdua, com muitos enfrentamentos – desde questões de gestão escolar à falta de estrutura familiar. Diante da realidade encontrada, podemos inferir que se faz necessária uma urgente reformulação dos currículos escolares, investimentos das políticas públicas na educação de base, melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas e formação continuada de professores da rede, de modo que estes possam desenvolver competência pedagógica em seus múltiplos aspectos. Que gestores e educadores sejam humanos, éticos, reflexivos, competentes e que saibam lidar com a diversidade humana, fazendo desta uma possibilidade de crescimento mútuo. Assim, será possível conquistar um mundo onde a inclusão de todos possa ser realmente verdadeira.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão social, inclusão escolar, dificuldade de aprendizagem, gestão, liberdade assistida, formação de professores.

ABSTRACT

FERREIRA, Sonia Aparecida Felipe. ADMINISTRATION AND SOCIAL INCLUSION IN THE PUBLIC SCHOOL: A quality subject and humanization. Program of After-Graduation in Education: Resume. 2009. 135 P. Dissertation of the Master. Pontifical University Catholic of São Paulo. São Paulo, 2009.

We know that the education is of odd importance for the formation of the citizenship. However, young and adolescent children with report of difficulty of the social education adjustment and with difficulty of learning of the school contents, they need appropriate effective actions from these public's characteristics. The present work has for purpose to approach the paper of the school, of the student, of the educator and of the family, in the process of the students' school and social inclusion with special educational needs. He/she will put emphasis that those labeled students, known as Attended Freedom (LA), that had passage in the House Foundation or in prison. The traveled road was made by the study of aspects of a located public school in the periphery of the city of Mauá in which we came across a quite arduous reality, with many confronts - from subjects of School Administration the lack of family structure. Due to the found reality, we can infer that is done necessary an urgent reformation of the school curriculum, investments of the publish politics in the education of Base, improvement of the work conditions in the public schools and teachers' of the net continuous formation, seeking that these can develop pedagogic competence in your multiples aspects. That managers and educators human beings, ethical, reflexive, competent and know how to work with the human diversity, doing of this, a possibility of mutual growth. Like this, it will be possible to conquer a world for ALL, where the inclusion can be really true.

KEYS WORDS: social inclusion, school inclusion, learning difficulty, administration, attended freedom, teachers' formation.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Respostas ao questionário sobre violência nas escolas	86
Tabela 2 – Matrículas na educação especial – 2002 a 2004.....	112

Lista de Gráficos

Gráfico 1.....	113
Gráfico 2.....	113
Gráfico 3.....	115

Lista de Imagens

Imagem 1 – Todos juntos, aprendendo com as diferenças!.....	116
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Origem do problema de pesquisa	2
2. Problema de pesquisa.....	3
3. Delimitação do problema	5
4. Objetivo	6
5. Relevância social do problema	7
6. Metodologia	7
CAPÍTULO I: A ESCOLA EM QUESTÃO E A QUESTÃO DA ESCOLA.....	9
1.1. Levantamento histórico da unidade escolar.....	9
1.2. Gestão escolar.....	11
1.3. Como conhecer a escola no mundo contemporâneo	28
CAPÍTULO II: CAMINHOS DA GESTÃO ESCOLAR.....	35
2.1. A difícil tarefa do gestor escolar: a esperança não pode apagar....	35
2.2. Incongruências e competências	37
2.3. Problemas de aprendizagem: aprender para quê?	39
2.4. SARESP: riscos de uma avaliação comparativa	42
2.5. Família participativa: a chave para o sucesso educacional	44
2.6. Ensino significativo e educação para todos: uma utopia possível. 47	
2.7. Profissão professor: desafios, alegria, dor e amor	49
CAPÍTULO III: A DIVERSIDADE ESCOLAR E SUAS MULTICULTURAS.....	51
3.1. A resistência da proposta pedagógica encontrada na escola inclusiva	58
3.2. Apontamentos para vivências com a diversidade: os 4 pilares da educação para o futuro	59
3.3. Aprender a conhecer.....	61
3.4. Aprender a fazer	62

3.5. Aprender a conviver com os outros	63
3.5. Aprender a ser	63
CAPÍTULO IV: PROJETOS: CAMINHOS PARA UMA APRENDIZAGEM	
SIGNIFICATIVA	65
4.1. Que realidade temos e que realidade queremos?	65
4.2. A escola violenta ou a violência na escola?	73
4.3. Compreendendo a inclusão social na escola pública.....	76
4.4. Liberdade sem responsabilidade leva à permissividade	78
4.5. Buscando caminhos para uma aprendizagem inclusiva	90
4.5.1. Primeiro projeto realizado	90
4.5.2. Depoimentos	96
4.5.3. Dificuldades encontradas no trabalho com alunos LA em sala de aula	97
4.5.4. Segundo projeto realizado – PIC	100
4.5.5. PIC – Além das diferenças, encontrando-se nas semelhanças	103
4.5.6. PIC – Desenvolvimento das atividades em sala de aula ..	107
4.6. Frutos: novos caminhos e novos destinos	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

SONIA APARECIDA FELIPE FERREIRA

**GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA:
UMA QUESTÃO DE QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CURRÍCULO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
SÃO PAULO
2009**

SONIA APARECIDA FELIPE FERREIRA

**GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA:
UMA QUESTÃO DE QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO**

**Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção
de título de Mestre em Educação e
Currículo, sob orientação da Profª Drª
Marina Graziela Feldmann.**

**SÃO PAULO
2009**

Comissão Julgadora

Aos meus queridos pais, aos meus irmãos, ao meu esposo e filhos e, em especial, aos meus alunos, considerados em situação de risco, com quem aprendi que vale a pena lutar e jamais desistir!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha querida orientadora, Prof^a. Dra. Marina Graziela Feldmann, que me ajudou e acompanhou o tempo todo com muita paciência e competência, sem nunca desistir de sua orientanda.

Foi tua mão que encontrei, quando realmente precisei. Foram em tuas palavras que me fixei, em que me agarrei com força e dedicação! Tuas palavras me orientaram, mostrando o caminho correto, que eu mais procurava. Sua força interior era tudo que precisava, espero retribuir sua generosidade, de toda alma e coração. Fico feliz por ter sua amizade, e quero sinceramente dizer: VOCÊ É UMA PESSOA MUITO ESPECIAL!

A uma amiga muito especial: Maria Dolores Fortes Alves.

Qualquer hora dessas, o sol vai deixar de brilhar. Mas isso não importa, a lua brilhará dia e noite! Qualquer dia desses, as estrelas vão cair, mas ninguém precisa ter medo, o oceano as receberá em suas águas. Algumas coisas costumam acontecer na hora errada, outras coisas acontecem na hora exata. A sublimidade do ser humano é capaz de tornar as coisas perfeitas. A paz interior de cada um e o desejo de busca influenciam o encontro, mesmo que

o encontro seja virtual, ou imaginário. (Seria a mesma coisa?) Sei que pode se tornar real, por causa da sublimidade e da paz interior, e da busca de felicidade que cada ser tem dentro de si. Busco sem medo... Encontro com medo... Sinto, com desejo... Às vezes correr o risco de não encontrar, é melhor do que nem tentar procurar. Busquei e te encontrei, ou foi você que me encontrou? Bom, o que importa é que o destino é amigo dos homens, e os homens são amigos entre si! Mesmo que o destino se torne nosso inimigo, nós jamais poderemos fazer o mesmo, devemos continuar nos amando. Os amigos se amam. Os verdadeiros... As estrelas nem vão mais cair, nem o céu deixará de ter o brilho do sol, nem as coisas erradas irão acontecer. Por que o amor e a amizade são maiores, e dominam o coração e o espaço. A busca foi verdadeira e o verdadeiro sentido dessa busca é você, que veio para ficar!

RESUMO

FERREIRA, Sonia Aparecida Felipe. GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: uma questão de qualidade e humanização. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. 2009. 135 p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

Sabemos que a educação é de importância ímpar para a formação da cidadania. Contudo, crianças jovens e adolescentes, com histórico de dificuldade de ajustamento socioeducativo e com dificuldade de aprendizagem dos conteúdos escolares, necessitam ações efetivas adequadas às características desse público. O presente trabalho tem por finalidade abordar o papel da escola, do educando, do educador e da família, no processo de inclusão escolar e social dos alunos com necessidades educativas especiais. Dar-se-á ênfase àqueles alunos rotulados, conhecidos como Liberdade Assistida (LA), que tiveram passagem na Fundação Casa e/ou cadeia. O caminho percorrido fez-se pelo estudo de aspectos de uma escola pública localizada na periferia da cidade de Mauá, na qual nos deparamos com uma realidade bastante árdua, com muitos enfrentamentos – desde questões de gestão escolar à falta de estrutura familiar. Diante da realidade encontrada, podemos inferir que se faz necessária uma urgente reformulação dos currículos escolares, investimentos das políticas públicas na educação de base, melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas e formação continuada de professores da rede, de modo que estes possam desenvolver competência pedagógica em seus múltiplos aspectos. Que gestores e educadores sejam humanos, éticos, reflexivos, competentes e que saibam lidar com a diversidade humana, fazendo desta uma possibilidade de crescimento mútuo. Assim, será possível conquistar um mundo onde a inclusão de todos possa ser realmente verdadeira.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão social, inclusão escolar, dificuldade de aprendizagem, gestão, liberdade assistida, formação de professores.

ABSTRACT

FERREIRA, Sonia Aparecida Felipe. ADMINISTRATION AND SOCIAL INCLUSION IN THE PUBLIC SCHOOL: A quality subject and humanization. Program of After-Graduation in Education: Resume. 2009. 135 P. Dissertation of the Master. Pontifical University Catholic of São Paulo. São Paulo, 2009.

We know that the education is of odd importance for the formation of the citizenship. However, young and adolescent children with report of difficulty of the social education adjustment and with difficulty of learning of the school contents, they need appropriate effective actions from these public's characteristics. The present work has for purpose to approach the paper of the school, of the student, of the educator and of the family, in the process of the students' school and social inclusion with special educational needs. He/she will put emphasis that those labeled students, known as Attended Freedom (LA), that had passage in the House Foundation or in prison. The traveled road was made by the study of aspects of a located public school in the periphery of the city of Mauá in which we came across a quite arduous reality, with many confronts - from subjects of School Administration the lack of family structure. Due to the found reality, we can infer that is done necessary an urgent reformation of the school curriculum, investments of the publish politics in the education of Base, improvement of the work conditions in the public schools and teachers' of the net continuous formation, seeking that these can develop pedagogic competence in your multiples aspects. That managers and educators human beings, ethical, reflexive, competent and know how to work with the human diversity, doing of this, a possibility of mutual growth. Like this, it will be possible to conquer a world for ALL, where the inclusion can be really true.

KEYS WORDS: social inclusion, school inclusion, learning difficulty, administration, attended freedom, teachers' formation.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Respostas ao questionário sobre violência nas escolas	86
Tabela 2 – Matrículas na educação especial – 2002 a 2004.....	112

Lista de Gráficos

Gráfico 1.....	113
Gráfico 2.....	113
Gráfico 3.....	115

Lista de Imagens

Imagem 1 – Todos juntos, aprendendo com as diferenças!.....	116
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Origem do problema de pesquisa	2
2. Problema de pesquisa.....	3
3. Delimitação do problema	5
4. Objetivo	6
5. Relevância social do problema	7
6. Metodologia	7
CAPÍTULO I: A ESCOLA EM QUESTÃO E A QUESTÃO DA ESCOLA.....	9
1.1. Levantamento histórico da unidade escolar.....	9
1.2. Gestão escolar.....	11
1.3. Como conhecer a escola no mundo contemporâneo	28
CAPÍTULO II: CAMINHOS DA GESTÃO ESCOLAR.....	35
2.1. A difícil tarefa do gestor escolar: a esperança não pode apagar....	35
2.2. Incongruências e competências	37
2.3. Problemas de aprendizagem: aprender para quê?	39
2.4. SARESP: riscos de uma avaliação comparativa	42
2.5. Família participativa: a chave para o sucesso educacional	44
2.6. Ensino significativo e educação para todos: uma utopia possível. 47	
2.7. Profissão professor: desafios, alegria, dor e amor	49
CAPÍTULO III: A DIVERSIDADE ESCOLAR E SUAS MULTICULTURAS.....	51
3.1. A resistência da proposta pedagógica encontrada na escola inclusiva	58
3.2. Apontamentos para vivências com a diversidade: os 4 pilares da educação para o futuro	59
3.3. Aprender a conhecer.....	61
3.4. Aprender a fazer	62

3.5. Aprender a conviver com os outros	63
3.5. Aprender a ser	63
 CAPÍTULO IV: PROJETOS: CAMINHOS PARA UMA APRENDIZAGEM	
SIGNIFICATIVA	65
4.1. Que realidade temos e que realidade queremos?	65
4.2. A escola violenta ou a violência na escola?	73
4.3. Compreendendo a inclusão social na escola pública.....	76
4.4. Liberdade sem responsabilidade leva à permissividade	78
4.5. Buscando caminhos para uma aprendizagem inclusiva	90
4.5.1. Primeiro projeto realizado	90
4.5.2. Depoimentos	96
4.5.3. Dificuldades encontradas no trabalho com alunos LA em sala de aula	97
4.5.4. Segundo projeto realizado – PIC	100
4.5.5. PIC – Além das diferenças, encontrando-se nas semelhanças	103
4.5.6. PIC – Desenvolvimento das atividades em sala de aula ..	107
4.6. Frutos: novos caminhos e novos destinos	110
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade percebemos vários conflitos sócio-histórico e políticos de âmbito mundial que têm afetado principalmente as micro-estruturas sociais como a família e a escola.

Acreditamos que a escola não é a única que está em meio a tantas problemáticas e rotulações. Percebe-se que isso é uma perversidade mundial, ou seja, está no global, no regional, nos macros e nos micro-sistemas. Todos nós somos vítimas dessas incertezas, conforme Morin (2004).

Especificamente no Brasil, a crise na educação tem sido em relação ao cotidiano de muitas instituições educacionais, o que afeta reciprocamente as famílias. Além do que as injustiças sociais ecoam fortemente na comunidade escolar. (CORTELLA, 2006).

A luta por um viver mais democrático (APPLE, 2001), por igualdade de oportunidades, por equidade social e pela participação plena nos direitos como cidadão é a luta árdua e contínua neste país de "todos".

A instituição escola não pretende ser "o milagre" que salva o povo, no entanto é de importância ímpar como espaço propulsor de reflexões, construção e disseminação de saberes possíveis em uma vida democrática. Portanto, cabe-nos pensar, como essa instituição, que é produto e produtora de uma sociedade repleta de conflitos, pode contribuir para a cidadania ativa?

Pensamos que, em primeiro lugar, a escola necessita dar conta de acolher todos aqueles que a procuram. Para tanto, deve perceber que a diversidade e a inerente complexidade relativa a ela são partes dessa imensa tessitura da teia social democrática e humanizadora. Compreender a diversidade é o primeiro passo para a democracia.

Nesse viés, está em pauta a educação inclusiva. Esta é hoje reconhecida mundialmente como direito único e subjetivo de cada cidadão. Mas, quando se trata de inclusão nas unidades escolares, é uma ação difícil de ser realizada na prática, não importa em quais países, estados ou regiões ela precise ocorrer. Contudo, em muitas regiões do Brasil, ainda se percebe uma exclusão velada. Há sempre aquele gestor que acaba muitas vezes negando a

vaga em razão de aquele aluno ser diferente do perfil dos que já compõem o espaço escolar por ele gerido.

Compreendemos que, para sanar tantas dificuldades no que tange à inclusão, precisamos urgente da ação das políticas públicas, para melhor conscientizar os membros da equipe escolar sobre a importância da atitude inclusiva. Todavia, há necessidade de políticas públicas também na perspectiva de abrir novos postos de saúde, moradia, de saneamento básico nas comunidades, favorecendo mais empregos e uma educação melhor para todos. Medidas como estas irão ao menos minimizar a fome, a miséria e o tráfico de drogas. Problemas estes que, como sabemos, têm aumentado cada vez mais o número de roubos e a vulnerabilidade das crianças e jovens ao abuso sexual e aos maus-tratos nos lares. Estes se apresentam como um conjunto de perversidade que acaba repercutindo no ambiente escolar, tornando cada vez mais difícil a administração do ambiente escolar e a aprendizagem dos alunos.

1. Origem do problema de pesquisa

Iniciei como educadora na escola pública estadual de São Paulo em 1993 e permaneci aproximadamente dez anos lecionando. Até que um dia, ainda em férias, em 22 de janeiro de 2008, recebi um convite dos mais estimulantes para trabalhar como vice-diretora de uma instituição pública estadual, localizada na região sul do município de Mauá, na qual venho desempenhando meu trabalho com muita dedicação e entusiasmo. Este trabalho já ocorre aproximadamente há oito anos e sempre procuro realizá-lo de forma satisfatória, atendendo a comunidade escolar e o seu entorno, para que interajam de tal modo que a inclusão realmente aconteça e tenhamos verdadeiramente "uma escola para todos".

Tendo em vista a preocupação com a ação inclusiva no ambiente escolar, gostaria de escrever um pouco sobre a minha trajetória de vida, pois creio que nada é por acaso. Escolhi este tema GESTÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: uma questão de qualidade e humanização, porque este tema envolve a minha história de vida.

Venho de uma família humilde. Sou filha de lavrador e nasci no interior do Estado do Paraná onde as dificuldades eram constantes a todo o momento para muitos de nós. Nesse sentido, ressalto que, por conta de várias dificuldades financeiras, pessoais e sociais, me sentia excluída. Talvez, por não saber ler e escrever, tinha constantemente a autoestima baixa. Fui alfabetizada aos 11 anos de idade, graças aos esforços e a colaboração de uma profissional muito competente – a professora Terezinha Kinuco Ribeiro. Esta fantástica profissional fez a diferença em minha vida, e também me fez acreditar que é possível ao professor fazer a diferença em sala de aula, ou seja, dar mais para quem tem menos, como diria Paulo Freire. Este motivo foi o suficiente para que me incluísse entre os outros adolescentes e me abrisse aos caminhos da aprendizagem.

Logo ao terminar o ensino fundamental com 16 anos, vim para São Paulo com o intuito de cursar o ensino fundamental II e ensino médio. Ao seu término, ingressei na faculdade de sociologia. Posteriormente fiz história, pedagogia e pós-graduação na Educação do Ensino Médio e Superior. De fato, quando se crê realmente no potencial das pessoas, e elas em si próprias, estas seguem com confiança em busca de seus objetivos e conseguem se incluir no mundo.

2. Problema de pesquisa

Na sala de aula percebemos que muitos professores se preocupam muito com a aprendizagem de um grande número de alunos, mas muitas vezes se encontram fragilizados por não conseguirem resolver tantos problemas.

Olhando para a formação do professor, buscando compreendê-lo no atuar da educação básica, bem como diante de suas dificuldades em trabalhar com essa diversidade global e local, encontramos-nos diante das perversidades e incertezas do século XXI.

As políticas públicas em geral têm contribuído muito pouco para sanar a problemática da escola, do aluno e do professor, deixando a responsabilidade da resolução dos problemas nas mãos de poucos. Assim, os

professores, especialistas e demais funcionários da escola, muitas vezes se sentem fragilizados e com poucos recursos para enfrentar as dificuldades que se apresentam no interior da unidade escolar.

Na perspectiva de seguir em busca de reforços junto à administração escolar (da instituição em que trabalho) que responde por aproximadamente 2.000 alunos, pude perceber que, pela complexidade dos problemas e a forma como a escola está estruturada, torna-se quase impossível atender a todos, pois a parte burocrática sufoca a equipe gestora e por fim terminamos nos afastando do que seria essencial, ou seja, as questões pedagógicas.

Cerca de um terço dos alunos da escola onde trabalho são atendidos pelos programas sociais do governo, como Bolsa Família¹, Ação Jovem², e Primeiro Emprego³, devido às condições financeiras de muitas famílias. Há também distribuição de materiais escolares como os *kits* "alunos presentes".⁴ Todos os alunos da rede estadual recebem tal material no início do ano letivo. A comunidade em questão apresenta características próprias de uma realidade violenta trazendo para dentro da escola seus reflexos.

Nesse sentido, ressaltamos que muitas famílias sobrevivem na mais completa pobreza, motivo este que as torna vulneráveis, pondo-as em situações de risco, tais como trabalho infantil, tráfico de droga, tornando-as pedintes, levando-as à prostituição, entre outras mazelas.

Temos ainda famílias que sobrevivem do lixo reciclado recolhido no decorrer do dia-a-dia, tendo nesse trabalho, uma forma de sobrevivência. Todavia, devido a essa forma de trabalho, muitas se sentem constrangidas quando nós professores, os encontramos pelas ruas da cidade nesse tipo de ocupação, o que já é o bastante para se sentirem excluídas.

As características da maioria desses alunos são a desestruturação econômica e psicossocial, pois muitas moram em residências não urbanizadas onde todos se acomodam dentro de quarto e cozinha. Muitos não têm pais, pois são criados pelos avós ou tios ou até mesmo pelos irmãos mais velhos. Muitas vezes, em virtude de a família não ter autoridade ou

¹ Complemento financeiro cedido às famílias de baixa renda que têm seus filhos na escola.

² Complemento financeiro cedido aos jovens e adultos que frequentam assiduamente as aulas.

³ Complemento financeiro cedido aos adolescentes de liberdade assistida.

⁴ Material escolar recebido do governo federal no início do ano letivo.

capacidade para cuidar desses jovens e crianças, procuram sobreviver nas ruas. Como consequência, essas crianças e jovens também se excluem da escola. Quando recolhidos por algum órgão social, pelo fato de não terem estrutura familiar, acabam internados na Fundação Casa (antiga FEBEM). Após alguns meses voltam para a unidade escolar passando a ser classificados como adolescentes em Liberdade Assistida (L.A.).

Mesmo diante de tamanha problemática, gosto do que faço, visto que a leitura de mundo é sempre a produção de significados – portanto há a possibilidade de poder *fazer a diferença* para esses jovens, o que me é de grande valor. Assim, devido às dificuldades que tenho, meus olhares se entrelaçaram no desvelar dessa realidade heterogênea tão dura, mas sigo tentando sobreviver e expressar a minha melhor forma de educar.

3. Delimitação do problema

De acordo com a Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), artigo 112, inciso IV e V, os alunos em L.A. deverão ser incluídos próximo à sua residência. Assim sendo, a escola pesquisada, pelo fato de estar em um bairro periférico e localizar-se ao lado da Fundação Casa e da cadeia da cidade, atende a maioria dos alunos oriundos dessas instituições de recuperação de menores.

Em face desses levantamentos, atuando numa escola pública da periferia - primeiramente como professora e atualmente como gestora – é que pude sentir bem de perto os graves problemas enfrentados pela comunidade escolar. Nos entrecruzamentos de olhares entre professor e aluno é que se desencadeiam as aprendizagens de leituras e escritas. É nos afrontamentos indisciplinados e no transcorrer das dificuldades de aprendizagem no âmbito da sala de aula que o próprio educando acaba se excluindo. Portanto, diante de meu olhar acolhedor a essa realidade, dirijo o foco desta pesquisa para a gestão de escolas e a inclusão social.

Sigo com a intenção de contribuir para a inclusão no ambiente escolar dos alunos em liberdade assistida para que tenham possibilidades iguais. Consequentemente, deseja-se possibilitar melhoria das aprendizagens,

das relações sociais, favorecendo um convívio democrático e o desenvolvimento da cidadania.

Agora, como gestora e formadora de professores, é preciso pesquisar no âmbito dessa entidade escolar tentar fazer a diferença como foi feito em minha vida há 26 anos. Faz-se necessário acreditar que é possível fazer a diferença, pois cada um de nós constrói a sua própria história, como tão poeticamente canta Almir Sater e Renato Teixeira (2008), dizendo:

(...) cada um carrega em si o dom de ser capaz, de ser feliz, de conhecer as manhas e as manhãs; o sabor das massas e das maçãs. É preciso amor pra poder pulsar. É preciso paz pra poder sorrir. É preciso chuva para florir. Ando devagar porque já tive pressa. Levo esse sorriso porque já chorei demais.

4. Objetivo

Objetivo Geral

Com o objetivo de acompanhar o comportamento de alunos reincidentes e quais os procedimentos que a escola utiliza para viabilizar o “desempenho acadêmico” dos envolvidos, pretende-se **analisar a relação gestão escolar e formação de professores articulada à questão da inclusão dos alunos de LA (Liberdade Assistida).**

Objetivos específicos

1. Compreender a relação entre exclusão, violência escolar e dificuldades de aprendizagem.
2. Apresentar subsídios para a reflexão sobre essa grave realidade, e, conseqüentemente, possibilitar a busca de soluções.

5. Relevância social do problema

De acordo com Torres (2001), a educação básica deve ser capaz de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Sendo assim, o desenvolvimento de escolas inclusivas como o modo mais efetivo de atingir a educação para todos deve ser reconhecida e contemplada por uma política governamental que a coloque na pauta de desenvolvimento da nação. É somente com esse objetivo que os recursos adequados podem ser despendidos.

O compromisso político é necessário, tanto em nível nacional como comunitário, para que se obtenham recursos adicionais e para que também se reempreguem os recursos já existentes aos demais.

Também, faz-se necessário, ao mesmo tempo que as comunidades nelas incluídas desempenhem o papel-chave de desenvolver escolas inclusivas, com apoio e encorajamento das políticas públicas para o seu desenvolvimento, contando também com os educadores, pais, alunos e a sociedade em geral para uma iniciativa que garanta o acesso do aluno, a sua permanência e o seu sucesso na escola, para a construção de uma cidadania mais justa como explica Torres (2001).

A sobrevivência, o desenvolvimento pleno das suas capacidades, a conquista de uma vida e um trabalho dignos, uma participação plena do desenvolvimento, a melhoria de qualidade de vida, a tomada de decisões conscientes e as possibilidades de continuar aprendendo (p. 20, 21).

É de principal importância para uma democratização da verdadeira inclusão.

6. Metodologia

Neste texto, proponho-me a fazer um estudo de caso no âmbito de uma escola pública da periferia de Mauá, tendo como foco a inclusão de alunos de L.A. recebidos da Fundação Casa.

Para realizar o presente trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica no âmbito da própria escola, consultando a legislação, livros e artigos.

A pesquisa também consiste em um trabalho pedagógico, desenvolvido com a coordenadora da Fundação Casa fazendo um elo com o trabalho dos coordenadores dessa instituição, com visitação da Promotoria da Infância e Adolescentes Infratores.

Nosso trabalho, em principio, consistiu numa pesquisa exploratória dentro da própria escola envolvendo alguns educadores, alunos e entrevistas de campo com a coordenadora da Fundação Casa que atua diretamente na defesa desses interesses.

Assim, a pesquisa busca analisar o conjunto de fenômenos, ideias e processos, observando suas características, organização e dinâmicas das partes envolvidas, para a mais apurada compreensão dos objetivos e, ainda, em relação às possíveis variáveis. Portanto, neste momento é que será feito o estudo de casos na própria Unidade Escolar (U.E.).

A pesquisa explicativa constitui uma parte dentro da investigação quando superadas as etapas de pesquisa já abordadas. Fez-se uma análise sistemática do objeto, buscando encontrar as respostas das principais questões que norteiam o tema. Nisto estará o ápice do trabalho: a análise de relatórios dos professores e da bibliografia que norteia o tema em questão.

Com o intuito de levar a efeito as leituras recomendadas, foram visitadas bibliotecas, a Vara da Infância Juventude da cidade de Mauá e outras ferramentas largamente utilizadas, como a Internet, com pesquisa em *sites*, livros, artigos, filmes, entrevistas com professores da própria unidade escolar e a coordenadora da Fundação Casa (antiga FEBEM).

Para a conclusão e elaboração desta dissertação, serão elaborados alguns relatórios e fichamentos, resumos, bem como estudos de casos, buscando uma melhor compreensão desta pesquisa. Seguimos na tentativa de reverter algumas situações que ocorrem na unidade escolar para o desenvolvimento e melhoramento de todos os envolvidos no processo do ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO I – A ESCOLA EM QUESTÃO E A QUESTÃO DA ESCOLA

Neste capítulo estaremos falando sobre o histórico da Escola S U; sobre sua caracterização e a da comunidade por ela atendida. Ademais, serão apresentadas algumas questões de cunho sócio-financeiro e algumas outras sobre as necessidades e possibilidades oferecidas por entidades externas ofertadas à escola. Dessa forma, acreditamos que o leitor poderá compreender como se deu o nosso percurso e a necessidade de serem estudadas a inclusão e a gestão na escola pública.

1.1. Levantamento histórico da unidade escolar

A Escola Estadual Profª S U⁵ onde trabalho, que será o foco desta pesquisa, funciona desde 1977 em um bairro carente da cidade de Mauá, próximo ao rio Tamandateí. Foi construída em um terreno plano e cercada em todo o seu perímetro por um muro de aproximadamente 1,72 m de altura. Possui 21 salas de aula com funcionamento em três períodos: manhã, tarde e noite, totalizando 63 salas de aula no decorrer do dia. Possui dois portões de entrada e saída. Um desses portões fica próximo à margem do rio Tamandateí que na grande temporada de chuvas fortes provoca alagamentos causando danos à escola. Esse rio, no passado, servia de transporte para o escoamento de café para o porto de Santos; hoje restou apenas um esgoto a céu aberto, prejudicando a saúde da população.

Como já referido, essa escola localiza-se ao redor de uma região carente do município de Mauá, na Grande São Paulo. Atende alunos dos bairros Santa Cecília e Jardim Oratório – ambos em situação de risco. Um bairro com residências não urbanizadas, em situação de carência, em sua maioria sem saneamento básico, onde o esgoto corre a céu aberto. Algumas ruas não asfaltadas possuem difícil acesso, obrigando os alunos a atravessarem o rio Tamandateí para terem acesso à escola em questão.

⁵ Para preservar a imagem da escola e de seus membros, alguns nomes foram trocados ou omitidos.

A maioria das famílias dos alunos que frequentam a escola são de trabalhadores.

A escola denominada E.E. Prof^a. S U possui várias modalidades de ensino: Ensino Fundamental de 1^a à 4^a série- ciclo I; Ensino Fundamental II- de 5^a à 8^a séries- ciclo II; EJA⁶ do Ensino Fundamental II e EJA do Ensino Médio. Portanto, a faixa etária atendida pela instituição varia de 6 a 70 anos. Aproximadamente, a escola atende cerca de 2.000 alunos atualmente, com 60 classes, distribuídas em três períodos: manhã, tarde e noite, contando com 96 professores, entre eles eventuais, efetivos e Ofas⁷. Na parte administrativa da entidade escolar, há 26 funcionários, sendo oito efetivos e 18 contratados pela cooperativa terceirizada, que são trocados muitas vezes no decorrer do ano letivo. Duas vice-diretoras, três coordenadores e uma diretora.

Uma boa parte dos alunos dessa instituição vem também de outros bairros e de outras entidades escolares. Como consequência, são excluídos por suas diferenças como classe social e baixo nível cultural. A maior parte deles provém do Jardim Oratório, um bairro bastante carente. Pelas suas características, seus alunos têm sido discriminados por uma forte exclusão social que vem sendo acentuada ao longo dos anos. Ressalta-se, ainda, que a região é dominada pelo tráfico de drogas e é esquecida pelo poder público.

A escola apresenta falta de material didático, salas de aula mal equipadas, ausência de laboratório, sala de leitura com pouquíssimos livros, poucos banheiros cujos vasos sanitários e portas estão quase sempre quebrados, falta de água e papel higiênico. Biblioteca com funcionamento precário por falta de funcionários para o atendimento; local inadequado para servir a merenda com vários números de intervalos e poucas mesas e bancos, fazendo com que os alunos se alimentem em pé.

Desde 25/01/79, foi designada para a função de assistente de direção a Sra. S. S. U., vinda de uma escola vizinha localizada na mesma região da cidade de Mauá, para responder por 60 dias pelas atribuições de cargo vago da citada escola, em virtude de licença de saúde da Sra. A. K. B. responsável por aquele encargo. No decorrer de oito meses de trabalho da

⁶ EJA- Educação de Jovens e Adultos.

⁷ Ofas – Sigla designada a professores da rede pública, não concursados.

professora S. U., ela sofreu um acidente, e veio a falecer em 29/08/79, sob um viaduto perto da unidade escolar. Nessa ocasião, a diretoria de ensino da região de Mauá publicou em Lei nº 7.782, de 6 de abril de 1992 (Projeto de Lei nº 868/91) que essa escola receba o nome da referida professora, conforme segue:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Passa denominar-se “Prof. S. U.” a Escola Estadual de 1º grau do Bairro Santa Cecília, em Mauá, essa data entrou em vigor na data de sua publicação.

No Palácio dos Bandeirantes, 6 de abril de 1992 com Luiz Antonio Fleury Filho, Fernando Gomes de Moraes, Secretário da Educação e Cláudio Ferraz de Alvarenga, Secretário do Governo, Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 6 de abril de 1992.

A partir desse levantamento a Unidade Escolar E. E. Prof^a. S. U. já passou por cinco gestões e todas elas tentaram fazer o melhor, deixando assim sua história. Eu, Sônia A. Felipe Ferreira, fui designada para vice-diretora dessa Unidade Escolar em 22/01/02, na qual permaneço até hoje. A partir desta pesquisa tento resgatar, de forma satisfatória, algumas histórias que façam a diferença. Pois, por suas próprias razões, alguns diretores talvez não tenham conseguido realizar melhor suas gestões, cuja principal atribuição era a de trabalhar com uma inclusão diferenciada de alunos que foram rotulados por terem problemas sociais, o que dificultou muito o desenvolvimento da aprendizagem escolar.

1.2. Gestão escolar

De acordo com o histórico citado acima, Paro (2001) explica que as escolas públicas estaduais, de modo geral, têm condições de

funcionamento, de prédio e equipamentos bastante precárias. Na E.E. Profª. S. U. a situação não é muito diferente, como visto acima.

As entidades públicas dependem quase que exclusivamente de concurso público para o cargo de diretor de escola.

Paro (2001, p. 23) alerta:

O sistema de diretor é democrático apenas do lado dos candidatos ao cargo, com (certa) igualdade de oportunidades para quem, atendendo a pré-requisitos mínimos de sua formação acadêmica e exercício do magistério, pode prestar um concurso e, sendo aprovado, escolher uma dentre as várias unidades escolares. O diretor escolhe a escola, mas nem a escola nem a comunidade podem escolher o diretor.

Segundo esse autor, as autoridades máximas de diretor são concedidas pelo Estado e legitimada por um concurso público por sua legalidade e pelo seu caráter. Aos que defendem a moralidade desse cargo diante de tantas dificuldades danosas que as entidades públicas vêm sofrendo por conta do candidato que fez somente uma graduação em pedagogia e foi aprovado por prova e título, ou outros até foram nomeados (escolha de funcionário público em cargo efetivo que tenha pelo menos cinco anos de magistério) como gestor de uma unidade escolar. Esses gestores deveriam ter no mínimo o bom senso de conhecer aquela comunidade que sustenta a vida daquela escola, para não destruir aquilo que levou anos para ser conquistado, como afirma Alonso:

O gestor deve compreender a cultura de sua escola – o que não deve nem precisa ser um processo passivo – envolve observação de tudo que acontece nela, ouvindo as pessoas, caminhando pelos corredores, procurando conhecer o que pensam, o que sentem e o que valorizam, descobrindo quem tem maior influência no grupo de professores etc. Em suma, é preciso acreditar de maneira dinâmica e buscar entender a sua escola por meio das pessoas (2007, p.109).

Portanto, a cultura da entidade escolar deve ser conhecida e compreendida pelo diretor antes de propor qualquer mudança, visando por esses meios não destruir o já conquistado.

Obviamente, a comunidade espera do gestor da escola a solução dos seus problemas. Porém, embora os fatores externos escapem ao controle dos gestores, as divergências externas acabam por explodir na escola. Assim, perante os olhos da comunidade local, a gestão acaba sendo a causadora de todos os males.

As numerosas evasões no decorrer do ano letivo (consequência do tráfico de drogas, por ser um bairro dormitório, desemprego, carência financeira da população etc.) produzem as múltiplas dificuldades dos alunos com relação à aprendizagem.

Percebemos, também, através de nossos diagnósticos, que as famílias não possuem moradias fixas, havendo grande migração e conseqüentemente alto índice de evasão escolar, prejudicando o trabalho pedagógico da escola.

A comunidade apresenta todos os tipos de adversidades e carências, que vão desde a financeira até a ausência de valores morais e éticos, carência emocional dos alunos, dificuldades de relacionamento, refletindo nas relações existentes na escola entre professores, alunos e funcionários.

A maioria das famílias é numerosa e sobrevive de empregos informais. Boa parte dela não possui sequer o ensino fundamental, encontrando-se em situação de muita pobreza. Vivem de subempregos. A grande maioria exerce funções como catadores de produtos reciclados e sentem-se excluídos socialmente e com a autoestima muito baixa. Não possuem consciência da importância do trabalho que realizam como cidadãos. Mesmo que sejam empregos em condições precárias, certamente possuem importância para o mundo.

Na cidade onde se situa a unidade escolar, também é marcante o trabalho infantil. Encontram-se nos faróis muitas crianças pedintes, praticando malabarismos ou até mesmo roubando.

Apesar de contar com o PETI⁸, que atua com frequência favorecendo o alunado da escola, os alunos parecem não fazer jus aos benefícios concedidos pelo referido Programa, porque não frequentam assiduamente as aulas.

O PETI é realizado na Casa da Juventude da mesma cidade e tem o apoio da prefeitura na tentativa de resgatar crianças, adolescentes e jovens com problemas sociais. Realiza projetos de futebol, música, teatro e dança. Em troca dessas atividades a escola tem a incumbência de fazer o controle de frequência desses alunos e de apresentá-los ao PETI. Esses alunos recebem também alimentos, roupas, materiais para continuar estudando e passeios uma vez por mês. Até mesmo aqueles que apresentam frequência escolar satisfatória, são beneficiados com uma cesta básica ao final de cada mês, para ajudar na alimentação da família.

Essas crianças, jovens e adolescentes, por se alimentarem melhor, com frequência apresentam o nível de aprendizagem esperado. Mais ainda, os jovens no decorrer do projeto, de acordo com o seu desenvolvimento, são convidados para trabalhar nas empresas obtendo uma remuneração.

Este projeto tem ajudado bastante a unidade escolar a diminuir a evasão e a recuperar das ruas e dos faróis para dentro da entidade escolar, parte dessas crianças, adolescentes e jovens. Por conseguinte, aumentando o nível de autoestima e a melhora de sua identidade, podem dar continuidade aos seus estudos, adquirindo autonomia para a cidadania.

Ressaltamos também que há benefícios dados pelo PETI⁹ às instituições escolares que possuem o projeto, como: cursos para professores, equipamentos de mídia etc.

Há falta de planejamento familiar e a maioria das famílias é chefiada por mulheres. Deparamo-nos com muitas adolescentes grávidas. Além dos projetos de prevenção, também se ensina com a parceria entre a

⁸ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

⁹ Projeto PETI é um projeto pedagógico realizado dentro do Polo Petroquímico e a Unidade Escolar, para ajudar a tirar as crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de risco.

unidade escolar e o projeto Escola da Família,¹⁰ que funciona aos finais de semana.

A unidade escolar fica aberta das 9h às 17h, entre sábados e domingos, para acolher o programa Escola da Família. Nessa unidade, contamos com a participação da comunidade local, com o trabalho voluntário das bolsistas estudantes das universidades próximas da cidade e também com o apoio de uma professora da disciplina de ciências, que já faz parte do corpo docente em exercício na escola. Busca-se favorecer com o projeto um público que vem nos preocupando bastante nos últimos anos: adolescentes entre 14 e 17 anos, que se encontram, na maioria, grávidas; muitas delas sem apoio familiar e que acabam abortando seus filhos ; outras os doam. Sem falar na ocorrência de problemas como AIDS e drogas que vão se infiltrando entre os casais.

A unidade escolar, junto ao programa Escola da Família, tem por objetivo tornar-se uma única entidade para auxiliar a comunidade. Segue trazendo palestrantes, realizando roda de conversas com esse público, aplicando os temas transversais para que se possa combater e ajudar essas adolescentes a ter uma vida com maior resiliência, evitando que maiores problemas possam acontecer no futuro.

Percebe-se também uma grande rivalidade entre as comunidades no entorno da escola, com disputas de poder e discriminações entre as mesmas; as diferenças sociais e econômicas são gritantes, perceptíveis em curtas distâncias, sendo evidente a condição de exclusão social. Esses jovens sofrem todo tipo de discriminação. Conforme relata Alonso (2007), a escola terá que propor o seu trabalho partindo de novas bases, revendo sua estrutura em função das novas comunidades sociais e da compreensão que se tem hoje do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo dados da Fundação SEADE¹¹, as diferenças no município são significativas entre os indicadores de riquezas e pobreza.

¹⁰ Programa Escola da Família é um projeto realizado nos finais de semana como fonte de lazer para a comunidade local, realizado por bolsista universitário e conta também com alguns professores que já fazem parte do quadro escolar.

¹¹ Os dados do SEADE mostram que a região metropolitana (ABCD) vem tendo poucas melhorias econômicas e deixando a desejar na educação, em comparação com outras regiões paulistanas.

O tráfico de drogas é grande na região e disputa espaço com a educação, pois a cada ano é grande o número de jovens que morrem perdidos na marginalidade.

Observando o comparativo socioeconômico, publicado pela Fundação SEADE (Educação, 2002), observamos que, embora sejam poucas, houve melhorias na condição econômica e na longevidade da população.

Um ponto relevante e positivo na região, apesar dos danos ao meio ambiente, mas que vem sendo trabalhado para obter melhorias é a localização do Polo Petroquímico – Refinaria de Capuava. Esse projeto do Polo Petroquímico atende a algumas carências da escola desenvolvendo projetos sociais que muito contribuem para o desenvolvimento dos alunos e a comunidade, mesmo que muitos programas de políticas sociais sejam apenas compensatórios. Por isso temos uma parceria envolvendo um projeto de alfabetização com alunos de 3ª série do ciclo I até a 8ª série do ciclo II, na faixa etária entre oito anos a 14 anos de idade.

Tal projeto é somente um apoio para sanar a evasão escolar e fazer com que os alunos aprendam de fato a ler e escrever. Tais projetos envolvem também passeios a teatros, atividades de futebol, doação de material escolar, vestimentas, cestas básicas, estímulos para os alunos continuarem buscando seus sonhos de vida. Para que se obtenham esses benefícios, cobra-se a frequência dos alunos na escola. A unidade escolar também é beneficiada com esse mesmo projeto. A cada seis meses a Refinaria de Capuava junto com o projeto Escola da Família, no final de semana, traz a comunidade da escola e do seu entorno para participar de eventos, com atividades de pintura e brinquedos de reciclagem que as próprias crianças trazem para o evento. Isto mostra a elas uma forma de aprenderem a reciclar materiais.

Há também para adolescentes, jovens e adultos cursos de pintura em toalhas, panos de prato e quadros. Deseja-se, assim, despertar neles uma sugestão para que possam montar seus próprios negócios. Ainda, do mesmo programa, contamos com projetos de culinária para as mães. Dessa forma, deseja-se que saibam aproveitar mais os alimentos em suas residências, para que seus filhos não apresentem tanta desnutrição e consigam apresentar melhor aprendizagem escolar.

Também ressaltamos que o projeto do Polo Petroquímico também oferece à comunidade corte de cabelos, dentistas, oftalmologista, ginecologista e controle de pressão. As pessoas que passam por esse processo podem ter encaminhamentos para o tratamento da sua saúde fora da entidade escolar, e, apoiados por esse projeto, podem ter ajuda de outras parcerias a longo prazo. O Polo Petroquímico de Capuava, que faz divisa com a cidade de Mauá, realizou projetos dentro da unidade escolar com alunos do período noturno. Esse projeto com alunos do curso noturno foi realizado devido ao rio Tamanduateí, que fica próximo da unidade escolar, e que exala fortes odores de acordo com as mudanças climáticas, prejudicando a aprendizagem escolar. Após várias reclamações dos alunos e da comunidade foram feitos alguns encaminhamentos de documentação e ofícios pela gestão da escola ao Polo. Hoje o rio Tamanduateí ganhou tratamento que será realizado a longo prazo. A própria refinaria, que antes captava águas em Santos e as descarregava poluída na natureza e no Tamanduateí, e que sempre teve esgoto a céu aberto, hoje trata seus dejetos.

Com a luta dos alunos, professores, gestores e também da comunidade local, levou-se o projeto adiante. Foram feitas parcerias com outras organizações, como a SAMA¹², a ECOSAMA¹³ que luta pelo tratamento de água da cidade, o que com que a própria refinaria captasse as águas do Tamanduateí para o desempenho do seu trabalho dentro da refinaria, e a devolvesse de volta para o próprio rio e natureza. Hoje temos aproximadamente 30.000 mil litros de água tratadas por dia. Observando o andamento desse processo percebe-se, presentemente, ao desenvolver o trabalho na administração dessa unidade escolar com os alunos, professores e comunidade local, que estes não reclamam mais como reclamavam antes do odor do rio. Também houve uma melhora na aprendizagem escolar. Com o resultado positivo desse projeto, a entidade escolar ganhou outro projeto de horta – ligado ao Polo. Esse projeto é realizado em um espaço no interior da escola: as águas do próprio rio são usadas para regar a horta. Os alimentos colhidos são utilizados na própria merenda escolar dos alunos. Tão bem-

¹² Saneamento Básico do Município e Mauá.

¹³ Empresa concessionária da SAMA.

sucedido foi o projeto, que foi anunciado nas primeiras páginas do jornal da cidade.

Apesar das condições precárias de vida das comunidades, percebemos que vivências pedagógicas bem-sucedidas podem ecoar positivamente na vida social dos educandos. Dizemos isso, em vista dos reflexos e mudanças socioeconômicas promissoras que se fizeram perceber no cotidiano.

No decorrer das relações educacionais cotidianas, vêm à tona as marcas de exclusão social e das mudanças ocorridas ao longo dos anos. A escola então precisa enxergar além dos conteúdos didáticos que nem sempre condizem com a realidade. Assim, deve rever seu currículo e entrelaçá-lo com as vivências da comunidade para, desse modo, fazer com que os alunos se sintam parte do processo de mudanças e capazes de transformar a realidade em que vivem para que não fiquem cada vez mais à margem da sociedade.

Na região próxima do centro da cidade, percebe-se claramente a ausência do poder público. Não há oportunidades para cultura e lazer, com exceção dos projetos desenvolvidos nas escolas, no Programa Escola da Família. Este projeto também objetiva fazer com que a comunidade aproprie-se dos espaços públicos, cuidando e conservando. Este ainda é considerado insuficiente, apesar de ter diminuído bastante os índices de violência nas escolas, mas ainda nos deparamos com ocorrências de furtos, onde a própria comunidade é lesada.

Alonso (2007) propõe que a entidade escolar coloque o administrativo a serviço do pedagógico. Ou seja, a execução o projeto pedagógico da escola deve ser elaborado junto com a comunidade escolar.

Enfim, a escola está inserida em um contexto social não muito diferente da maioria das escolas públicas, com as quais temos contato. Seguem buscando construir coletivamente projetos que tragam melhorias para a qualidade de ensino. Assim, a escola vem conquistando autonomia, ainda limitada, já que necessita gerir recursos com destino preestabelecido – que demanda grande responsabilidade – inclusive na busca de parcerias para desenvolvimento de uma gestão participativa. Segundo Paro (1997), a gestão democrática da escola e as relações com a comunidade se estabelecem junto aos interesses da educação escolar, onde a comunidade esteja inserida e

ouvida nas decisões. Para tal, faz-se necessário que essa comunidade se aproprie do espaço escolar, sinta-se necessária e parte integrante do processo educacional, sobretudo, valorizando-a e valorizando seus alunos como cidadãos, agentes de transformação. Não somente delegando responsabilidades, esquecendo de seus deveres e somente cobrando direitos, nem sempre legitimados, posto que cada escola tem de ser vista como autônoma, trazendo soluções originais para si própria e para a comunidade onde se insere.

Em um primeiro momento, o resgate histórico da escola faz-se necessário, diante do contexto em que se encontra. Ou seja, além da baixa autoestima dos alunos, a escola é totalmente desvalorizada pela comunidade local. Ainda estão arraigadas responsabilidades que escapam ao controle da escola, porque nem sempre, ou na maioria das vezes, não consegue suprir as necessidades dessa comunidade, porque tais necessidades dependem de fatores externos, onde as políticas sociais existentes só são compensatórias e trazem uma visão distorcida da realidade.

Nessa perspectiva, Alonso (2007) propõe aos dirigentes escolares tarefas de modo a superar as barreiras existentes para avançar no desenvolvimento de novas dinâmicas de organização e gestão escolar. Tarefas essas que permitam a integração das ações e o alcance dos objetivos educacionais pretendidos. Nesse sentido, algumas recomendações podem se mostrar de grande utilidade quando os diretores se propõem a atingir metas.

As comunidades carentes necessitam que as famílias tenham empregos para manter seus filhos na escola e que tenham consciência da necessidade da educação. Também precisam se sentir capazes de mudar, já que essa mudança não depende só da escola, mas também do posicionamento das famílias para solucionar problemas do seu cotidiano.

Retornando ao histórico da escola, vale saber que ela surgiu de uma necessidade da demanda, com pouco planejamento, em classes improvisadas e cedidas pela prefeitura. Enfrenta em sua história fatos marcantes que fizeram com que lhe fossem atribuídos rótulos negativos, no qual seu valor é subestimado. Devido a essas situações fortemente negativas, o trabalho coletivo é uma meta a ser construída pela equipe gestora, uma vez

que a tarefa de educar, mais que qualquer outra, é construída por uma ação conjunta dos vários personagens que atuam no seu interior.

Esse resgate histórico da escola também se fez necessário não somente pela valorização da escola em si, pois sozinha ela não é nada, mas sim para valorização e elevação da auto-estima da sua comunidade. Percebe-se claramente a necessidade dessa valorização pelo fato de que seus alunos, quando alcançam outros níveis educacionais e vão para outras escolas, sentem-se pessoas diferentes e rejeitam a realidade da escola por onde passaram. Prosseguem os estudos em outro bairro, porém não reconhecem a importância da identidade cultural da escola anterior que os fez pessoas melhores.

Segundo pesquisas, muitos são excluídos pelas próprias condições de vida e subempregos, e ao mesmo tempo pelo desemprego de suas famílias. Logo nos meses seguintes, quando antes mesmo da matrícula em outra instituição, eles desconhecem o valor do seu potencial e se desvalorizam pelo fato de serem excluídos por outra escola.

A gestão da unidade escolar em que trabalho recebe ordens da Diretoria de Ensino para encaminhar as matrículas desses educandos para outra unidade escolar que fica no centro da cidade, para darem continuidade aos seus estudos, visto que a Escola S U não possui o ensino médio regular, somente EJA. Como esses alunos são excluídos da UE para o qual foram encaminhados, ficam fora da escola até terem idade para frequentar a suplência nesta nossa Unidade.

Percebemos como as mudanças sociais e econômicas refletem na educação e conseqüentemente nas relações existentes nas escolas, uma vez que esta faz parte integrante e é fundamental na sociedade, principalmente quando vista como meio de transformação social se consegue desenvolver um pensamento crítico e construtivo.

Todavia, para haver mudanças, temos de ter em mente que as mudanças sociais mais marcantes ocorrem onde há mobilizações coletivas organizadas. Essa organização só é possível se as pessoas tiverem conhecimento da trajetória de outras pessoas que passaram por algumas dificuldades, mas acreditaram que as mudanças são possíveis e por isso conseguiram vencer os obstáculos, como foi o meu caso.

Nesta pesquisa, pretende-se realizar um resgate histórico da Escola S U e buscar na comunidade histórias de alunos vencedores e as conquistas desse espaço educacional. Esse resgate, porém, não pode ser analisado isoladamente de um determinado contexto social e econômico.

Como se observa, a história não pode ser destruída por traças e agentes naturais e é de fundamental importância que os gestores preservem as fontes e sejam agentes na sua construção. Deparamo-nos com diversas situações na escola, as quais temos que administrar, muitas vezes sem o mínimo recurso, com péssimas condições de trabalho e nem sempre podendo contar com profissionais qualificados no corpo docente para tentar melhorar o espaço escolar. Fatos como esses desencadearam o seguinte efeito nas avaliações do SARESP¹⁴ em novembro de 2007: a entidade escolar ficou entre as 100 piores escolas do Estado de São Paulo e entre as seis piores do Grande ABCD no que diz respeito à aprendizagem.

Esses dados foram apresentados nas primeiras páginas do jornal e no *site* educação. Situação essa que afetou moralmente não só os professores e a gestão escolar, como também a comunidade. Os alunos que foram classificados no nível abaixo do básico demonstram que houve domínio insuficiente dos conteúdos, das competências e habilidades desejáveis para a série escolar em que se encontram. 79,02% apresentam domínio abaixo do básico; 20,08% o básico; 18,06% adequado e apenas 2,01% avançados. Motivo pelo qual no dia 03/04/08 a entidade escolar foi surpreendida pela imprensa para reportagem e filmagens, frustrando muito a todos os profissionais da educação responsáveis por essa escola. É conhecida a realidade de exclusão e carência da comunidade escolar e também das outras ao redor. Fecham-se os olhos para essa situação vergonhosa, motivo esse que leva o alunado a ser discriminados mais uma vez.

Faz-se necessário e é perceptível também a necessidade de melhor especialização dos profissionais da educação, não só para manter-se em suas profissões, uma vez que o desemprego passou a ser uma preocupação constante nos últimos anos, fato também relatado em várias videoconferências, jornais, revistas, como consta: “Onde surgem novos

¹⁴ Avaliação externa para medir o índice de aprendizagem dos alunos.

segmentos no mercado de trabalho causando preocupação e precarização do trabalho, com diminuição de remuneração e ampliação da pobreza e exclusão social”. Dizemos assim que é necessário que a valorização esteja presente também na profissão docente, para melhor qualidade na educação.

Analisando o quadro de funcionários que dispomos na escola, nos deparamos com variadas categorias de contratação. Assim, se entre professores de diferentes categorias se geram situações de conflito, já que há diferenças de salários e direitos para pessoas que realizam o mesmo trabalho, ou seja, a discrepância entre OFAS e efetivos¹⁵, haverá entre os outros profissionais.

Especificamente, com relação a outros funcionários, o grande gravame é a falta de profissionais qualificados. Estes, porém, no início se sujeitam a baixíssimos salários, havendo a necessidade constante de capacitá-los. Contudo, quando estão aptos em seu trabalho, procuram melhor qualificação no mercado de trabalho.

Ao longo da história dos educadores, muitos direitos foram adquiridos. No entanto, devido à falta de profissionalismo de muitos deles, a categoria acaba sendo enfraquecida pelo próprio sistema de ensino. Houve uma reestruturação das formas de trabalho docente causando o acúmulo de papéis, o que não possibilita efetivar um trabalho pedagógico com qualidade. Ou seja, hoje nos vemos obrigados a suprir todas as necessidades dos alunos e realizarmos tarefas que muitas vezes são de competência da família e do Estado.

Uma forma encontrada para conseguirmos atender às demandas da escola é o auxílio de voluntários e alunos engajados no Programa Nacional Primeiro Emprego (PNPE),¹⁶ que muito contribui com a escola. Entretanto, isenta o Estado de muitas responsabilidades, mas no momento são saídas possíveis para melhor realizarmos nosso trabalho.

¹⁵ Professores aprovados em concurso público por provas e títulos.

¹⁶ O PNPE é vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, objetivando, especialmente, promover: I – a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e II – a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

O projeto Primeiro Emprego é realizado por empresas terceirizadas que capacitam jovens. Oferecem-lhes um rendimento de 180,00 reais para continuarem estudando e participarem de 4 horas de curso no decorrer da semana em outro local fora da unidade escolar. Espera-se que, na época em que não estejam estudando, voltem para compartilhar suas aprendizagens, e que sejam voluntários na entidade acolhida. O período de duração do projeto está em torno de 90 dias. Porém, se os alunos o cumprem com dedicação, autonomia e educação, ao final do projeto são encaminhados para trabalharem nas empresas ou em lojas da região do Grande ABCD. Este projeto foi desencadeado em algumas comunidades da mesma cidade. A entidade escolar em questão foi envolvida nesse projeto devido às carências financeiras do alunado e pela falta de funcionários.

O aluno necessita estar preparado para o mercado de trabalho e para a nova realidade aí posta. Mas, para que a escola possa realizar um trabalho que vise atender as expectativas da comunidade, precisa ser valorizada. Sua história precisa ser conhecida para que seus integrantes se sintam capazes de mudanças e transformações da realidade.

A valorização da Escola S U torna-se relevante, pois pretende-se desfazer os rótulos negativos atribuídos a ela, mostrando seus exemplos positivos. Valorizando a identidade da comunidade escolar, valoriza-se também sua capacidade de transformação. Mostra-se que tal transformação depende das pessoas inseridas no processo, mas pretende, sobretudo, resgatar a autoestima dos jovens e adolescentes da comunidade, mostrando-lhes que há perspectiva de futuro, embora esta não se dê sem uma melhor formação profissional proporcionada pela educação formal.

Resgatando a memória da escola percebemos a importância da construção coletiva do projeto pedagógico da escola, de forma sistematizada num processo onde possamos entender o passado e prever o futuro. É necessário que se dê real importância para os temas transversais na expectativa de que haja uma proposta educacional bem formulada e legitimada pelo grupo participante.

De acordo com Alonso (2007, p. 91),

O Projeto Pedagógico é, portanto, um instrumento de autonomia da escola, na medida em que ela se mostra com identidade própria, mais é, também, o instrumento que permite o controle do trabalho escolar. E sua elaboração e produtos representem no resultado de um processo amplo de participação de todos os setores da comunidade escolar, o que deve assegurar que ele deve ser assumido por todos envolvidos no processo.

Ressaltamos aqui que há muitos desafios e compromissos. Desafios para atender as exigências da construção um novo perfil de cidadão para atender as atuais tendências da educação escolar, no que tange aos itens: currículo e cidadania, saberes e práticas voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais, culturais, que são os fundamentos e diretrizes da educação básica, do ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, educação especial, tendo a escola como espaço de inclusão, de aprendizagem e de socialização. Para tanto, são necessárias pedagogias diferenciadas, progressão continuada, correção de fluxo, avaliação por competências, flexibilização do currículo e da trajetória escolar. Também devem ser levadas em conta: as dimensões da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a avaliação institucional, as tecnologias na educação, as novas relações com o conhecimento, bem como o ensino e a aprendizagem na escola como espaço de formação continuada e de aperfeiçoamento profissional.

Temos também desafios em ter uma gestão compartilhada e integradora com a atuação dos colegiados da família e da comunidade, norteada pelos princípios e diretrizes da administração pública estadual aplicados à gestão escolar, à proposta pedagógica da escola. Tal gestão deverá estar atenta às demandas sociais, às características multiculturais e às expectativas dos alunos e dos pais no processo de integração com a comunidade. Que a gestão tenha ainda o entorno escolar como fator de fortalecimento institucional e de promoção da cidadania. O trabalho coletivo deverá ser a base para o aperfeiçoamento da prática docente e da gestão escolar.

O convívio no cotidiano escolar deverá ser uma forma privilegiada para que se socializem os saberes, construindo valores de uma vida cidadã e desenvolvendo atitudes cooperativas, solidárias e responsáveis.

A gestão escolar deverá propiciar o desenvolvimento curricular, tendo como objetivo o ensino contextualizado e ancorado em ações, o processo de avaliação do desempenho escolar como instrumento de acompanhamento do trabalho do professor e dos avanços da aprendizagem do aluno. Além disso, a utilização das tecnologias de informação e comunicação deve auxiliar a gestão escolar, que deverá estar empenhada na busca da formação continuada como condição de construção permanente das competências que qualificam a prática dos profissionais que atuam na escola

Esta pesquisa aspira abrir novos caminhos para melhorar o desenvolvimento das pessoas envolvidas com a educação desta entidade escolar em foco, servindo de inspiração para outras que percorram caminhos semelhantes.

Todos os gestores e a maioria dos educadores da entidade escolar estarão envolvidos na proposta deste trabalho, na medida em que dados mais restritos só serão possíveis de serem localizados por este segmento, por acesso a documentos registrados nas secretarias da escola, Diretoria de Ensino e mesmo em outras escolas e instituições, das quais recebemos o alunado.

Ao resgatar o histórico da instituição percebeu-se que pouco ou quase nada se sabia do patrono da escola e que muitos dados e documentos foram perdidos devido às constantes enchentes que a escola enfrentou nas décadas de 80 e 90 do século passado.

A memória da escola foi perdida, ficando em evidência somente tragédias que descaracterizam a instituição escola a tornam vilã dos problemas sociais.

Dando início à pesquisa, serão utilizadas imagens, onde se mostra a trajetória dos últimos anos. Mostra-se também a exposição do trabalho de alunos que foi a razão de grande alegria e motivação para eles, pois viram suas últimas memórias expostas e fatos importantes valorizados.

Serão demonstrados alguns recursos financeiros: verbas direcionadas à compra de materiais de consumo (DMPP¹⁷) e recursos próprios. A entidade escolar os recebe para o conserto do prédio por causa dos danos causados por atos de vandalismo dos alunos em liberdade assistida. Estes são incluídos pela entidade escolar, mas excluídos por eles mesmos devido à não-aceitação da sociedade.

Sendo assim penso que a Escola S U busca refletir sobre novos caminhos para melhorar a proposta curricular organizada junto com os profissionais da DE¹⁸ (diretoria da educação). Busca, também, situações e princípios norteadores para incrementação da nova proposta curricular do Estado de São Paulo. Procura caminhos para fortalecer as aprendizagens profissionalizantes que objetivem contribuir na renda financeira desses educandos, sendo alguns desses caminhos o trabalho com lixo reciclado. Busca-se auxiliar os professores no planejamento das atividades de ensino, na seleção de estratégias que favoreçam a aprendizagem, monitorar as avaliações bimestrais e os projetos que ocorreram durante o ano letivo; apoiar não só os professores nas ações de capacitação e estimular abordagens multidisciplinares que atendam os interesses dos alunos e da comunidade, como também apoiar as organizações estudantis na tentativa de elevar o rendimento escolar dos alunos. Conseqüentemente, busca-se a melhoria dos índices do SARESP e outros programas avaliativos que possam vir a acontecer.

Vale recordar e ressaltar que

1. a escola é diversificada com três períodos diferentes nos quais se encontram alunos de 1º a 4º; 5º a 8º; e educação de jovens e adultos, ensino fundamental e médio, que trazem seus problemas pessoais e sociais de aprendizagem. Isso dificulta o trabalho do professor em uma sala de aula heterogênea, pois precisam trabalhar com os mesmos conteúdos, mas com práticas diferenciadas para que possam atingir a todos os alunos em sala de aula, sem exclusão;

2. a escola é administrada por um diretor, dois vices-diretores e três coordenadores pedagógicos do ciclo I e II, em busca de uma formação

¹⁷ Recursos direcionados para a compra de materiais e realização dos concertos e manutenções do prédio.

¹⁸ DE Diretoria de Ensino da Região de Mauá.

constante em serviço. Nas HTPC¹⁹, são discutidas as aprendizagens dos alunos e também se replanejam as aulas periodicamente de acordo com as sondagens e as dificuldades apresentadas no decorrer do dia-a-dia da sala de aula e no âmbito da escola;

3. a escola recebe alunos de classes sociais carentes, cuja maioria provém de famílias desestruturadas, sendo que uma boa parte deles migra no decorrer do ano devido ao tráfico de drogas. Cabe-nos a questão: Como trabalhar com esses alunos que vêm de bairros dormitórios?

4. a escola vem recebendo nos últimos cinco anos “Alunos LA”, por se encontrar na mesma cidade onde está situada a FEBEM, e por serem alunos do bairro próximo da unidade escolar. Por determinação do juiz, são encaminhados para essa UE por fazerem parte da comunidade dessa unidade, como dito acima. Vem-nos a questão: Como trabalhar com as diversas necessidades pessoais de cada aluno dentro da mesma instituição?

5. a escola no ano de 2006 passou por dois furtos – nunca foram encontrados os atuantes, mas para os gestores fica sempre aquele mistério no pensamento;

6. a escola fica aberta nos finais de semana com o projeto “Escola da Família” na tentativa de inserir a comunidade e no intuito de sanar os vandalismos e furtos no decorrer da aprendizagem no ambiente escolar;

7. os alunos são faltosos devido à desestruturação familiar; a comunidade tem difícil acesso à escola, não se faz presente e, quando chamada para dialogar, quase nunca comparece, talvez, pelo fato de a educação escolar ainda não ser valorizada de fato na vida de seus filhos e também por não ter autoestima elevada e uma boa visão de mundo.

Conclui-se que, ao realizar esta pesquisa na unidade escolar, vê-se a necessidade de fazer mudanças. Como gestora, desejo refletir sobre a administração escolar, sobre as maneiras de auxiliar a equipe docente para que o processo ensino-aprendizagem se torne sólido. Em troca, deseja-se que haja de fato uma inclusão propriamente dita.

¹⁹ Formação continuada de professores no interior da unidade escolar.

1.3. Como conhecer a escola no mundo contemporâneo

Para compreender a função social da escola, é importante situá-la no mundo moderno, observando os múltiplos papéis exercidos por ela ao longo do tempo. Verificamos que, mesmo cumprindo a tarefa básica de possibilitar variações em diferentes momentos da história, expressando diferenças entre sociedades, países, povos e regiões, independentemente de suas modificações no decorrer da história, a escola tem sido a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. Isto significa dizer que é o lugar onde, por princípio, é veiculado o conhecimento que a sociedade julga necessário transmitir às novas gerações. Nenhuma outra forma de organização até hoje foi capaz de substituí-la. Ou seja, foi criada para cumprir seu papel, ou seja, contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho. Como definem a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, é necessário que suas incumbências sejam exercidas plenamente. Assim, é preciso ousar, construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso e não sofram sem discriminação.

No Brasil, desde o começo de nossa história, observamos as fortes tradições de uma escola para poucos. Entretanto, essa situação começou a mudar no século XX, após a Proclamação da República. Mesmo assim, por muito tempo, a escola exerceu (em alguns lugares ainda exerce) uma função social excludente. Ou seja, a escola atendia apenas a uma pequena parcela da população mais rica, a população mais pobre (carente miserável) é quase sempre discriminada. Com o passar do tempo, aproximadamente há cerca de 200 anos, com os ideais da Revolução Francesa e da democracia americana, é que a escola passou a ser compreendida como uma instituição importante, não apenas para os filhos das elites, como também para os filhos das camadas trabalhadoras.

Conforme Romanelli (1995) afirma, historicamente, a Revolução Francesa e o movimento pela independência dos Estados Unidos representaram mudanças na natureza dos processos de participação popular, rompendo com o modelo aristocrático anterior.

A partir desses importantes marcos, a busca pela democracia intensificou-se, estabelecendo uma ligação muito próxima entre escola e

democracia. Compreendemos que foi a partir de então que começou a longa luta para transformar uma escola para poucos em escola para todos, e essa luta segue até os dias de hoje.

Em março de 1990, em Jontiem, Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial sobre a “*Educação para Todos*”. Esta reforçou a ideia de que o acesso dos alunos à escola é determinado pelo sistema educacional ao qual a escola pertence, seja municipal ou estadual. Entretanto, devemos lembrar que a escola pode canalizar as demandas e lutas sociais da comunidade em que está inserida, particularmente no que diz respeito à busca de novas vagas para atender a comunidade escolar.

Sobre a permanência, conforme já foi citado na Constituição Federal de 1988, artigo 206, inciso I e LDB, artigo 3º, inciso I, a escola tem muito a fazer. Lembre-se que, no passado, nem sempre a sociedade brasileira foi bem-sucedida em promover a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Hoje, porém, as coisas começam a mudar, e a responsabilidade passa a ser assumida por toda a sociedade, poder político, a família e a comunidade em geral. De uma forma mais intensa, aqueles que a conduzem com seriedade dignificam a tarefa da gestão escolar por administrar bem todos os recursos transferidos para a escola. As tarefas são: administração do pessoal, acesso as vagas, projeto pedagógico, a integração escola e comunidade, rendimento de frequência dos alunos, plano do trabalho do professor, parceria com a comunidade extraescolar, a cultura escolar, correção de alunos indisciplinados e a inclusão social.

Conhecer melhor a unidade escolar é o primeiro passo para que se inicie um bom trabalho administrativo na escola. Adiante, deve-se sistematicamente ir planejando ações de intervenção com o objetivo de provocar a interação dos conhecimentos adquiridos e fundamentá-los para a construção de argumentações junto à comunidade escolar. Porém, os dados e fatos observados sobre o funcionamento e a organização da escola são mais produtivos do que o discurso, pois eles representam as práticas existentes, os problemas e os sucessos reais. É importante também começar identificando os aspectos positivos da escola (seus esforços) para atingir as metas de democratização do ensino e de qualidade da educação oferecida. Os problemas devem ser observados como pontos de reflexão sobre o que se

deseja mudar, o que será feito por meio de articulação de planos de trabalho com a equipe escolar. Ressalte-se que

- o acesso às vagas - tanto a Constituição como a LDB definem que todas as crianças na faixa de 7 a 14 anos têm direito à educação, sendo o ensino fundamental I e II um direito público e subjetivo. Isto quer dizer que o não-atendimento a esse dispositivo constitucional implica a responsabilidade do poder público por não cumprir a lei.
- a importância da proposta pedagógica – conforme a LDB, é incumbência da escola e dever de toda a comunidade intra e extraescolar e não só apenas do gestor da escola.

No entanto, sabemos que as leis são fontes de esperança, mas não fazem milagres, visto que a realidade social não muda por um simples passe de mágica. Elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e os avanços sejam alcançados.

A lei máxima do nosso sistema educacional reflete um processo e um projeto político para a educação brasileira que compreende a LDBN 9394/96, que estabelece as diretrizes que definem os princípios, as finalidades, as intenções e os objetivos da educação brasileira.

São também as bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino, aos processos de decisão, às formas de gestão e às competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país.

Sendo assim, a LDB destaca três grandes eixos diretamente relacionados ao projeto pedagógico. São eles:

O eixo da flexibilidade: vincula-se à autonomia, possibilitando à escola organizar o seu próprio trabalho pedagógico.

O eixo da avaliação: reforça um aspecto importante a ser observado nos vários níveis do ensino público (artigo 9º, inciso VI).

O eixo da liberdade: se expressa no âmbito do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (artigo 3º, inciso II) e da proposta de

gestão democrática do ensino público (artigo 3º, inciso VIII) a ser definida em cada sistema de ensino.

Nesse sentido, considerando esses três grandes eixos, a LDB reconhece na escola um importante espaço educativo e nos profissionais da educação uma competência técnica e política que os habilita a participar da elaboração do projeto pedagógico.

Nessa perspectiva democrática, a lei amplia o papel da escola diante da sociedade, coloca-a como centro da atenção das políticas educacionais mais gerais e sugere o fortalecimento de sua autonomia.

Vale ressaltar nesse quadro que a LDB delega aos gestores os cumprimentos da tarefa de elaboração do projeto pedagógico.

Conforme Demo (1997, p. 29-93):

Artigo. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão incumbência de:

I- elaborar e executar sua proposta pedagógica.

VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Artigo. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

II- elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Artigo. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Sendo assim, é importante apresentar à escola e aos seus profissionais esse procedimento da construção do projeto pedagógico, porque

é preciso fazer surgir dessa autonomia garantida pela lei uma outra construída na escola. Que esta estimule e assegure a participação de gestores, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico, numa perspectiva mais ampla. Segundo (VEIGA, 1996), quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar o seu projeto pedagógico, ela propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica.

Nesse sentido, podemos dizer que o papel do gestor se assemelha ao de um maestro que coordena uma orquestra para que tudo saia no tom certo, com base na colaboração do conjunto de músicos.

Conforme Freire (*apud* AGUIAR, 1999, p. 115) o educador ou o coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra. Da coordenação sintonizada com diferentes instrumentos, ele rege a música de todos. O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer. A sintonia de cada um com o outro, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia do maestro com cada um e com todos é o que possibilita a execução da peça pedagógica. Essa é a arte de reger as diferenças, socializando os saberes individuais na construção do conhecimento generalizável para a construção do processo democrático.

Veiga (1996) põe-nos a questão: O que vem a ser o projeto pedagógico?

Etimologicamente, a palavra *projeto* vem do latim, participio passado de *projicere*, que *significa lançar para frente*. Projeto pode ser entendido, ainda, como intento, desígnio, empreendimento. Com base nessas ideias, o projeto é concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar da melhor maneira possível, sua função educativa conforme sua cultura inserida, segundo BRITO (1998). Entretanto, a liderança do diretor é algo arraigado na cultura das escolas e, paradoxalmente, cobrada pela mesma comunidade que exige independência, autonomia.

Sendo assim, o Projeto Pedagógico (PP) é o instrumento que possibilita a escola inovar sua prática pedagógica, na mesma medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas. Ao

construí-lo coletivamente, a escola afirma sua autonomia sem, no entanto, deixar de manter relações com as esferas municipais, estaduais e federal da educação nacional.

Cada escola é única, portanto esse projeto precisa levar em conta a cultura inserida naquela unidade escolar e o trabalho deve ser desenvolvido como um todo. A partir dessa concepção, ele não pode ser elaborado apenas por uma pessoa ou pelo gestor da escola. Também não deve ser planejado de uma única vez, mas de forma processual e gradativa, cumprindo sua função social por meio de ações a curto, médio e longo prazo,

Conforme Brito (1998, p. 13),

Entende que luzes busca. Não um feixe que ilumine apenas nêgas do chão, regalando a superfície maior a uma penumbra inaceitável. Acredita em luzes que se originando das entranhas da escola, ponto a ponto, hão de revesti-la (e investi-la) toda, tal como um astro que possui luz própria. Pontos-de-luz que se revelam, sobremaneira, na cultura e no clima da escola. Tais pontos quando encobertos podem ser desvelados, iluminando e indicando, multiplicadamente o desvelamento de outros, fundindo-se com outras luzes internas e externas à organização escolar, tornando-se, com certeza, múltipla e una.

Refletindo sobre esta ideia, essa prática de elaboração em conjunto do projeto pedagógico da escola, valoriza o pluralismo de ideias, pois o resultado das ações promove a melhoria continuada da educação e o cumprimento de todos os seus agentes.

A escola, como um espaço de formação do professor para que este melhor possa introduzir um programa de formação continuada, deve construir-se num centro de atualização e reflexão sobre a ação educativa de seus profissionais professores e funcionários. Na escola, a capacitação define-se como formação continuada no trabalho e é um processo que se instala por meio de seminários, pequenos cursos para estudos coletivos e sistemáticos, com reuniões para troca de experiências, reflexão sobre problemas encontrados em sala de aula, tomada de decisões em relação ao ensino-aprendizagem.

Esse processo requer um acompanhamento, que pode ser feito pelo supervisor, pelo coordenador pedagógico ou mesmo pelo gestor. Em algumas escolas há muitos recursos que devem ser aproveitados na realização das ações para a formação continuada dos docentes, por exemplo, o material dos programas, tais como: Um salto para o futuro, TV Escola, Proinfo, Proformação, livros ou materiais didáticos em geral e os próprios profissionais da escola, que certamente se sentirão valorizados.

Entende-se também que a formação continuada intra e extra-escolar se renova de dentro para fora da instituição e deve envolver toda a equipe escolar contribuindo diretamente com o projeto educativo da escola. Nessa perspectiva, a formação continuada realizada na escola desencadeia um ambiente de aprendizagem não só para os alunos, mas também para todos os integrantes que a compõem.

O gestor desempenha um papel fundamental na elaboração e articulação desse processo formativo. Compete a ele, por exemplo, estimular e facilitar a participação dos professores em cursos, seminários e temas do interesse da comunidade educativa.

Os esforços do gestor em valorizar os serviços que os funcionários prestam e as contribuições de sua participação no processo de crescimento da escola são fundamentais na qualidade da educação que se oferece à comunidade.

É importante que o gestor defina uma sistemática de avaliação criteriosa para os programas de formação continuada. Não esquecer que os resultados do programa devem não só valorizar professores e funcionários em seu fazer cotidiano, com também promovê-los socialmente. Afirma Martins (1999) que a sólida formação do profissional inicial é um permanente aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na escola e que são elementos essenciais para a melhoria da educação, devendo ser uma preocupação constante do gestor. Um programa de formação continuada em seu trabalho é capaz de ampliar gradativamente os horizontes do educador como cidadão e, ao mesmo tempo, fortalecer uma atuação educativa mais competente.

CAPÍTULO II – CAMINHOS DA GESTÃO ESCOLAR

Neste capítulo, tentaremos apresentar argumentos presentes na teoria crítica educacional e pedagógica articulados com as práticas ocorridas no desempenho do trabalho didático dos professores, no âmbito da sala de aula da unidade escolar em questão. Mostraremos a difícil tarefa de se trabalhar em uma realidade absolutamente carente em seus múltiplos aspectos, onde há afrontamentos indisciplinados constantes que prejudicam a aprendizagem da maioria dos alunos.

2.1. A difícil tarefa do gestor escolar: a esperança não pode apagar

Eu, como vice-diretora da unidade escolar, muitas vezes, me senti indignada com tantos problemas que ocorrem. Em muitos momentos, via-me como um apagador de incêndios, resolvendo problemas de brigas de alunos, afrontamento de aluno/professor em sala de aula etc. Esses conflitos e confrontos prejudicam o desenvolvimento da aprendizagem da escola, gerando atos de vandalismo e evasão escolar. Constantemente há alunos circulando nos corredores do prédio, chutando as portas, pichando as paredes e no período noturno, destroem as caixas de luz que ficam dentro e fora do prédio, praticam furtos de fiação, de correntes e cadeados que ficam fora do prédio e muitos outros comportamentos negativos.

Como a escola tem o programa Escola da Família aos finais de semana e atos de vandalismo perduram, pois tiram de dentro da escola aquilo que é de uso dos próprios alunos, tais furtos além de prejudicarem o andamento da escola, ainda paralisam o desenvolvimento do trabalho do gestor.

O gestor, muitas vezes, tem de sair urgente para outras unidades escolares para substituir outras gestões ou resolver assuntos burocráticos bem como precisa atender as necessidades de redes e circulares que tratam da vida funcional dos professores e do ensino/aprendizagem dos alunos. Em razão desses transtornos, do corre-corre do dia-a-dia e necessidade de se

ausentar em alguns momentos na escola, fica bastante complicado resolver tantos contratempos no administrativo e no pedagógico.

Como dissemos no capítulo anterior, quando refletimos sobre a inclusão de alunos que vem da Fundação Casa Lar (Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente e Jovem), percebemos que esses jovens chegam à escola com baixa autoestima, pois ao apresentarem a documentação exigida pela escola, seu olhar e sua fala não negam que se sentem mais um rotulado. O número desses alunos cresceu muito dentro da Escola S U nos últimos anos. Notamos que muitos deles parecem não ter interesse na aprendizagem escolar e acabam, de certa forma, influenciando outros e gerando a indisciplina na sala de aula. Percebemos que muitos deles não têm perspectiva de vida, são abandonados à própria “sorte”, acabam se excluindo dos demais, apresentam muitas dificuldades de aprendizagem, principalmente na leitura e escrita. A escola para eles parece não ser significativa, já que carregam muitos rótulos provindos da Liberdade Assistida e da desestrutura familiar. Assim, percebemos que os conteúdos desenvolvidos em sala de aula não têm nenhum valor para eles. É possível notar que as dificuldades que têm de integrar-se em um ambiente educacional geram indisciplina e muitos retornam à marginalidade para sobreviver do tráfico, do roubo e da vulnerabilidade- por falta de trabalho digno e ausência de estrutura familiar.

Esse ciclo vicioso segue... mais cedo ou mais tarde muitos deles voltam para a escola, são rotulados mais uma vez pela sociedade, seus documentos demonstram suas condições adversas. Chegam com seus olhares cabisbaixos pedindo: “Me inclua mais uma vez”.

Algo curioso nessa história é que esses jovens chegam à escola com o meu nome na documentação, como se eu fosse a diretora da escola. Ao ser dito para eles que eu não sou a diretora e sim a assistente de direção, respondem: “Mas para a juíza e para nós a senhora é a diretora”.

Em face da documentação judiciária, a escola abre-lhes as portas mais uma vez, acolhendo-os e incluindo-os na aprendizagem em sala de aula. Porém, muitos deles repetem o fato novamente. Entre uma conversa e outra, nos horários de HTPC, muitos comentam que não têm como lecionar em tais salas de aula, pois a maioria dos alunos não tem interesse, são indisciplinados,

não aprendem e, ainda não deixam os outros aprenderem. Observamos que tais afirmações são constantes nos discursos dos professores.

2.2. Incongruências e competências

Ante tantos problemas ocorridos na escola, perguntamo-nos como podemos realizar um bom trabalho, se o diretor não tiver conhecimento sobre a comunidade à qual a escola pertence.

Fundamentada em leituras, bem como após tantas reflexões sobre a problemática dessa escola em foco, enquanto vice-diretora e com base em alguns estudiosos e na legislação, procuramos olhar a realidade presente de forma que possamos juntos analisar os fatos ocorridos. Todo esse esforço se dá no intento de melhorar as interações pedagógicas e administrativas da U. E. e de compreender melhor o processo ensino/aprendizagem, a relação entre educando e educadores, como também o processo de inclusão de alunos indisciplinados e rotulados pela sociedade que os engloba.

Convido a todos os profissionais dessa escola em questão a desenvolverem um trabalho em equipe que possa analisar os fatos de forma significativa, valorizando meios e construindo habilidades e competências na tentativa de realizar trabalhos diferenciados, visando ações inclusivas que façam a diferença para uma educação para TODOS com qualidade.

Atualmente a escola, foco desta pesquisa, vem passando por uma nova administração, assumida em janeiro de 2008. Após a nova gestora ter assumido o cargo, percebemos que muitas coisas começaram a mudar. Entretanto, algumas para melhor e outras para pior. Mudanças negativas talvez ocorram pelo fato de essa gestora não ter visão administrativa por nunca ter trabalhado na escola pública, principalmente com alunos em situação de risco. Percebemos pela realidade em destaque que o concurso público pouco mede competências.

Conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 37, parágrafo I, para se prestar concurso público para gestor escolar basta o candidato ter uma formação plena em pedagogia, ter 18 anos de idade, ser brasileiro e estar bem das sanidades mentais para assumir um cargo de direção de escola. Podemos

pensar que pela inexperiência com a sofrida realidade das escolas públicas das periferias, é, muitas vezes, o novo gestor que acaba destruindo algo que se levou muito tempo para ser conquistado.

Segundo Rios (2001, p. 121), a ética é também o reconhecimento do outro. O outro, de que falamos são todos os envolvidos na educação: diretor, supervisor de ensino, vice-diretor, coordenador pedagógico, professores, funcionários e alunos reconhecidos e considerados sob uma perspectiva igualitária, de modo que a justiça e a solidariedade humana sejam de todos.

Assim, entendemos que quando o gestor fica dentro da sua sala fechada, sem saber o que está acontecendo dentro da unidade escolar, torna-se muito difícil um relacionamento administrativo e a viabilidade do desenvolvimento do processo pedagógico e seus desdobramentos na comunidade.

Partindo dessa reflexão, deveríamos buscar concretizar uma gestão participativa com olhar nos anseios dos educandos. Esta deve seguir no sentido de mostrar para a comunidade intra e extraescolar que uma boa escola é aquela que é gerida por um gestor visionário; com um olhar amplo do antes e do depois, que saiba refletir sobre sua própria práxis, que desenvolva práticas inovadoras, pautadas no saber escutar, dialogar, com coerência entre discursos e ações. É preciso que se reflita para não cometer erros, mas que tenha alegria e esperança e queira bem os educandos, mesmo aqueles que são marginalizados... Conforme afirma Capareto (2006), a escola é um universo específico cuja realidade, assim como a ação de seus atuantes, só pode ser compreendida a partir de um conhecimento prévio. Assim afirmamos que a gestão escolar só conseguirá fazer um bom trabalho na escola quando se propõe a lidar com as avalanches das novas informações que inundam e que se entrecruzam com novas ideias, oportunidades, problemas, desafios e ameaças, sem destruir o que já foi construído; que siga na tentativa de liberdade e autoridade, na construção de autonomia e estética junto com a equipe e que continue colaborando e desempenhando um bom trabalho que possa ser visto e reconhecido por toda a comunidade escolar.

Somente a participação efetiva e coletiva do conjunto de educadores de uma instituição escolar garante que um projeto se viabilize e

concretize, porque, convictos do homem e da mulher que desejam formar para a sociedade que querem construir, são capazes de trabalhar nessa direção (CAPARETO, 2006, p. 111).

É importante compreender que o processo ensino/aprendizagem que se realiza na escola não é individual, mas coletivo, envolvendo todo o corpo docente e técnico administrativo na construção da implantação de um projeto político-pedagógico com um olhar que garanta a qualidade do ensino/aprendizagem de todos incluídos nesse processo. Nesta via de raciocínio, observaremos e refletiremos sobre alguns conceitos que nos encaminharão para compreensão da importância de uma gestão escolar reflexiva e acolhedora, que perceba os profissionais da educação e educandos como vias importantes para a construção coletiva do projeto pedagógico. Que vise uma estrutura administrativa da escola adequada à realidade dos objetivos curriculares propostos pela Secretaria da Educação do Estado e que esteja também em acordo com os interesses das camadas sociais que atende. Que desenvolva mecanismos que facilitem e estimulem a participação dos pais e membros da comunidade em geral nas decisões a serem tomadas em busca de uma inserção de todos, para uma educação com qualidade e respeito mútuo.

2.3. Problemas de aprendizagem: aprender pra quê?

Nessa a unidade escolar em questão, com uma heterogeneidade ímpar, bem como em muitas outras da periferia, percebemos a dura realidade do alunado, dos docentes e de toda equipe. Essa escola recebe os alunos da periferia que a cerca, como também aqueles que tiveram passagem na Fundação Casa e penitenciárias, sem contar com aqueles que também advêm de bairros vizinhos com classe social melhor. Hoje percebemos que muito ainda tem de ser feito para que se tenha verdadeira consciência da participação heterogênea que hoje abarca a comunidade escolar. Sabemos que, para essa consciência, deve-se haver o desejo de uma cidadania mundial, da construção da democracia, de projeto político pedagógico humanizador e muitos outros valores; é necessário que a autonomia da escola e da própria vida de cada cidadão seja uma realidade.

Confirmamos isso pela Lei 9.394/96, em seu artigo 14º que prescreve:

Os órgãos de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios.

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ainda, no artigo 15º a mesma Lei prescreve que

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observados as normas gerais de direitos financeiros públicos.

Ressaltamos também na mesma lei, o artigo 3º da nossa Carta Magna, no capítulo sobre educação, quando se refere aos princípios que deverão embasar o ensino e a construção da "autonomia" da escola, está prevista na LDB 9394/96.

Necessidade de autonomia e flexibilização é o que a Secretária de Estado da Educação proclama, contudo sem analisar o seu público-alvo e as dificuldades de cada unidade escolar. Afirmamos isso, pois sabemos que o Estado de São Paulo é muito amplo para receber um currículo único para o ensino básico e médio. Sabemos das imensas dificuldades em se trabalhar com heterogeneidade de alunos, com suas multiculturas e diversas classes sociais. É extremamente diferente a realidade da escola pública da periferia daquela que se encontra no centro da capital, como daquelas que se encontram também no interior e na Grande São Paulo.

Nosso tempo, o dos educadores, é este hoje que já se encontra em gestação. Não um amanhã qualquer, mas um amanhã intencional, planejado, provocado pelo agora. Um amanhã sobre o qual não possuímos certezas, mas que sabemos possibilidades, segundo Cortella (2003).

Nos dias de hoje, em que se sofisticam os meios de informação, não é possível aceitar que tantos cidadãos sejam reprovados e excluídos da escola, sem ter o domínio da escrita da própria língua e de instrumentos básicos para compreender seu tempo, sua história e sua cultura. Sabemos que os que fracassam na escola são aqueles que muitas vezes se sentem fragilizados e rotulados por vivenciarem atos ilegais. Que, diante de colegas e professores, sentem vergonha ao dizerem que não sabem tais conteúdos ou até mesmo por saberem escrever só seu primeiro nome. Esses alunos tornam-se indisciplinados e muitas vezes se evadem da escola. Encontram um mundo perverso e não conseguem aprender em virtude de suas condições adversas de vida.

Por muito tempo acreditou-se que alunos marginalizados pela sociedade e indisciplinados não conseguem aprender e ainda tiram a atenção daqueles que talvez tenham vontade de aprender. Esses alunos, frutos de uma realidade adversa, acabam sendo retidos por várias vezes na mesma série, não encontrando mais sentido na educação escolar. Estudos, como os coordenados por Ribeiro (1993), vêm apontando que a marginalidade tem sido geradora de novas repetências. Por exemplo, nas escolas públicas da periferia, a probabilidade de um aluno repetente ser aprovado é metade da de um aluno novo na série.

Ribeiro, apoiado em estatísticas educacionais, aponta nesse referido trabalho ainda que o aluno reprovado, na realidade, não abandona precocemente a escola, pois fica cursando em média 6,4 anos antes de desistir. E a evasão ocorre quando ele já se distanciou muito da série que seria ajustada à sua idade, sente-se excluído e discriminado pela sociedade global, pois muitos deles se perdem pelo tráfico e prostituição. Quando retornam à unidade escolar novamente, na maioria das vezes se tornam excluídos. Muitas vezes o diretor e os professores não sabem das carências daqueles com quem estão lidando e isso dificulta muito o ensino/aprendizagem.

Cortella (2003, p. 159) afirma que

O professor reclama de alguns alunos por falarem sempre muito alto, quase gritarem, na sala de aula ou nos corredores; realmente, isso incomoda e atrapalha. Entretanto, será que agem dessa forma porque são mal educados por natureza? Não se pode supor que um comportamento assim seja imutável e ser corrigido com uma disciplina feroz; dependendo da origem social do aluno, até a altura de sua voz é explicável (para ser trabalhada). Crianças economicamente mais favorecidas, que habitam em casas maiores (com múltiplos ambientes separados), são educados para compartilhar o espaço com outros moradores (aprendendo a administrar o volume de sua voz ou dos aparelhos eletrônicos); já as crianças proletárias (normalmente as que vivem em favelas ou cortiços) não têm espaço no interior de suas moradias e, brincar ou conversar do lado de fora (em lugares abertos) precisam elevar o tom de voz para serem ouvidos (criando um padrão).

2.4. SARESP: riscos de uma avaliação comparativa

Como dito anteriormente, a Escola S U possui salas heterogêneas e superlotadas, com vários alunos com problemas de aprendizagem, como também casos de inclusão de alunos em situação de risco encaminhados pela Fundação Casa e também pelas Casas de Detenção. Pensamos como motivar esses educandos a fazer uma avaliação como o SARESP, imposta por um sistema que desconhece a realidade do educando e do educador; que mede e classifica o saber das escolas diferenciando-as por cores, verde, amarela, azul e vermelha, causando baixa autoestima nos professores e alunos pelos rótulos a eles impostos. Estes ficam em doloroso estado de alerta pois desejam detectar as causas de seus erros. Por onde começar a acertar essa situação de ensino/aprendizagem, se o próprio sistema é imposto de cima para baixo e não apoia as instituições de ensino, que apenas aponta os culpados – os professores, diretores e coordenadores que, segundo os avaliadores, não estão acompanhando a aprendizagem dos educandos.

Conforme os critérios de avaliação apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacional,

Os critérios de avaliação apontam experiências educativas a que todos devem ter acesso e que são consideradas essenciais para seu desenvolvimento e socialização. Nesse sentido, devem refletir de forma equilibrada os diferentes tipos de capacidade e as três dimensões de conteúdos, e servir para encaminhar a programação e as atividades de ensino aprendizagem (P.C.N. 1999).

Entendemos que a avaliação dos alunos deve possibilitar o diagnóstico e acompanhamento de seu processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, ser para o professor o diagnóstico para a reorganização do processo de ensino.

Em outras palavras, a LDB 9394/96 não concorda que a avaliação consista na mera contagem de acertos e erros, na utilização de resultados para classificar ou selecionar os alunos, afastando da aprendizagem escolar justamente os que mais precisam dela – os que se originam dos grupos sociais mais desfavorecidos e distantes da cultura escolar.

Podemos compreender que na avaliação em processo, o professor pode rever os procedimentos que vem utilizando e replanejar sua atuação, ao passo que, para o aluno, deve ser instrumento sinalizador de seus avanços e dificuldades. No contexto das relações de ensino e aprendizagem na sala de aula, a avaliação tem uma função permanente de diagnóstico e acompanhamento do processo pedagógico. Assim, entendemos de fato que a avaliação é um instrumento de ensino aprendizagem, quando o professor utiliza as informações para planejar suas intervenções, respeitando o nível e ritmo de cada aluno em diferentes situações de aprendizagem, propondo procedimentos que levem todos a atingir novos patamares do conhecimento, sem exclusão.

Esclarecemos que essas intervenções podem exigir formas diversificadas de atendimento e alterações de várias naturezas na rotina diária da sala de aula, no uso do tempo e do espaço, na organização dos grupos.

Conforme Parâmetros Curriculares Nacionais:

Tempo é uma variável que interfere na construção da autonomia do aluno; ele precisa aprender a controlar o tempo de realização de suas atividades e o professor é um orientador do uso do tempo.

Espaço reflete a concepção educativa da escola. A simples disposição das cadeiras pode facilitar a interação e o diálogo, por exemplo, é preciso aproveitar espaço fora da sala de aula para exposições, murais, apresentações (cf. PCN, 1993).

Dessa forma, salientamos que os processos de avaliação também vão levar o professor a perceber quando o acompanhamento deve ser mais individualizado, em grupos ou coletivo, bem como a necessidade de reformular as atividades realizadas incluindo novas atividades de formas diferentes para serem reconstruídas. No entanto, para debruçar-se desse modo sobre as produções dos alunos, é preciso ter clareza dos objetivos do trabalho, aonde se quer chegar. Na verdade ao avaliar cada produção de aluno, o professor faz uma comparação: compara o que o aluno faz ou fez com o que ele esperava que ele fizesse, soubesse, ousasse, conseguisse atingir. Ou seja, em qualquer situação de avaliação, todos nós professores temos em mente vários parâmetros para apreciar o que está sendo avaliado. Sendo assim, cada professor deve explicitar claramente, para si próprio, o que espera que os alunos alcancem. E os alunos também devem saber, a cada passo, o que se espera deles. Pois, conscientes e participantes, os alunos muitas vezes nos surpreendem, indo além do esperado.

2.5. Família participativa: a chave para o sucesso educacional

Podemos dizer que a família é de fundamental importância na vida das crianças, no sentido de acompanhamento escolar, do cuidado e da transmissão de valores. É notória a importância da família no acompanhamento das atividades escolares das crianças, de acordo com Cortella (2003). Porém, infelizmente, isso não é frequente na realidade das crianças e adolescentes que vivem nas camadas sociais mais pobres, pois muitos não têm família, e a maioria é criada e educada por avós, tios ou irmãos mais velhos, ou até por parentes muito distantes – dura realidade esta encontrada na unidade escolar

desta pesquisa. Boa parte dos alunos, além de carentes, são órfãos de pai e/ou de mãe – morreram pelo tráfico ou está encarcerada em cadeias.

Quando os professores e o conselho de classe e série fazem convocação dos pais para a reunião, os responsáveis acabam não comparecendo. O mesmo acontece quando há a entrega de material para o Aluno Presente (*kit* dado pelo governo Estadual para alunos das escolas públicas) e a entrega também de livros didáticos, o responsável que aparece é uma pessoa distante, que muitas vezes não tem nem mesmo a guarda dessas crianças e mal “cuida” delas.

Realidade esta vivida por mim, enquanto vice-diretora. Presencio fatos que entristecem e mexem muito conosco quando se está tentando realizar um trabalho incluso e que muitas vezes me sinto podada pela autoridade de uma diretora de escola que mal conhece a realidade da escola e que frequentemente proíbe a entrega de material para os alunos, tais como livros didáticos, cadernos, lápis, canetas e borrachas, ordenando aos funcionários que entregam o material ao responsável se este tiver documentos que comprovem a guarda dos alunos. Não é compreendida a importância desses materiais para as crianças e adolescentes, o que geralmente causa humilhação aos alunos e a seus responsáveis.

Conforme Freire (2002) aponta, devemos saber respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade do educando para que possamos juntos construir práticas pedagógicas de bom senso.

Situações como essas citadas me lembram a dura realidade de minha cidadezinha do Estado do Paraná, onde nasci e onde fui alfabetizada aos onze anos de idade. Não tinha caderno, lápis e borracha. Aprendi através das caixas de papelão que meu pai trazia das vendas, quando fazia compras no final de semana na cidade. Minha mãe, cuidadosa, cortava em pedaços pequenos com uma faca e amarrava com palha seca de milho. O carvão era o meu lápis e o miolo do pão era minha borracha. Díficil realidade de miséria e pobreza em virtude da qual também sofri exclusão na escola e fui rotulada por não saber ler e escrever e não poder aparecer como os demais na sociedade. Mas agradeço a Deus e aos meus pais por terem me dado a vida e apostado na educação, acreditando em mim. Talvez a seus olhos, um dia eu também pudesse fazer a diferença a outros que tanto sofrem.

Hoje procuro fazer a diferença para o espaço onde desenvolvo trabalho como vice-diretora. Muitas vezes me encontro indignada por ver pessoas humilhando outras por serem pobres e não terem família.

Sabemos pelos estudos históricos que são vários os fatores que intervêm nessa problemática dos alunos. Desde a década de 1970 considera-se que a maioria dos filhos das famílias econômica e socialmente desfavorecidas já tem acesso à escola pública, graças ao aumento da oferta de vagas. Essa ampliação não foi acompanhada de incremento de recursos para a educação, o que se refletiu nas perdas salariais dos professores e na falta de medidas que tornassem efetivas a democratização do ensino, influenciassem no atendimento escolar e nos problemas com a formação dos professores. Conforme a visão de Saviani (2003, p. 8),

Eis a grande descoberta: os homens são essencialmente diferentes, não se repetem; cada indivíduo é único. Portanto a marginalidade não pode ser explicada pelas diferenças de cor, de raça, de credo ou de classe, o que já era definido pela pedagogia tradicional; mas também diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber, no desempenho cognitivo. Marginalizados são os “anormais”, isto é, os desajustados e inadaptados de todas as “anormalidades”, o que não é algo, em si, negativo, ela é, simplesmente, uma diferença.

A educação será um instrumento de correção da marginalidade se contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importando as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e respeitem-se na sua individualidade. Há uma realidade heterogênea nas escolas públicas- dentro das salas de aula, e o professor muitas vezes encontra-se despreparado para enfrentar a realidade desses alunos oriundos das camadas populares mais desfavorecidas. Não compreendem que muitos alunos têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. São poucos os educadores que seguem na tentativa de fazer a diferença, no sentido de abrir espaço para as forças emergentes da sociedade como também das classes populares. De fazer com que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade que possa incluir a todos nos espaços escolares.

O ensino público de qualidade para todos é uma necessidade, é um desafio fundamental, tendo sua importância para o mundo do trabalho, para o desempenho da economia e para o desenvolvimento técnico-científico mundial. Nessa perspectiva, a educação de qualidade é, portanto, aquela que a escola a promove para o domínio geral dos conhecimentos (LIBÂNIO, 2005).

A escola serve também para o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como para a inserção no mundo e a construção da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.6. Ensino significativo e educação para todos: uma utopia possível

Observamos que, no decorrer dos anos, há vários casos de alunos que chegam à 4ª e 8ª séries do ensino básico, muitos com dificuldades na leitura e na escrita. Os professores procuram trabalhar para sanar essa dificuldade e fazer com que todos os alunos avancem no percurso escolar. Porém, em virtude de muitos alunos já terem sido reprovados várias vezes, é grande a dificuldade em aprender. Portanto, o que ensinar? Como ensinar? Como fazer para que aprendam de fato?

Talvez o primeiro passo seja convencer-se de que todos os alunos são capazes de aprender. O fato de terem sido excluídos não quer dizer que sejam incapazes; na maioria dos casos a exclusão resulta de reprovação, e a evasão advém de práticas de ensino inadequadas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 2.08:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

VII – garantia de padrão de qualidade.

Temos consciência de que certas condições são favoráveis ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, tais como: tempo para os professores realizarem reuniões de estudos, menor número de alunos por sala de aula, horários menos fragmentados etc. Assim, será possível enfrentar o desafio, apostar de fato na aprendizagem dos alunos, enxergá-los com um novo olhar deixando de lado antigos rótulos e expectativas desfavoráveis. Deve-se assumir o compromisso com a aprendizagem desses alunos inúmeras vezes e por diversas razões excluídos, que foram repetentes várias vezes e que ficaram evadidos.

Seguimos desejosos de uma proposta pedagógica significativa para todos os alunos. Conforme a LDB 9394/96 (artigo 12, inciso 1),

Cabe à escola elaborar e executar sua proposta pedagógica mediante a aprendizagem bem-sucedida, o autoconceito positivo e a confiança desses alunos na escola, nos professores e na própria capacidade de aprender e condições básicas para a continuidade dos estudos com chaves do sucesso.

Por sua vez, isso implica uma nova abordagem dos conteúdos e da prática docente, assim como a organização de um ambiente escolar desafiador que estimule a curiosidade de conhecer o mundo, abrindo janelas para os conteúdos das diferentes disciplinas através da leitura do cotidiano. Que essa prática pedagógica se faça tendo como base o currículo oficial do estado e os PCNs.

Pautados em renomados pesquisadores, como Piaget, Vigotsky e Wallon, seguimos conscientes de que a apropriação do conhecimento é um processo vivo, dinâmico, significativo, construído na interação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento. Isso possibilita a todos novas dinâmicas em sala de aula, estimulando a participação, mobilizando interesses e propiciando a elevação do autoconhecimento, da autoestima dos alunos. Acreditamos que esse seja o caminho a seguir.

2.7. Profissão professor: desafios, alegria, dor e amor

Ficamos a imaginar uma formação adequada aos professores que enfrentam realidades tão adversas em sala de aula. Temos em mente uma realidade de alunos ideais, mas professores reais. Em face de situações complexas nas escolas públicas, os educadores ainda não estão preparados para compreender a cultura das diferenças e semelhanças presentes nas salas de aula. Para compreender melhor essa realidade, segundo Macedo (2005), temos de entender primeiro a cultura das semelhanças e diferenças.

Segundo esse autor, do ponto de vista do conhecimento, a semelhança nos possibilita a organização do conhecido, ou seja, “diante de algo particular”. Diante do novo, buscamos classificar, conceituar, colocar o particular em um geral e, portanto, já conhecido, pelo menos como classe. Porém, ao fazermos isso, reduzindo as coisas às já conhecidas, estamos pensando negativamente, excluindo o que não serve. O que foi excluído, por sua vez, fica entregue à própria sorte.

Para nos relacionarmos com as diferenças, buscamos duas estratégias: ou negamos ou ignoramos. Ou a aceitamos de uma forma totalmente dependente, sem crítica, ou tentamos excluí-la por não entrar no padrão já conhecido, ou a substituímos. Busquemos compreender as diversas singularidades, diferenças e semelhanças para que possamos conviver com todos em igualdade de condições. Busquemos compreender a inclusão de todos os alunos sob a perspectiva de incluir a todos na aprendizagem escolar, para que possamos favorecer a educação de alunos que sejam capazes de enfrentar as incertezas de um mundo globalizado. Que sejam capazes de ser criativos, participativos, pensantes, autônomos, pesquisadores, reflexivos, responsáveis, compromissados, transformadores, competentes, disciplinados; que saibam trabalhar em equipe, que saibam conviver com as diferenças e semelhanças, capazes de aprender a aprender. Conforme Delors (2001), que saibam aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver com o certo e o incerto com as diferenças presentes no nosso entorno.

Segundo Lino (2005), no mundo atual, globalizado, o relacionamento ganhou uma grande valorização, pois se defende muito a importância da expressão do pensamento, da exposição de opiniões, da

formulação de hipóteses. Porém, na sala de aula vê-se pouco essa abertura aos alunos. Esse tipo de relacionamento, porém, provoca a questão das diferenças. Como conviver com os impasses, com as diferenças que a liberdade e a igualdade proporcionam? O professor deve se preparar na formação para enfrentá-los. Inbernón (2004) diz que para se lidar com formas de relacionamentos diferentes, com outros jeitos e formas, e para que todos sejam incluídos na escola ideal, é preciso saber se relacionar com os pares na perspectiva de construir uma escola inclusiva onde cada aluno aprenda de um modo diferente.

Nesse aspecto, gostaria de salientar que a relação professor/aluno numa comunidade como a nossa é de fundamental importância. Saber conviver é querer incluir e incluir-se na relação com outros. É poder realizar a convivência num jogo de diferenças e indiferenças, objetivando interações cotidianas do dia-a-dia no espaço escolar.

Assim, entendemos que a convivência é o grande desafio nos dias de hoje, tanto na escola como em nossos lares. Nem sempre sabemos conviver com pessoas, tarefas ou objetivos. Segundo Delors (2001), “na escola de hoje que se quer inclusiva, democrática, aberta a todas as crianças nosso problema mais importante é fazer das diferenças um motivo de trabalho e realização”. É preciso saber administrar as diferenças e, ao mesmo tempo, dar aula, alfabetizar, aprender as disciplinas, desenvolver competências e habilidades que capacitem os alunos para o exercício da cidadania para que possam ter melhores oportunidades de trabalho no mundo e sentirem-se plenamente realizados.

CAPÍTULO III – A DIVERSIDADE ESCOLAR E SUAS MULTICULTURAS

Neste capítulo, falaremos sobre a diversidade cultural predominante da Escola S U, na tentativa de compreender os alunos com comportamento inadequado, e que frequentemente entram em confronto com os educadores e colegas da escola.

Embora tenha havido algum progresso significativo na inclusão de grupos minoritários, que são alunos com deficiências sociais e de aprendizagem importantes, nos programas da escola pública há ainda uma longa história de expulsão e exclusão dos alunos de L.A. por causa de seu comportamento desafiador.

Conforme Stainback (1999) afirma, antes de tomar decisões sobre a melhor maneira de abordar um aluno com comportamento desafiador, é importante, em primeiro lugar, observar cuidadosamente como pensamos e falamos de tal comportamento. Dessa forma, é muito importante a maneira de como enxergamos o comportamento do aluno, pois, muitas vezes, rotulamos aquilo que ele é ou deixa de ser.

Embora a U.E. já venha realizando algumas práticas novas ao reconhecer esse ensino inadequado e contribuindo para um comportamento de desafio ao opositor, há uma forte suposição de que esses comportamentos inadequados dos alunos resultam num dos problemas que deve ser diretamente tratado. Cremos que para o aluno mudar o comportamento desafiador, devem ser alteradas as contingências do reforço e da punição no ambiente escolar. Isto requer que o professor e o apoio técnico escolar mudem suas atitudes diante de tais comportamentos, na tentativa de evitar punição, rotulação e exclusão, que ocorrem muitas vezes por falta de comunicação entre aluno e professor, porque o professor segue na tentativa de ter um olhar diferenciador diante da diversidade multicultural. Diversidade essa numa sala de aula com 38 a 45 alunos em que cada um traz sua cultura e dificuldades a ponto de muitos alunos dizerem explicita ou implicitamente: “deixe-me só”, “preste atenção em mim”, “dê-me isso”, “não quero fazer isso” ou “não entendo isso, preciso de ajuda”, e quando não são ouvidos e compreendidos, podem se sentir confusos, ameaçados, zangados ou sofrer. Se as atribuições escolares

dos alunos resultam em tédio ou em confusão, seu comportamento frequentemente se torna mais errático e menos previsível. Assim, desenvolvem comportamentos destrutivos e algumas vezes perigosos, segundo Stainback (1999).

Nessa perspectiva, muitas vezes o aluno desenvolve padrões de comportamento negativos a partir de suas experiências. Ou seja, os comportamentos destrutivos e/ou perigosos em geral funcionam imediatamente, pois o aluno consegue escapar das tarefas e ganha a atenção do professor. Entretanto, embora o comportamento destrutivo com frequência resulte em recompensas imediatas, entretanto os problemas são criados a longo prazo, tais como: alienação, exclusão e isolamento, que, em geral, aumentam o desconforto e a confusão na vida escolar do aluno, podendo resultar em um comportamento mais destrutivo ainda.

Queremos ressaltar a necessidade urgente de ajuda ao professor, sobretudo nas reuniões de H.T.P.C., ou seja, durante os encontros de formação continuada dos professores, em conjunto, no interior da escola. Logo entendemos que ao convencer ou aconselhar os professores a agirem de forma diferenciada em sala de aula, na perspectiva de rever suas práticas pedagógicas e dar mais para quem tem menos, objetivamos desenvolver maior equidade. Ainda, em comunicação com os professores, ouve-se a maioria dizer que “é difícil escutar o aluno”, caso ele esteja se comportando de modo inadequado. Também observamos que poucos professores conseguem continuar a ignorar um soco no estômago, um tapa no rosto, uma bafurada de maconha no rosto, odor de álcool forte ou mesmo gritos e berros altos com palavrões inadequados com mordidas e puxão de cabelos etc. Já é esperado que esses comportamentos dos alunos aumentem, a ponto de não desenvolverem as tarefas propostas em sala de aula, porém pouco se faz para corrigi-los a tempo.

Um dos comportamentos inadequados que queremos ressaltar tem início já no ensino fundamental do ciclo I. A escola é ampla e o ensino se estende até ao 3º ano do ensino médio. A problemática de exclusão, dificuldades de aprendizagem e o comportamento destrutivo ocorrem em todas as classes e séries dentro do ciclo escolar, prejudicando a aprendizagem da maioria dos alunos.

Segundo Steinback (1999), estruturar o problema é reconhecer que o comportamento destrutivo, até mesmo perigoso, tem uma função comunicativa. Isto não significa que devemos aceitá-lo e nada fazer para ajudar o aluno a praticar escolhas melhores. Entretanto, esse reconhecimento implica em que reconheçamos a legitimidade da comunicação do aluno e que o problema enfrentado pelos profissionais da escola é muito mais complicado. Não se deve e não basta simplesmente reduzir ou eliminar o comportamento desafiador do aluno, porque poderá se desdobrar em outras situações de indisciplina.

O exemplo a seguir, da educadora A. M. que leciona em uma sala de aula de 2ª série ciclo I, com 38 alunos, nos mostra que com suas habilidades e dada a devida importância aos problemas, talvez estruturando o currículo de uma maneira que satisfaça tanto aos interesses da escola quanto aos dos alunos, muitas questões foram resolvidas.

Apresentamos aqui o caso de um aluno que em 2007 foi rotulado de modo negativo e que, passava por diversos problemas. Não era o mais carente da sala de aula, mas encontrava-se com uma de suas orelhas roídas por ratos. Logo na 1ª série, ao perceber o problema, a professora teve a rica intenção de fazer uma cesta básica acompanhada com alguns presentes e levá-la até a sua residência. Ao chegar à residência desse aluno, se deparou com policiais. Soube que essa criança de apenas sete anos de idade teria sido flagrada com drogas no bolso da camisa. Ele comentou com a professora que a havia jogado dentro do rio Tamandateí, que faz divisa com a escola. A professora se viu em uma situação difícil ao perceber que seu aluno também passava por uma situação vexatória.

Esta pequena criança foi rotulada, discriminada e, desde muito cedo, aprendeu a enfrentar o mundo para ajudar nas economias do lar. Talvez não porque quisesse seguir o caminho dos pais (ambos delinquentes), mas talvez pela necessidade financeira que aquela família de nove pessoas estava passando. Ele tem uma mãe envolvida no tráfico de drogas e um pai que se encontra detido há seis anos.

Quando na 2ª série, no ano de 2008 sua nova professora relatou ter várias dificuldades para ajustá-lo ao processo de ensino/aprendizagem em sala de aula. Dizia que durante os primeiros meses ele frequentemente chutava

carteiras, cadeiras, batia nos colegas, ofendia as pessoas verbalmente e tentava fugir da sala de aula. Sua professora lidou com essa situação inúmeras vezes ignorando ao máximo o seu choro e, procurando reorganizar ao seu redor cadeiras e mesas para que ele não fugisse da sala. Esses procedimentos foram bem-sucedidos na redução de agressão e fuga do aluno, entretanto sua professora ficou preocupada com novos comportamentos expressivos que poderiam surgir no decorrer do ano letivo.

Outro comportamento discrepante foi com um aluno cadeirante, de 14 anos, que cursava a 5ª série do ciclo II. A professora da disciplina de português descobriu que o aluno só copiava as lições da lousa e não lia e nem reconhecia nenhuma das letras. Ela ficou desesperada, mas foi procurar ajuda para que ele não chegasse à 5ª série do ciclo II, com essa defasagem na leitura. Talvez esse problema tenha passado despercebido nas séries anteriores por ser disciplinado e ter uma boa grafia, de fácil entendimento. Essa professora, com sua sensibilidade, percebeu que esse aluno não desenvolvia o processo de leitura sozinho, precisando o tempo todo da intervenção da professora.

Nesse aspecto, de acordo com a LDB 9694/96 "deve haver atendimento especializado com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino". Depois da percepção da professora de português, fez-se diagnóstico com o educando para saber o que ele ainda não havia aprendido para que se pudesse ensiná-lo até que adquirisse as habilidades e competências exigidas para a série/idade em questão.

Compreendemos que de acordo com a LDB 9694/96, artigo 24, o aluno poderá prosseguir os estudos,

independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Nesse sentido, o aluno foi remanejado para uma 4ª série PIC²⁰ do ciclo I, com outra alfabetizadora na tentativa de alcançar ao menos o mínimo do nível de leitura exigido no ciclo Básico I e, assim, também contribuir para a qualidade de vida desse e de outros alunos.

Relatamos também o comportamento destrutivo e desafiador de outro aluno, matriculado no início de junho de 2007, no 1º ano do Ensino Médio, no período noturno. Esse era um dos casos oriundos da Fundação Casa. Desse centro de recuperação atendemos cerca de 260 jovens (a mais) entre os períodos da manhã, tarde e noite; cada um com comportamento diferente. Uns são mais tranquilos, enquanto outros são mais agressivos, trazendo dentro de si uma desconhecida perversidade que se desencadeia em salas de aula ou até mesmo nos corredores da escola.

Esse aluno acima citado envolvia-se em brigas e, muitas vezes, eu, no papel de vice-direção da escola tive de acionar a Ronda Escolar, para ajudar a resolver essas graves questões. Esses agentes policiais orientam esses jovens e juntos seguimos na tentativa de incluí-los na sociedade.

Portanto, compreendemos que a educação inclusiva não depende só dos gestores e educadores, pois as transformações que nela urgentemente precisam ocorrer estão intimamente atreladas às políticas públicas a serem implementadas.

Esta pesquisa procura defender uma educação inclusiva. No entanto, esta só se efetivará se houver uma reestruturação da escola, para atender as necessidades de todas as crianças, adolescentes e jovens, que dela necessitem. Segue-se dando ênfase àqueles alunos que, por direito público e subjetivo de cidadania, requerem apoio educacional complementar ou suplementar, para aprender a participar, porque possuem necessidades educacionais e necessitam de apoio diferenciado para participar plenamente da vida social e exercerem sua cidadania. Estes direitos podem ser ressaltados conforme a Constituição Federal de 1998, artigo 227.

A educação inclusiva tem sido uma das mais reiteradas pelas correntes pedagógicas atuais. Portanto, compreendemos que uma escola inclusiva é aquela que acolhe verdadeiramente a todos. Para tanto, é

²⁰ PIC - Projeto de Inclusão no Ciclo de ensino fundamental para alunos com dificuldades/defasagem de aprendizagem.

necessário pensar em um sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando a necessidade que se impõe para a garantia do direito público e subjetivo de cidadania, de acordo com a Carta Magna. Essa ainda enfatiza eu no âmbito da educação a valorização da pessoa do educando enquanto aprendiz e como ser histórico político e social, isto é, como cidadão.

Sendo assim, Gadotti (1995) afirma que a escola precisa melhorar para atender a todos, indistintamente. Precisa se tornar “uniforme” (ser compreendida como uma escola para todos). Deve seguir por esse caminho na tentativa de resgatar uma escola de qualidade como espaço do exercício da cidadania e da apropriação e construção de conhecimento e de cultura.

Tal como nos lembra Carvalho (1998), a escola deve ser, também, espaço da alegria e da convivência sadia. Para tanto, a prática pedagógica deve ser inclusiva, no sentido de envolver a todos e cada um, favorecendo o interesse e a motivação para a aprendizagem.

Assim compreendemos que uma escola inclusiva vai além do ensino ministrado como transmissão do conhecimento. Ela deve preparar o aluno para a vida nos aspectos políticos, éticos e estéticos, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos educadores, alunos e comunidade escolar, em qualquer uma das etapas dos ciclos de ensino. Por meio das ideias expostas, explicita-se o conceito de escola inclusiva.

A Constituição Federal de 1998, artigo 208 ressalta a necessidade da permanência e busca de uma escola com qualidade. Nesta o educando deve aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver em sociedade. Portanto, há o direito de integração com os colegas e educadores, para apropriação e construção do conhecimento.

Essa observação é fundamental para que possamos compreender realmente o fenômeno das diferenças, ou poderíamos dizer, a desigualdade, a diversidade ou, como se diz em matemática "um grupo de elementos pode não pertencer a um determinado conjunto, mas pertence ao conjunto maior."

Neste aspecto gostaríamos de relatar o processo de “inclusão marginal”, considerando o que afirma Carvalho (2004). Este autor considera que na sociedade capitalista se desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. Nesse sentido,

entende-se por excluídos aqueles que são rejeitados e levados para fora de nossos espaços escolares, para fora do mercado de trabalho, dos nossos valores, e se tornam vítimas da representação estigmatizante.

No que diz respeito à exclusão, Carvalho (2004, p. 106) observa que:

As medidas políticas administradas, implantadas ainda convivem com elevados índices de exclusão traduzidos, dentre outros indicadores, por: alunos nunca ingressaram na escola, defasagem idade-série, evasão escolar, estratégias de aceleração adotadas para evasão escolar, estratégias de aceleração adotadas para compensar o fracasso e evitar a repetência, baixa qualidade das respostas educativas das escolas, insatisfatórias condições de trabalho dos educadores, sua formação inicial e continuada, natureza da gestão escolar.

Portanto, compreendemos que ainda não encontramos a resposta que explique o fracasso escolar. Afirma ainda Carvalho (2004) que talvez ela não deva ser procurada apenas nas escolas ou, como muitos ainda pensam, nos alunos, como responsável solitário de um fracasso que não é dele, mas do qual é a maior vítima!

A falência da escola pública é decorrente do fracasso das instâncias políticas, este principalmente refletido nas escolas públicas que se localizam nas áreas não urbanizadas, encontrando-se nestas a maioria da população desempregada, sobrevivendo muitas vezes de lixo reciclado, tornando-se vulneráveis a todos os males. Muitos/as são vítimas de estupros dos próprios pais, principalmente as alunas entre 10 a 16 anos de idade.

Relato um caso que aconteceu em agosto de 2008, com uma aluna de 15 anos, da 8ª série do ciclo II. Ela foi vítima de estupro pelo pai, desde os 10 anos de idade. O caso só veio a ser descoberto quando uma de nossas professoras recolheu o celular dessa jovem, cujo uso era proibido em sala de aula. Foi comunicado à jovem que o aparelho somente seria devolvido aos responsáveis. No entanto, a aluna se sentindo ameaçada pelo seu próprio pai, resolveu dar queixa na polícia. O pai foi preso e duas semanas depois se

enforcou no presídio. Esse fato doloroso saiu nas primeiras páginas dos jornais da Região do Grande ABC.

Também queremos ressaltar os casos de crianças e adolescentes que chegam até a escola descalças, no frio e sem agasalho, estômago vazio. Dessa forma, compreende-se que muitas vezes o fracasso não está só nas mãos dos alunos.

Talvez nenhum cientista tenha afirmado que a criança sem alimentação não aprenda. Acredita-se que possa aprender sim, mas terá um raciocínio bem mais lento que uma criança melhor alimentada e com condições financeiras favoráveis a suprir suas necessidades básicas como: saúde, alimentação, lazer e cultura.

Acreditamos que seja necessária a implantação de políticas públicas nas comunidades carentes na tentativa de resolver graves problemas econômicos e sociais a fim de se ter uma inclusão verdadeira, para que os alunos possam ter um bom desenvolvimento na aprendizagem escolar. Com medidas sócio-educativas sérias, pode-se sanar de vez a evasão e exclusão dos alunos carentes e muitas vezes rotulados como indisciplinados ou conhecidos como marginais. Sendo assim, a equidade implica educar respeitando e acolhendo as diferenças e necessidades individuais, ou seja, dando mais para quem tem menos, como nos diz Perrenoud (2000).

3.1. A resistência da proposta pedagógica encontrada na escola inclusiva

Certamente não são poucas as resistências para haver uma inclusão verdadeira. Seja a dos familiares, dos professores e até dos próprios alunos. Consideram-se tais resistências, barreiras a serem removidas para garantir o sucesso da educação inclusiva. No entanto, e sob o enfoque compreensivo, consideram-se tais resistências naturais. Por exemplo, o novo assusta e a mudança é um processo lento e sofrido. cremos que, ao refletir sobre as resistências, devemos examiná-las a partir da argumentação daqueles que resistem a elas (Carvalho, 2004).

Quando uma professora diz “não quero esse aluno em minha sala de aula”, podemos interpretar sua recusa ou como má vontade, ou por medo,

ou inexperiência de não saber como trabalhar com esse aluno incluindo-o nas aprendizagens do dia-a-dia da sala de aula. Muitas vezes têm sido essas reflexões feitas nos H.T.P.C. Nessas reuniões, faz-se um trabalho de formação continuada no interior das escolas públicas, buscando fortalecer com algumas referências que sejam norteadoras para se trabalhar com a diversidade no âmbito escolar, principalmente, na U.E em questão, onde há multiculturas, vários olhares excludentes e poucos inclusivos.

Nesse sentido, Carvalho (2004) aponta vários olhares para a construção de um projeto político-pedagógico no qual se acredite que todos os alunos são capazes de aprender e que podemos melhorar as propostas educativas que hoje são oferecidas. Na realidade, os projetos político-pedagógicos das escolas pretendem ser considerados como uma “carteira de identidade”, oferecendo igualdade de oportunidades educacionais para todos com oportunidades diferentes e visando à igualdade de todos.

3.2. Apontamentos para vivências com a diversidade: os quatro pilares da educação para o futuro

É importante destacar que incluir significa inserir, introduzir, fazer parte, fazer constar, figurar. Uma escola inclusiva deve promover a integração dos aprendizes, fazendo-os sentir-se felizes e pertencentes a um grupo. Os alunos devem poder falar, movimentar-se questionar, trazer a vida para dentro da escola. E os professores dela participarem transformando o processo de ensino-aprendizagem numa construção de conhecimento coletivo e agradável, transformando, a qualidade da proposta educativa da entidade escolar. Assim haverá possibilidade de desenvolvimento de habilidades e competências dos educadores e dos alunos em busca do aprender, a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, como prescrevem os quatro pilares para educação deste milênio estabelecidos pela UNESCO. Destarte, seguir-se-á na perspectiva de construir uma aprendizagem que possa formar o cidadão tanto para o trabalho como para a vida social em diferentes contextos.

Queremos ressaltar o valor de muitos estudos na área educacional e a colaboração da UNESCO para a educação. Delors foi o

presidente da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. No prefácio do seu livro *Educação: um tesouro a descobrir*, Delors (2006, p. 11) escreve:

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais para a paz da liberdade e da justiça social. Ao terminar os seus trabalhos, a comissão faz questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação em desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. Não como um "remédio milagroso", não como um abre-te sésamo de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras.

É com esse intuito que pretendemos fazer a interconexão entre vários saberes e divulgar e socializar entre os professores essas ideias que, embora alguns já conheçam, não são claras na sua prática. Ainda que muitas vezes as escolas tenham como objetivo esses pilares, na prática eles não ficam evidenciados, em virtude da falta de maiores conhecimentos na área educacional e outras. E os professores, na maioria bem intencionados, não sabem muitas vezes colocar esse conhecimento na prática pedagógica, sem conexão entre o currículo e a vivência dos alunos.

A maioria dos professores desconhecem ou temem os desafios globais para a educação inclusiva, para a qual existem os seguintes defensores:

➤ Igualdade de acesso e permanência (artigo 201, inciso I da Constituição Federal de 1988);

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos que, há mais de cinquenta anos, proclamou que todas as pessoas têm direito à educação;

- A Declaração de Jontien – Tailândia em 1990, Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem;

- A Declaração de Salamanca e **linha de ação** de 1994, elaborada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

Muitas vezes, o corpo escolar, ao tomar conhecimento dos direitos do aluno, não sabe como direcionar esses desafios e como aplicá-los em sala de aula, visando a uma boa relação didática entre educando e educadores.

Portanto, como educadores, devemos deixar expandir todas as formas de expressão, primeiro em nós mesmos e depois em nossos educandos, para que juntos, extraindo e relevando nossos próprios potenciais, possamos nos educar mutuamente. Educadores e educandos, deixemos extrair as nossas essências históricas para que uma verdadeira inclusão seja feita, conforme sugere Delors (2006).

Este autor sugere que para dar resposta aos seus objetivos e missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento.

São eles: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros e aprender a ser.

3.3. Aprender a conhecer

Como educadores, sabemos que o processo de aprendizagem se faz no caminhar ao longo de toda a vida. Esse processo, à medida que vamos adquirindo conhecimentos no percurso de nossa existência, vai se tornando mais rico, mais complexo, graças às experiências vivenciadas na sala de aula e no cotidiano do ambiente escolar.

Notamos que a aprendizagem a que se refere o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI supõe um aprendiz que tenha domínio dos instrumentos de conhecimento necessários para aquisição de um repertório de saberes codificados.

Nesse contexto, a aprendizagem é um meio para a compreensão do mundo que nos rodeia e também uma finalidade de vida, já que nos conduz ao prazer de compreender, conhecer e descobrir o ambiente diversificado que nos cerca sob suas diversas culturas. Esse prazer é trazido pelo ensino com significado no qual se possa compreender o contexto escolar em uma perspectiva de inserir todos os alunos na real aprendizagem oferecida pelo ambiente escolar.

Para desenvolver o conhecimento, o aprendiz necessariamente tem de aprender a aprender, mediante o exercício de atenção, raciocínio e memória. Esse exercício muitas vezes deixa de ser iniciado em ambiente familiar. Na escola, por exemplo, muitas vezes conhecimento é construído por avanços e recuos entre o concreto e abstrato; isso implica uma combinação entre o ensino e a pesquisa, ou seja, pela utilização dos métodos indutivo e dedutivo, que por muitos são considerados como antagônicos, mas que observamos como complementares.

3.4. Aprender a fazer

O aprender a fazer é considerado como uma segunda aprendizagem, mais associada à questão da formação profissional. Essa aprendizagem deve evoluir e ser considerada em sua complexidade; é, enfim, preparar alguém para uma tarefa desafiadora. Na realidade é um tema amplo, pois a partir do binômio pensar-agir, observa-se a capacidade de ação para habilidades e competências artísticas, técnicas, científicas e políticas, possibilitando o desenvolvimento de aptidões individuais e coletivas.

É preciso saber como aplicar os conhecimentos para agir positivamente com vista a transformar a realidade. Para levar o aluno a aprender a fazer é necessário competência, que implica conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber agir). E isto deve ser adquirido em uma formação profissional adequada para educar, em especial, nas áreas de muita carência do básico, do essencial. Enfim, para privilegiar o método (a proposta da escola nova), os professores terão que ser muito bem preparados. Além disso, é necessário saber selecionar e seqüenciar conteúdos

básicos em cada disciplina e trabalhá-los de maneira ativa, por meio de um método ativo, que envolve a participação do aluno.

3.5. Aprender a conviver com os outros

Acredito que todos nós, educadores, concordamos que esse seja o maior desafio suscitado para a aprendizagem do novo milênio, principalmente no que se refere a processos inclusivos. É de fundamental importância reconhecer e respeitar valores plurais, expressões da diversidade de pensamento. A escola ainda não está preparada para distinguir as diferenças de saberes para dialogar. Esta habilidade encontra-se ainda caminhando para esses objetivos. Além disso, não desenvolvermos uma educação inclusiva. É de fundamental importância que auxiliemos a comunidade a que pertence a escola a aprimorar essas habilidades e a fortalecer os relacionamentos entre os professores e comunidade intra e extraescolar considerando-os sempre como agentes em comprometermos como esses processos educativos.

Compreendemos que o saber formal é visto como rígido neste milênio, e coloca a escola muitas vezes em uma posição autoritária. Ações de competição devem dar lugar a ações de cooperação, para que o “aprender a viver junto” se torne uma realidade e o ambiente escolar se transforme em uma eterna descoberta do outro. Esse processo de descoberta do outro induz ao conhecimento da diversidade da espécie humana, despertando a consciência sobre as semelhanças, diferenças e a profunda interdependência entre todos os seres humanos na tentativa de construir futuros cidadãos capazes de entender e compreender a diversidade.

3.5. Aprender a ser

Este pilar vem destacar o último de todos os processos educativos, tanto na vida familiar quanto em ambiente social ou escolar. Para aprender ser, todos nós, aprendizes envolvidos em atividades educacionais, deveremos estar trabalhando esse pilar em sua integridade. Ou seja, devemos

desenvolver a inteligência, a sensibilidade de incluir o outro com responsabilidade social e pessoal, ética, estética etc.

Todo ser humano deve estar preparado, principalmente pelas vias da educação, a elaborar pensamentos autônomos e críticos, para formular seu próprio juízo de valor de modo a poder vir a decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes situações da vida.

Diante de um mundo em mudança, em que os principais motores parecem ser a inovação tanto social como econômica, deve ser dada uma importância especial à imaginação e à criatividade, manifestações da liberdade humanas tão ameaçadas pela estandardização de comportamentos. Precisamos, neste século, da diversidade de talentos e de personalidades, de pessoas criativas. Convém oferecer, em todas as ocasiões possíveis, oportunidades ao aprendiz, para situações de descoberta e de experimentação pelo ponto de vista da ética, da estética, além das atividades esportivas, científicas, culturais e sociais, visando ampliar o que as gerações precedentes foram capazes de criar.

Partindo deste contexto, dizemos que para se haver uma educação verdadeiramente inclusiva, há a necessidade constante da formação continuada conjunta de professores, no interior da própria escola, em H.T.P.C. e outras para que haja troca de experiência e que possam refletir sobre suas próprias práticas. Desse modo, sigam na tentativa de buscar melhorias para as aprendizagens cotidianas na esfera da sala de aula e nas interações múltiplas do ambiente escolar. Estas se fazem pela experiência de se discutir o global com o intento de atingir o local pela troca de experiências vivenciadas.

No capítulo seguinte, detalharemos esses quatro pilares.

CAPÍTULO IV – PROJETOS: CAMINHOS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Neste capítulo, falaremos sobre alguns projetos, ora elaborados pela escola, ora elaborados pela Secretaria da Educação visando acolher e oferecer melhor qualidade de ensino/aprendizagem para os jovens oriundos da Casa do Menor e que migraram para as escolas públicas.

Seguimos...

4.1. Que realidade temos e que realidade queremos?

Cada vez mais percebemos que os profissionais da educação, em atividade na rede estadual de ensino, vêm refletindo sobre a difícil tarefa de lecionar nas escolas públicas, por conta de desinteresse, indisciplina e violência na esfera escolar e sala de aula. Muitos docentes, considerados excelentes profissionais, estão ficando doentes e até se afastando do cargo em licença médica, entre outros motivos.

Hoje, na rede pública de educação, trabalhar tornou-se um desafio para muitos profissionais, pois o descaso, a violência e a arbitrariedade invadiram o espaço da escola “roubando” o papel que ela representa. Tanto gestores quanto docentes estão impotentes diante de tal situação. A escola deixou de ser o local onde se troca informação articulando a aprendizagem e deu lugar a um “campo de guerra” com batalhas e enfrentamentos violentos. Contudo, propomos uma reflexão dentro e fora da unidade escolar para “salvar” o trabalho pedagógico e administrativo já tão desestruturado, visto que a escola recebe cada vez mais a influência do seu contexto social, agrupando centenas, ou milhares de alunos das mais diferentes origens e formações. Os profissionais estão descontentes com as condições de trabalho, com os ajustes e baixos salários, então não conseguem lecionar e produzir o suficiente para alcançar um nível de ensino esperado por toda a comunidade intra e extraescolar, e a qualidade de ensino tem deixado muito a desejar. Ou seja, a educação está necessitando de novos rumos.

Muitas vezes, devido aos baixos salários, há necessidade de se obter ganhos minimamente suficientes para o sustento e o conforto familiar, obrigando os docentes a dobrarem jornada de trabalho ou procurarem outras atividades. Porém, atualmente eles são quase sempre impedidos de ampliar a jornada de trabalho em outras escolas devido ao acúmulo de horários. Os especialistas sofrem os mesmos problemas, levando as consequências de acúmulos de cargos.

Assim, a unidade escolar acaba ficando desfalcada tanto no administrativo quanto no pedagógico. Muitas vezes determinadas funções pedagógicas são substituídas por professores eventuais (substitutos), que encontram várias dificuldades com a indisciplina dos alunos não conseguindo administrar suas aulas; deparando-se o tempo todo com confrontos com e entre alunos, cujo resultado é o vandalismo que se reflete no prédio ou no patrimônio escolar.

Segundo a Lei 10.261/68, artigo 63, inciso V, é digno o profissional comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza. No entanto, percebemos que os problemas das escolas públicas estaduais não param por aí. Outros pontos negativos vão aparecendo no decorrer do dia-a-dia, tais como: falta de estrutura física para o prédio escolar funcionar com relativo padrão de atendimento ao público. Seguimos na tentativa de fazer o melhor, mas nem sempre isso é possível por conta das crescentes e massacrantes burocracias.

Dizemos que deveria haver suporte para o trabalho administrativo e pedagógico funcionar bem. Quando isso não ocorre, reflete na escola em toda clientela. O funcionamento deixa a contento, com tantos problemas de recursos humanos e estrutura física precária. Sem contar, também, a falta de autonomia, fator de emperramento da instituição cada vez mais violenta, dependente de um sistema centralizador por parte das políticas públicas.

Gostaria de salientar também que muitos educadores que estão na carreira de magistério, há mais de dez anos, são testemunhas das incríveis mudanças sociais, tanto na educação escolar, como na educação familiar. Muitas vezes as famílias atuais não compreendem sua importância para um bom desenvolvimento global da criança e do adolescente.

Conforme a Lei 8069/90 – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigo 4º,

(...) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Em virtude de tais mudanças houve um prejuízo na educação oriunda tanto da família quanto da escola, lembrando que a família é a base da identidade do sujeito. Sabemos que o ser humano necessita de vínculos afetivos estruturados e uma boa educação para viver com dignidade. Não basta só a educação formal, pois é necessário haver a educação para a vida.

Às vezes a gestão escolar, ao acompanhar a formação continuada dos professores nas HTPCs, observa as angústias, que estes trazem ao relatar sobre o comportamento violento e a falta de acompanhamento familiar dos alunos, causando ansiedade e intranqüilidade em suas práxis. De certa forma sabemos que as famílias são ausentes por questões socioeconômicas, e às vezes, por não darem o devido valor à vida escolar dos seus filhos, o que gera prejuízo na formação e orientação desses jovens.

Sabemos que a parceria entre escola e família é fundamental na formação da personalidade do aluno. Porém, o que vemos hoje é o individualismo e, com ele, a corrupção, a miséria, a exclusão, a violência, a criminalidade. Observamos que as famílias mudaram muito nesse meio século. Elas passaram a agir de forma diferente e sua estrutura foi alterada. Muitas mulheres passaram a ter ocupações fora do lar, assumindo muitas vezes a dupla jornada de trabalho para sustentar a casa ou para ajudar no orçamento familiar e em busca de melhores condições de vida.

Este mundo globalizado, como ressalta Milton Santos (2003), é uma globalização como fábula, em que se faz verdade certo número de fantasias, porque as pessoas estão cada vez mais materialistas, muitas vezes

sem saber administrar bem sua própria sobrevivência num mundo global e ilusório.

Diante disso queremos esclarecer que possuir cada vez mais bens materiais parece ser o objetivo preponderante na organização familiar dos dias atuais. Passou-se de um período de normas rígidas, autoritárias e severas para a liberdade, condescendência e omissão, quase sempre de modo circunstancial, não intencional. As consequências, as expectativas familiares em relação à escola, e vice-versa, sofrem profundas modificações. Exemplo: antes, não muito distante de nosso olhar, parece que as famílias valorizavam, confiavam mais na escola, havendo até uma cumplicidade entre ambas. Atualmente, as famílias passaram a criticar a escola, transferindo suas responsabilidades para ela. Como exemplo vivo disso, temos a unidade escolar em questão e muitas outras tentando resolver uma multiplicidade de problemas, que os alunos trazem diariamente das suas residências e que vêm repercutir no âmbito escolar e nas salas de aula. Funções específicas das famílias são transferidas para a escola, como educação familiar, bons modos, respeitar a todos com urbanidade, ter bom senso, educação sexual e iniciação religiosa etc. Tudo isso reflete na escola, pois os alunos vão sem noções de limites, o que dificulta as atividades relacionais. Não que a escola esteja isenta de trabalhar essas questões, conforme os PCNs, Parâmetros Curriculares (nº 04/98), mas a iniciação das crianças cabe às famílias.

Na verdade, entre uma reflexão e outra, percebemos um jogo de empurra – empurra, da escola para a família e desta para a escola.

Enfim, a situação das escolas públicas e seus profissionais educadores mudaram muito, ou seja, antes as escolas conferiam prestígio social a seus profissionais. Por exemplo, o educador era mais valorizado na sua profissão de magistério, tinha uma formação consistente e privilegiada, a remuneração era condizente, o professor recebia apoio para trabalhar, o que se condenava é que as escolas eram seletivas.

Com o passar do tempo percebemos a grande expansão quantitativa de alunos que ingressaram em escolas públicas, pois conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

E diz a LDB9394/96:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

São louváveis estes parágrafos das leis que prescrevem que as escolas devem abrir as portas para todos sem discriminar os diferentes perfis ou classes sociais.

No entanto, a partir desse contexto de ampliação quantitativa de rede escolar houve uma deterioração qualitativa do ensino, uma diminuição drástica dos salários dos educadores, além das condições precárias de trabalho. Ainda, tentou-se a verdadeira correção do ciclo e do fluxo de alunos, conhecida como progressão continuada. Porém, a Lei de Diretrizes e Base LDB (9394/96), artigo 32, parágrafo 2º estabelece que isso deve ocorrer sem prejuízo da avaliação do processo ensino aprendizagem. Contudo, o educador ainda não entendeu a progressão continuada até hoje.

Faz-se saber que a progressão continuada veio para ajudar os professores e os alunos. Essa modalidade de ensino serve para adequar o aluno que não conseguiu aprender na idade certa. Sabemos que cada um tem seu tempo e ritmo de aprendizagem e deve ser respeitado em seus limites e habilidades. Porém, muitos professores entenderam a progressão continuada como aprovação automática, e o que gerou na verdade foi a exclusão de muitos, que talvez já se considerassem incluídos na sociedade.

Tendo em vista todas essas reflexões sobre aprendizagem significativa, buscamos compreender que a escola, não faz muito tempo, era apenas um instrumento de transmissão de saber. Agora, é uma instituição social, com múltiplas tarefas que vão além da transmissão do conhecimento organizado e sistematizado. Destarte, o objetivo da escola, que era “qualificar o

educando para o mundo do trabalho”, conforme a LDB 9394/96 - artigo 34, seu papel agora é preparar o cidadão crítico e participativo para a vida no mercado de trabalho e capaz de construir sua própria identidade.

Consideramos também, como base para os projetos, outros dados importantes: em períodos anteriores, o aluno passava a frequentar a escola com boa formação de valores (bom comportamento, conhecer limites, noção de ética, religião etc.). Mas, observamos que, nos dias atuais, o aluno ingressa na escola com vários problemas familiares, sociais e culturais, ou seja, com uma formação deficiente. Porém, outros vão já com razoáveis informações e conhecimentos devido aos avanços tecnológicos da comunicação e informática, mas às vezes, com déficit de valores éticos. Isto traz uma grande discrepância cultural para a lide do educador.

A triste realidade da escola atual

Cada vez mais está ficando difícil trabalhar nas escolas públicas da periferia, principalmente quando se trata do período noturno. Quando parece estar tudo calmo, percebe-se uma calma perversa. Isto faz com que os educadores e gestores trabalhem na expectativa de que algo pode estar para acontecer nesse período, como pudemos constatar em vários exemplos citados anteriormente, fatos ocorridos na U.E. sede desta pesquisa. Essa angústia merece uma análise mais acurada.

Quando se trata da inclusão de alunos em L.A., é comum ocorrer indisciplina, violência e vandalismo, não só dentro da unidade escolar, como também em seu entorno, normalmente, nos portões da escola, quase sempre onde há uma concentração de alunos, no início e fim de período de aulas. Nesse local, alguns alunos se envolvem com simples brincadeiras, havendo até tráfico de drogas. Passa-se também por outros tipos de violência chegando até à morte.

Caso recente aconteceu em uma das noites de sexta-feira no período noturno. Eu, enquanto vice-diretora responsável pelo período noturno, presenciei o momento em que um aluno adolescente tirou a vida do outro devido a uma dívida. Parecia algo normal entre eles, como se nada houvesse

ocorrido. Este que morria seria apenas mais um. E apesar de eu mesma levar o caso até a delegacia de policia, nenhuma atenção foi dada ao fato. Enquanto gestores, sabemos que é mais um caso arquivado e ficamos na expectativa de que podem estar acontecendo outros casos, pois a história não para por aí e isso pode ser apenas o começo, a ponta do iceberg.

Quando se trata do ciclo I e ensino fundamental II, há menos ocorrências. Talvez, porque parte considerável de pais acompanham os filhos até a entrada na escola. Entretanto, é preciso ficar claro que as escolas públicas, em sua quase totalidade, não dispõem de funcionários para a vigilância nos portões e nem mesmo funcionários preparados o suficiente para fazer entrada e saída de alunos, ficando quase sempre esse trabalho na mão do vice-diretor da unidade escolar. Por outro lado, sabemos que a responsabilidade do diretor da escola sobre os alunos cessa quando eles vão para suas residências. Mas fatos mais graves ocorrem com os alunos do período da tarde, por haver maior quantidade de alunos provenientes da Casa do Menor. E esses muitas vezes passam entorpecentes aos outros ou os influenciam a cometer delitos.

A partir dessas reflexões, gostaríamos de analisar a seguir os problemas internos mais comuns nas escolas.

Teoricamente, os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes recebem formação para lidar com grupos heterogêneos. Na prática, porém, a realidade é outra, ficando a desejar esta contextualização de “teoria é prática”, segundo Alarcão (2003). Assim compreendemos que o trabalho deve ocorrer com a diversidade e a pluralidade cultural da clientela, já que não há escola onde reine a harmonia imaginada por todos os cidadãos, conforme nos afirma Macedo (2005). Nessa perspectiva, os principais problemas que atingem o universo escolar muitas vezes resultam da falta de limites e das dificuldades de relacionamento entre alunos e corpo docente. Porém os alunos, em regra geral, não têm uma percepção muito eficiente sobre o comportamento do grupo. Conforme nos diz Candau (2002), “sobre o direito de onde começa o de uns e onde termina o dos outros”. Isso causa embaraços entre os alunos, docentes, gestores e envolve também o pessoal administrativo das escolas, pois os alunos nem sempre têm consciência de seus deveres, apenas dos seus direitos. As afirmações desse autor vêm ao encontro do que

queremos dizer. Basta observar os embaraços ocorridos em sala de aula ou no pátio da escola. Cabe à gestão da escola colocar algumas normas e deveres a serem cumpridos. Conforme a Lei 10.261, artigo 241, inciso VI, "deve-se tratar com urbanidade os companheiros de serviço e as partes que envolvem a Unidade Escolar".

Nessa perspectiva observamos que, quando as normas são discutidas com os alunos, parecem ser bem aceitas. Quando imposta de cima para baixo, causam problemas.

Diante dessa realidade compreendemos que a violência psíquica é uma das manifestações mais presentes em nossas escolas, pois hoje em dia atinge professores, gestores, funcionários e alunos que são considerados "diferentes". São discriminados ao serem incluídos com os demais, por exemplo: os gordos, os de estatura baixa ou os mais altos, os negros, os orientais, os homossexuais, os miseráveis e os rotulados pela sociedade (casos de LA) etc. É o fenômeno chamado de *bullying*,²¹ que tem desdobramentos desagradáveis. Dessa forma, os apelidos, ou chamamentos inadequados, podem marcar e discriminar os estudantes, professores e o grupo administrativo da escola e pelo resto da vida. Conforme Aquino (1996), a exclusão começa com o sentimento de vergonha.

Sendo assim, observamos que trabalhar com a inclusão nas escolas públicas das periferias é tarefa difícil. Principalmente quando se trata do multiculturalismo social no âmbito escolar, pois a exclusão vai se agravando e dificultando o desenvolvimento pedagógico até o ponto de individualizar a aprendizagem dos alunos e prejudicar o funcionamento da unidade escolar.

Segundo Groppa (1996), há uma diferença entre indisciplina e violência. Na indisciplina bula-se um código de regras, na infração ou violência, um código de normas legais. Afinal a violência não é um fenômeno recente, e no Brasil ganha destaque a partir da década de 1980 e pode acontecer em ações contra o patrimônio ou até agressões interpessoais. Atualmente a

²¹ É um termo em inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (*bully* ou "valentão") ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz(es) de se defender. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bullying>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

violência tem alguns agravantes perigosos dentro das escolas públicas, como o surgimento de armas, a disseminação do uso e tráfico de drogas e a expansão do fenômeno de gangues etc. Crescem, cada vez mais, as violências institucionais e simbólicas pela fuga às aulas, conteúdos desinteressantes e violência nas relações de poder entre professor e alunos. Conforme Candau (2002), a violência se encontra agravada dentro e fora da escola.

4.2. A escola violenta ou a violência na escola?

Para compreender esse contexto, gostaria que refletíssemos um pouco sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (9.394/96), que normatiza:

Art – 1º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolverem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art – 2º – A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em outras palavras, compreendemos que na verdade não há uma solução definitiva para os problemas de indisciplina e violência nas escolas principalmente aquelas encontradas em bairros de periferia onde se encontra boa parte dos alunos com problemas sociais e rotulados. É preciso enfatizar que a escola é o local dos “diferentes”, as ações são dificultadas por essa circunstância, torna-se difícil encontrar saídas, e muitas situações são ignoradas para evitar certos transtornos.

Se observarmos claramente a Lei de Diretrizes e Bases, em seus artigos 1º e 2º, quando afirma que “a educação é compreendida como um processo de formação contínua, bem como um dever da família e do Estado,

buscando o pleno desenvolvimento do educando", há de se compreender que a formação do educando não é um processo estanque, que possa ser interrompido ou retomado em outro momento, há de se entender que o aprendizado é construído em degraus no dia-a-dia no ambiente escolar.

Imaginem uma criança ou adolescente que tenha iniciado seu processo educacional e o tivesse interrompido por algum problema social; depois de muito tempo afastado dos ambientes educativos, retorna à escola. Torna-se difícil para o educador lidar com essas situações, mesmo ele tendo formação especial para lidar com casos de inclusão social. Segue as reflexões e interações os HTPCs na unidade escolar sobre esses casos.

Imaginem os pais, que muitas vezes não têm nenhuma formação para lidar com situações de violência social, conflitos de adolescentes, e se propõem a resgatar e educar seus filhos marginais. Logo entendemos que o ser humano não nasce com uma "receita" instrutiva para facilitar sua formação. Apenas sabemos que, segundo os estudiosos, compreende-se que todo homem nasce "bom e livre" o mundo é que o transforma.

Observamos, enquanto educadores, que é na família que se inicia todo o processo educacional, como uma formação ética, o estabelecimento de limites e regras, de hábitos e cultura, maneiras de ser e conviver harmoniosamente dentro e fora do ambiente familiar. Espera-se que com isso a criança ingresse na escola podendo dar valor e se sentir valorizada e valorizar o patrimônio histórico-cultural, bem como desenvolver relações saudáveis com seus pares. Entretanto, entendemos que se as relações educacionais e familiares não forem bem administradas podem trazer frustrações, tanto para as famílias, como para o aluno e a para escola.

É de suma importância relatar mais uma vez a Lei de Diretrizes de Base da Educação LDB (9.394/96), artigo 12, inciso VI, que afirma ser dever da escola articular-se com as famílias e a comunidade, criando um processo de integração da sociedade com a escola. É o momento em que ambos precisam entender o porquê das diferentes situações, das deficientes infraestruturas das escolas tanto no administrativo quanto no pedagógico, relacionadas com os problemas internos das famílias dificultando os avanços necessários para a aprendizagem. Porém, uma grande quantidade de alunos que se encontram

excluídos das escolas públicas localizadas em bairros periféricos e nos entornos das cidades do Estado de São Paulo têm nos preocupado muito.

Essa questão de indisciplina e violência vem exigindo dos profissionais da educação mais conhecimento e compreensão das diferentes fases de desenvolvimento da vida do aluno. Por exemplo, com relação às crianças do ensino fundamental I, de 1ª a 4ª série, reina quase absoluta dependência de seus educadores. Já os adolescentes do ensino fundamental II vivem um período complicado, que é a busca da autonomia, exigindo do educador muita preparação didática e inteligência interpessoal para lidar com esses afrontamentos. Segundo Groppa (1996), deve haver uma boa relação didática entre o educando e o educador, principalmente na adolescência, pois, essa é a fase de desafios e experimentos. Quando os jovens têm convivência conflituosa com os pais, educadores, até mesmo com os colegas, necessitam da atenção redobrada dos educadores e da família em busca de uma convivência harmoniosa para obterem amadurecimento e equilíbrio. Leva-se em conta que qualquer conflito pode gerar desdobramentos desagradáveis, como violência física, formação de gangues e uso de drogas.

Portanto, para aprender melhor como trabalhar com a inclusão social dentro das escolas públicas, inclusive naquelas que se situam nas periferias, tentamos entender qual é a melhor saída para diminuir a intensidade dos conflitos, já que é necessário compreender a relação entre a escola e a família. Assim, o primeiro passo é não ver o educando como a causa dos próprios problemas.

As relações afetivas saudáveis são de grande importância para a formação da criança e do adolescente. Portanto, pais e educadores devem trabalhar juntos para aprimorar a aprendizagem e buscar melhores caminhos para a formação crítica e a construção da identidade dos educandos.

Sendo assim, está comprovado que a educação escolar mais eficaz é aquela que conta com a participação dos pais. Segundo Alarcão (2003), uma escola é flexível com professores, gestores e comunidade reflexiva, capaz de refletir sobre si mesma, avaliar e ser avaliada. Outros dados também comprovados pela Secretaria da Educação de São Paulo afirmam que, quanto maior o tempo de carreira do gestor fixo na escola, melhor é o

desempenho do Saresp, do Idesp, e isto faz a diferença na aprendizagem dos alunos e na administração da escola, de acordo com Tavares (2008).

4.3. Compreendendo a inclusão social na escola pública

Alarcão (2003) considera que para que haja processos verdadeiramente inclusivos na sociedade e na rede de ensino faz-se necessário algumas medidas, como condições dignas de trabalho. Para isso é preciso a promoção, pelo governo, de cursos de formação com seminários e grupos de estudos envolvendo a participação dos pais junto e educadores para que os mesmos possam entender melhor as diversas fases da infância e da juventude. Se os problemas são de todos, a solução também é todos.

Observando a realidade da Escola S U na qual venho realizando minha pesquisa, com alunos com problemas pessoais e sociais, como dito anteriormente, as autoridades acreditam que os educadores sozinhos podem transformar essas crianças, adolescentes e jovens. Pelas experiências vividas nessa escola, em 10 anos consecutivos de acompanhamento de várias situações de inclusão, acreditamos que talvez não consigamos transformar todos os alunos que foram incluídos. No entanto, uma boa parte desses alunos, frutos da inclusão, estão caminhando em busca de um futuro melhor. Relatos que confirmam isso serão apresentados mais adiante.

Nós gestores, junto ao grupo de professores dessa escola, a eles perguntamos: *Que cidadania é esta e quais são as vítimas ou culpados dessa situação?*

O mundo se transformou em um grande mercado globalizado onde nem mesmo a educação e os educadores foram poupados de grandes desafios. Ademais, as políticas públicas não contribuem para melhorar os conflitos gerados pela globalização.

Até mesmo o Sistema Estadual de Educação foi contaminado pelo mercado. É só observar o tratamento oferecido às escolas e a seus profissionais, a qualidade da educação pública encontra-se condicionada a índices como IDESP, SARESP, ENEM, preocupados apenas com amostragem

para o sistema, e não com os reais problemas de aprendizagem, indisciplina e violência dentro das escolas públicas.

Assim também, parece que são poucos os interesses de verificar as mudanças na aprendizagem. Parece que o maior interesse é apenas o investimento do capital estrangeiro dentro e fora do país, menos o de melhorar a educação, respeitar os educadores, investir mais no capital humano melhorando a formação do educador. Nessa perspectiva, os educadores também se revoltam e fica claro o porquê da revolta, com baixos salários haverá os baixos índices de aprendizagem, o nível de violência dentro das escolas. Segundo Charlot (2005), a violência é produzida dentro e fora da escola, causando revoltas em relação ao saber.

Identificamos que o Estado está conectado ao mercado de trabalho, criando novos modelos e programas de currículos; mudando a legislação; aumentando os anos escolares para nove anos no ensino fundamental; o terceiro ano do ensino médio fez-se profissionalizante; prova para o professor de categoria F (OFA) todo final de ano, para ver se realmente estão aptos para lecionar nos próximos anos. Investe-se em vários projetos que vêm de cima para baixo, fora do contexto da realidade dos alunos, não há melhoria das escolas, são raríssimas as exceções.

Compreendemos que para o mercado, a escola pública deixou de ser prioritária, significa muitos gastos e poucos lucros e investimentos. Segundo o relato da mestra RUTB (2008) publicado do Diário Oficial de Educação, o Estado investe na manutenção de políticas monetárias em busca de índices e mais capital, tendo em vista um aparente crescimento sustentável, a educação serve a interesses monetários.

Em outras palavras, o educador também sofre a interferência do mercado e o que sustenta o mercado é o dinheiro. Contudo, o que sustenta a educação são os seus profissionais, porém esses não são valorizados, quando são é por meio paliativos oferecidos com gratificações de bônus, prêmios. Sem falar dos aposentados pela educação pública, esses ficam completamente esquecidos, pois a remuneração não sustenta a sua dignidade de vida.

Sendo assim, concluímos que a globalização capitalista desrespeita o profissional das áreas públicas, sobretudo a educação. No entanto, o professor precisa ganhar bem, ser valorizado e respeitado pelos

seus educandos, porque presta um serviço prioritário, destinado ao crescimento da nação. É prioritário haver valorização do profissional da educação para que juntos possamos fazer a história da diferença.

4.4. Liberdade sem responsabilidade leva a permissividade

Observamos, através da televisão, noticiários em jornais e outros meios de comunicação, diversas ocorrências com alunos e professores, vítimas de violência dentro e fora dos ambientes escolares. Muitos dessas informações ficam escondidas dentro da sala de aula, dentro dos portões da escola e também pelas próprias famílias.

Percebemos que tais fatos ocorrem porque as famílias ou a sociedade não conseguem interpretar corretamente o ECA. Ou seja, quando a legislação prescreve que a criança e o adolescente não devem ser vítimas de nenhum tipo de violência, os pais e a sociedade interpretam isso como uma permissividade, e não impõem limites e regras aos jovens e às crianças. Sendo assim, entendemos que a Lei Federal 8069/90 necessita de algumas revisões e aperfeiçoamentos, para o andamento e desenvolvimento da educação escolar e familiar.

O Conselho Tutelar²² é um órgão que deveria trabalhar em parceria com a escola e famílias. Tal Conselho é dotado de uma gama de informações que contribuem para orientar a escola e a família para uma vida social sadia da criança e do adolescente.

Compreendemos que o Estatuto de 1990 vem para definir alguns artigos do Código Penal. Logo, devemos pensar sobre as possibilidades de adotar ou não, em nosso país, um sistema misto, que, ao lado da idade cronológica, defina o amplo discernimento como elemento apto a definir a imputabilidade do adolescente quando na prática de atos infracionais.

²² O Conselho Tutelar é um órgão público municipal de caráter autônomo e permanente, existente em 35 regiões da cidade, cuja função é zelar pelos direitos da infância e juventude, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/conselhos_tutelares/0001>. Acesso em: 08 ago. 2009.

Como educadores, temos de levar em consideração que a sociedade brasileira vem sofrendo várias modificações, como a informática e seus recursos: internet, Orkut etc. Nessa gama de informações e atrativos oferecidos pela mídia, o mundo mudou bastante. Porém, não nas escolas que ainda estão presas a arcaicas metodologias fazendo com que muitos alunos percam o respeito pela escola e a vontade de estudar. Se nós educadores deixarmos de lado essas novas tecnologias, os resultados poderão ser desastrosos para o futuro desses jovens.

Vale a pena ressaltar o que diz o “caput” dos Artigos 4º e 5º do ECA.

Artigo 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Artigo 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

Observamos que o Estatuto veio para garantir os direitos da criança e do adolescente, assegurando-lhes primazia no atendimento, segurança no lar e na escola. Estes são direitos que não podem ser feridos em razão de serem indivíduos em processo de desenvolvimento e preparação para a vida adulta.

Contudo, eu, enquanto vice-diretora de uma escola da periferia, percebo que o ECA tem nos ajudado muito principalmente quando se trata das inclusões, já que passamos a ter um contingente imenso desses alunos incluídos nas salas de aula. Mas, como nem sempre há uma metodologia adequada para se lidar com esses jovens infratores no âmbito escolar, eles seguem sem deveres definidos e sem motivação para estudar. Vemos estarecidos, nos dias de hoje, alunos que agridem professores, diretores e outros funcionários da escola, inclusive os próprios colegas, pois não sabem o

que são valores de respeito, solidariedade. Talvez por nunca terem tido referências desses valores em suas vidas...

Há frequentemente na instituição escola maus-tratos desses jovens, xingamentos ou agressão física que causam dor, angústia, danos morais e psicológicos às vítimas. Essas agressões, que eram próprias da adolescência, estão sendo detectadas até entre as crianças. Outros fatos mais graves já ocorreram na EU onde trabalho, como mortes de adolescentes no portão da escola entre outras situações de agressão e violência.

Percebemos, enquanto gestores, que não se comete um crime como esse de um dia para o outro. Ele nasce de um desrespeito entre os próprios colegas, e nada acontece ao adolescente acusado do ato. Este fica interno mais ou menos 45 dias na Fundação Casa e depois é inserido novamente no mesmo ambiente escolar. Então, observamos que ele chega até mais agressivo: desacatando os professores e os colegas, expressando muita rebeldia e revolta; muitas vezes, sem amparo familiar. Mas, conforme o ECA – Lei 8.069/90, artigo 53, inciso V – a criança e o adolescente têm direito à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A verdade desses fatos é que as políticas públicas incluem essas crianças e adolescentes dentro da escola; fazem com que a gestão escolar trabalhe arduamente junto à equipe pedagógica e educadores na tentativa de recuperar esses menores infratores, mas nem sempre obtemos resultados positivos. Eles acabam excluídos e excluindo-se violentamente, chegando ao ponto máximo da barbárie – agressão e morte violenta. Alguns deles acabam voltando para a Fundação Casa. Assim, dizemos que há inclusão e exclusão.

Na maioria dos casos de agressividade, a escola vem fazendo alguns trabalhos na tentativa de que haja uma inclusão de qualidade. Ou seja, não se deveria excluir mais os que já são excluídos, e sim trabalhar com eles nos três períodos, envolvendo-os em projetos diferenciados que contribuam para uma recuperação. Isto parece bastante favorável em face do bem-estar de todos que convivem no ambiente escolar. Pois, estes projetos evitaram alguns casos de adolescentes que ficaram o tempo todo como internos na entidade Fundação Casa.

Por muitas experiências vivenciadas em meus 10 anos como vice-diretora desta UE, acredito que a Fundação Casa não recupera ninguém, mas,

em consequência das interações tem favorecido o aumento da violência, rebeldia e maior criminalidade dentro e fora do ambiente escolar. Como já citei, Candau (2002) diz que a violência se encontra dentro e fora do ambiente escolar.

Enfim, poderíamos dizer que a Fundação Casa demonstra não educar ninguém, pois muitas vezes transforma o adolescente e o jovem em um verdadeiro ser de sangue frio, com o coração “de pedra”, incapaz de erguer a cabeça e olhar nos olhos do educador ou de seus colegas.

Confirmo isso por experiência própria. Quando mais jovem, no princípio da minha carreira, como professora de sociologia – no ano de 1989 – realizei meu trabalho de pesquisa com adolescentes e jovens infratores dentro da FEBEM (atualmente Fundação Casa). Mesmo após ter passado já 19 anos, ainda trago na memória e no coração angustiado as humilhações e maus tratos que recebi na época, professora. Encontrava-me em início de carreira, na tentativa, de querer realizar um bom trabalho de pesquisa e aprendizagem com esses indivíduos excluídos pela sociedade. Mas, diante de vários fatos, pude perceber já naquela época e refletindo sobre o atual momento em que me encontro hoje que a realidade não está muito diferente. Pois, na Fundação Casa, não se educa ninguém. Esta deixa a desejar na aprendizagem e formação dos jovens infratores. Portanto, parece que essa instituição é apenas um sonho das políticas públicas, muito distante da realidade que desejamos.

Levando-se em conta a ideia principal do ECA – Lei Federal (8069/90), ou seja, sobre os direitos de organização e participação em entidades estaduais e a inclusão de todos os alunos, não importando as suas diferenças. E, conforme destaca Perrenoud (2002), devemos trabalhar em equipe, para melhor administrar as crises ou conflitos interpessoais. Por exemplo: quando um aluno pratica um ato indisciplinar grave, a solução não deveria ser a *transferência compulsória* – que é simplesmente trocá-lo de unidade escolar – isto é, mudar o problema de endereço, e sim ir ao foco, à raiz do problema para poder resolvê-lo, conforme Freire (2002). Se nós especialistas da educação não fizermos isso com urgência, futuramente pagaremos um preço muito alto pelas negligências e omissões. Como diz Freire (2002), o verdadeiro educador é aquele que pensa certo para não cometer erros.

Em função desta pesquisa, tenho acompanhado na Secretaria da Educação algumas formações de professores que deram início em alguns programas para melhorar a aceitação de adolescentes e jovens que saíram da Fundação Casa e ingressaram nas escolas públicas. No entanto, essas capacitações na rede são para reduzir a rejeição de escolas estaduais a menores infratores que vêm da Fundação Casa na cidade de Mauá.

A capacitação iniciou em maio de 2007, com uma palestra da juíza Mônica Paukoski e do promotor Wilson Tafner, que lidam diretamente com menores infratores. Essa formação pretende atingir aproximadamente 4.000 educadores e gestores da Rede Pública Estadual, uma vez que há uma rejeição recorrente, bem significativa a esses alunos e um preconceito latente na “rede de ensino”. Diz o promotor Wilson Tafner, “Isso vem tomando um vulto significativo nos últimos anos. Aliás, temos de pensar conjuntamente numa solução diferenciada da que está aí hoje” explica ele.

Em média, cerca de 1.300 adolescentes e jovens deixam a Fundação Casa por ano e procuram vagas nas escolas públicas. E, como diz a Lei Federal ECA (8.069/90), artigo 53, inciso V, a educação é direito único e subjetivo de cada indivíduo. Portanto, as matrículas são garantidas por lei. “Assim, muitas vezes o diretor recebe o aluno de forma forçada e é obvio que a acolhida e o estímulo por eles nas escolas não serão os melhores”, diz o promotor.

Observamos que esses alunos, após a inclusão, acabam causando graves problemas de comportamento. Assim, é comum as escolas recusarem novas matrículas ou excluem da unidade escolar os que já ingressaram e são LA, e da maioria que já esta inserida na U E e que cumpre liberdade assistida, poucos são os que conseguem ficar na escola e se regenerar.

Porém, esses infratores são os que mais precisam de maiores cuidados dos órgãos públicos, com mais atenção e melhor formação para que não haja exclusão. A escola tem também obrigação de recebê-los. Mas para isso deve ter infraestrutura para o acolhimento e a socialização desses jovens na escola. Acreditamos que, no mínimo, deveria haver psicólogo ou outro profissional para ajudá-los em seus problemas. Afinal, não é tão simples assim

para o gestor administrar. São muitos problemas que trazem grandes dificuldades para o âmbito escolar.

Algumas pesquisas foram feitas pelo Jornal Oficial da Educação, porém das 5.300 escolas da rede pública estadual, 683 já tiveram casos graves de indisciplina e violência dentro e fora do âmbito escolar devido à diversidade de culturas que se encontram em cada uma delas.

As pesquisas foram divididas em cinco tópicos:

1 - fatos relacionados às escolas nas quais ocorreram alguns tipos de violência no decorrer do ano de 2008.

1.1 – Inicialmente, constata-se que é alto o índice de violência nas escolas públicas estaduais. Na capital, apenas 12% das escolas não sofreram nenhum tipo de violência. Na Grande São Paulo, em apenas 3% delas o fenômeno não ocorreu.

No interior, onde a situação é mais tranquila, apenas 18% das escolas ficaram livres da violência.

1.2 – Percebemos, com relação à violência contra os bens materiais da escola, pela ordem, foram os mais frequentes: depredação, pichação, arrombamentos, danos a veículos, furto e explosão de bombas.

Depredação – Essa ocorrência demonstra um grande desrespeito pelo patrimônio público por parte dos alunos que costumam riscar carteiras, lousas, portas, paredes e muros, ou seja, tendo comportamentos estranhos e grande falta de consciência de que o patrimônio público é de todos.

Pichação – A pichação é uma extensão, ou uma modalidade da depredação. Ela é fruto da falta de educação, de conscientização do ser humano, mas também da impunidade que cerca as infrações menores na nossa sociedade.

Arrombamento – Um bom número de escolas sofreu arrombamentos no decorrer dos anos. Mesmo muitas escolas possuindo zeladoria, ainda assim não são respeitadas pelos arrombadores. Seria também necessário um guarda no período noturno das escolas.

Danos a veículos – São várias as ocorrências nos espaços onde os professores estacionam seus veículos, principalmente na periferia. Tanto alunos, como marginais vivendo em torno da escola, são responsáveis por essa transgressão, isto porque a escola, oficialmente, não possui

estacionamento. O proprietário do veículo, como regra geral, deverá arcar com o prejuízo.

Furto – As consequências mais graves dessa natureza de crime diz respeito à impossibilidade de as escolas conseguirem recompor seus patrimônios, como, por exemplo, os aparelhos dos laboratórios de informática, televisão, DVD, rádio, máquina fotográfica, entre outras, causando assim prejuízo a todos os alunos.

Explosão de bombas – É assustadora a incidência dessa forma de violência, dentro e fora do âmbito escolar, principalmente nos banheiros masculinos, trazendo graves consequências e os prejuízos.

Briga – Cada vez mais cresce o índice de brigas entre alunos, desacatos aos profissionais da escola. Muitas agressões são em decorrência de consumo de bebidas alcoólicas, tráfico ou consumo de drogas, invasões de estranhos, ameaças de morte contra professores e porte ou uso de armas. Essa violência na escola reflete o que anda acontecendo fora dela.

Desacato a professores, funcionários e gestor escolar – Os índices também foram muito altos, chegando a atingir 80%. Vez ou outra a imprensa noticia a agressão física de aluno contra professores e professores contra alunos.

Porte e/ou consumo de bebidas alcoólicas - Destaque maior foi na Grande São Paulo, chegando a atingir 63%, caso este que deveria merecer tratamento especial, por parte das escolas e das autoridades.

Tráfico, porte ou consumo de drogas – As pesquisas não demonstraram uma situação tão alarmante, chegando a atingir 45% dos problemas de consumo de drogas principalmente no litoral paulista. O tráfico é fator dominante no aumento da criminalidade e infiltrações de menores para o tráfico. Como consequência, vemos as dificuldades de formação dos alunos.

Invasão de estranhos – Destacamos o maior índice na Grande São Paulo em virtude da ausência de funcionários nos portões das escolas. Muitas vezes, essas invasões são acompanhadas de assaltos ou acerto de contas de traficantes.

Porte/uso de arma – Os índices dos alunos portadores de armas são mais baixos. Logo, é através da violência física que os crimes são perpetrados com armas, pois nesse caso a possibilidade de morte, ou de

ferimento grave, é muito maior. Até mesmo por ser um crime inafiançável, o porte ilegal de arma não poderá acontecer dentro de uma escola pública.

Sendo assim, com relação aos boletins de ocorrência, observamos alguns cuidados maiores por parte das escolas do interior e litoral paulistano. Na capital e na Grande São Paulo há uma certa resistência em procurar uma delegacia de polícia para registrar um boletim de ocorrência. Provavelmente por não acreditarem muito na polícia e desconhecerem o que possam fazer, e esses parecem ser os fatores determinantes dessa omissão.

Assim, também com relação ao turno em que ocorre o maior número de violências, nossas pesquisas realmente nos surpreenderam, pois o período mais violento não é o noturno (o vilão), e sim o período da tarde. Talvez por incluir um maior número de alunos que vêm da Fundação Casa. Entretanto, nos finais de semana, embora seja um pesadelo para muitas escolas, as ocorrências também têm chegado a 16%. Talvez pelo fato de a escola estar relacionada com o projeto Escola da Família, crê-se que isso tenha ajudado bastante a combater algumas formas de violência.

O alto índice de violência nas escolas públicas estaduais demanda, com urgência, políticas públicas de enfrentamento da questão. São necessárias ações efetivas que envolvam, obrigatoriamente, a escola, as famílias e os órgãos públicos.

A partir dessa pesquisa sobre a violência nas escolas, tabulamos respostas de um questionário das 683 escolas que sofreram algum tipo de violência em 2007.

Tabela 1 – Respostas ao questionário sobre violência nas escolas

	Capital	Grande SP	Interior	Litoral
Questionários respondidos: 683	100	122	438	23
1º A escola que sofreu algum tipo de violência em 2008				
Sim	88	118	360	20
Sim %	88%	97%	82%	87%
Não	12	4	78	3
Não %	12%	3%	18%	13%
2º Violência contra bens materiais				
Depredação (prédio, mobiliários, ambientes, etc.)	60%	72%	64%	70%
Pichação	65%	84%	54%	60%
Arrombamento (portões, cadeados etc.)	47%	48%	44%	55%
Danos a veículos	41%	44%	26%	35%
Furto (TV, DVD, som, cantina, veículos etc.)	39%	40%	36%	55%
Explosão de bombas	38%	58%	39%	45%
Outros acontecimentos	3%	5%	2%	10%
3º Violência contra pessoas				
Briga (agressão física envolvendo alunos)	85%	88%	83%	95%
Desacato a professores, funcionários ou direção	85%	91%	88%	85%
Porte e/ou consumo de bebidas alcoólicas	43%	63%	24%	50%
Tráfico/porte ou consumo de drogas	36%	36%	29%	45%
Invasão de estranhos	47%	54%	42%	45%
Ameaça de morte (a alunos, professores, funcionários, direção)	27%	30%	17%	20%
Porte/uso de armas (por alunos)	8%	14%	10%	10%
Outros acontecimentos	3%	5%	1%	0%
4º As escolas registraram Boletim de Ocorrência				
Sim	57%	69%	73%	85%
Média anual	1,76	1,59	2,42	2,59
5º Turno em que ocorre, com mais frequência a violência				
Manhã	29%	26%	24%	40%
Tarde	38%	28%	39%	30%
Noite	16%	29%	23%	15%
Fins de semana	18%	17%	14%	15%

Observação: para compreender melhor o percentual de violência nas escolas públicas, atentem para os números que estão em negrito.

Para concluir nosso número de pesquisa, citamos que as mais recentes, foram destacadas nas primeiras páginas do Diário Oficial da Educação em 2008.

1º – Destaque: 11 de março de 2008.

- Jovem joga gasolina e atea fogo em colega de escola.

- A adolescente G.O.M., de 14 anos, teve queimaduras de segundo grau, principalmente no rosto, após um colega de 16 anos jogar gasolina em seu corpo e atear fogo com um isqueiro durante uma discussão, no portão de uma escola no Jardim São Jorge, Zona Leste da capital de São Paulo. A vítima ficou em coma induzido, na CTI do Hospital Universitário da USP.

A discussão ocorreu por volta das 12h 30, no Jardim Arpoador, próximo à escola em que ambas estudavam. Ao passar pela futura agressora, a colega de 14 anos perguntou por que a outra estava olhando “feio”. Foi quando a adolescente de 16 anos retirou da mochila o combustível. A duas partiram para a agressão enquanto chamas se formavam no corpo da vítima. Pessoas que passavam no local ajudaram a garota a apagar o fogo.

A estudante de 16 anos tentou fugir, mas foi parada por outra garota que acompanhava a de 14 anos. A agressora retirou também um compasso e feriu o pescoço e o ombro da outra menina.

1.1 – Escola mantém aulas até com suspeita de bomba. Uma suspeita de bomba no portão de uma escola da Zona Norte de São Paulo causou a interdição de quase dois quarteirões do bairro Novo Mundo por três horas. As aulas ocorreram normalmente no período da manhã; no período da tarde e do noturno, foram suspensas em consequência da violência. No entanto, após muitas horas de buscas, policiais constataram que não havia explosivos no lugar.

1.2 – 27 agosto de 2008: Professora da Rede Pública tem carro incendiado.

Ocasionalmente, o carro de uma professora, da disciplina de biologia, foi incendiado dentro do estacionamento da Escola Estadual Arnaldo Laurendo, no Parque Santo Antônio, Zona Sul da capital, no período noturno. Havia vários carros no local, o que causou pânico entre os alunos, funcionários e professores em virtude de uma grande explosão.

O incêndio começou às 20h 20 e só foi controlado após 20 minutos. A direção da Unidade Escolar informou à polícia que o caso estava sendo investigado.

1.3 – 10 de setembro de 2008: Diretor sofre agressão dentro da Escola Estadual Oswaldo Cruz.

O educador foi golpeado na testa com um capacete de moto pelo padrasto de um estudante da 6ª série, no local de trabalho onde trabalha como diretor em Oswaldo Cruz a 574 quilômetros da capital. O educador Sidney Zenaro, de 50 anos, sofreu um deslocamento de retina e teve que passar por uma cirurgia para remediar o problema, a violência aconteceu por volta das 12h 30 da tarde.

Tal violência se deu pelo fato de um adolescente ter passado um bilhete (obsceno) para a sua colega da mesma sala. Em função disso, os pais foram chamados para irem à escola e o diretor foi surpreendido com agressão, tendo em seguida regressado à casa de Oswaldo Cruz com um profundo corte no supercílio.

Foi registrado um boletim de ocorrência de lesão corporal dolosa contra o pai do estudante.

1.4 – 10 de setembro de 2008: pesadelos e insônia marcam o trauma de uma professora agredida.

Comprovou-se que a professora foi agredida no estacionamento da escola Inácio Monteiro II, Jardim Tiradentes, Zona Leste da capital. A professora Katia Oliveira, 36 anos de idade, não consegue mais dormir devido ao trauma ocasionado pelos golpes e pancadarias que sofreu naquela noite no estacionamento da escola. Segundo a professora, ela até desejaria voltar a lecionar com seu carro, mas atualmente só utiliza ônibus.

1.5 – 12 de setembro de 2008: Professor apanha em frente da escola.

Comprovou-se em Piracicaba, interior de São Paulo, que o professor Hélcio Bartch, 50 anos de idade, diz ter sido espancado por três ex-alunos defronte da escola estadual. Conta que foram mais ou menos 50 socos, o mesmo foi internado com hematomas e hemorragia no estômago. Conta-se que os agressores agiram a mando de um aluno de 12 anos. Ninguém foi preso, diz a polícia.

1.6 – 18 de setembro de 2008: Irmãs espancam diretor e alunos.

Comprovamos que as adolescentes usaram uma barra de ferro pra agredir colegas dentro da escola. Elas estão foragidas da FEBEM, mais ou menos há três dias do acontecimento. Estão sendo procuradas pelos policiais de Jacareí no km 475 da capital. Segundo os depoimentos, elas arrancaram as barras de ferro e espancaram o diretor e alguns alunos, mas ninguém soube o porquê dessa violência.

1.7 – 24 de setembro de 2008: Cola queima perna de professora.

Comprovou-se que alunos entre 12 e 15 anos teriam passado produto de secagem rápida na cadeira da professora, que, ao sentar teve queimaduras graves.

A direção da escola convocou os pais das alunas e os orientou sobre o ato de violência das garotas, para que tomassem as providências cabíveis.

A U E fruto desta pesquisa também já passou e passa por crises de violência, como, por exemplo, a morte do policial dentro do pátio da escola após trocas de tiros com estranhos; bombas arremessadas nas costas da vice-diretora Sônia; carro de professores queimados no estacionamento; roubo dos equipamentos de informática; arrombamento da caixa de fiação de luz da escola, bem como, formação de gangues e brigas constantes.

O trabalho nessas condições torna-se sofrido, pois o módulo de funcionários está incompleto na maioria das unidades escolares, salas de aulas superlotadas, professores descontentes e mal remunerados.

4.5. Buscando caminhos para uma aprendizagem inclusiva

Diante desses quadros violentos anteriormente citados, exige-se que as políticas públicas saiam do campo de discussão e implementem medidas efetivas para garantir aos professores do Estado de São Paulo, pelo menos, a segurança necessária para poderem exercer em paz e sem medo a sua missão de ensinar com segurança e competência profissional. Como nos dizia Freire (2002), a segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra que se funda na competência profissional.

Enquanto poucos se movem, buscamos no interior das UEs caminhos para uma aprendizagem inclusiva que vise muito mais que igualdade, e sim a equidade, dando mais para quem menos tem.

4.5.1. 1º Projeto realizado

Para melhorar as expectativas e convivências na UE, tentamos realizar um projeto para o bom relacionamento de todos os alunos incluídos, de forma que todos os professores possam entender as diversas dificuldades, pessoais, sociais, de aprendizagem, afrontamentos, preconceitos, discriminações agressões baixa autoestima entre outras questões desses jovens, frutos da Liberdade Assistida.

Uma proposta para a juventude foi o projeto: “**Ser e Conviver**”.

Muitos jovens da UE vivem em situação de vulnerabilidade social, sem oportunidade de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, como também enfrentam a escassez de oferta do programa Primeiro Emprego, entre outros fatores, que geram cotidianamente falta de integração social. Segue-se sem perspectivas de mudança de vida e isso destrói as possibilidades de cidadania. Conforme Zibas (2005, p. 25) nos lembra:

A escola deve estar a par das necessidades de instrumentalização dos jovens, como forma de fazer com que eles sobrevivam no mundo real, “torna-se fundamental que a escola ensine a leitura desse mundo,

ou em outras palavras, que desenvolva a cidadania democrática”.

O projeto “Ser e Conviver” vem no sentido de valorizar o aluno e promover a integração com a comunidade que em que a escola se insere. Observados os imensos desafios enfrentados no dia-a-dia desta unidade escolar e que têm em comum uma história de pichações, arrombamentos e atos de vandalismo.

Nos relatos dos professores da unidade escolar, esses atos interferem no aprendizado dos alunos e na convivência das pessoas. Mesmo que as páginas do *Jornal da Educação* tragam fatos agravantes sobre violência, há sinais de mudanças. Algumas escolas já estão conseguindo se reinventar e mudar a realidade por meio de uma série de ações. Afirma Candau (2007) que a escola é como um motor de inovação de dentro para fora.

Este projeto iniciou-se em maio de 2007. Primeiramente, nos aspectos materiais estava muito deteriorada como a quadra de esportes e pátio descuidados, banheiros pichados, cortinas rasgadas devido as ferragens das janelas estarem emperradas e redes hidráulicas sem manutenção etc.

Considerando essa situação degradante, vários ofícios foram encaminhados à Diretoria de Ensino, destinados à FDE²³, em São Paulo, relatando todos esses fatos da situação do momento. Após lutas incansáveis, tivemos várias visitas dos engenheiros acompanhados da senhora dirigente regional de ensino da Diretoria de Ensino de Mauá.

Aí, então, as reformas começaram a acontecer. Recebemos vários livros para o acervo da biblioteca, estantes, mesas, equipamentos, uma impressora, mesas e cadeiras giratórias para o laboratório de informática. Enfim, a escola começou a atrair a atenção dos alunos.

A Secretaria deu mais prioridade para as escolas que ficaram abaixo do rendimento do SARESP, buscando capacitar os professores, diretores e funcionários com o projeto de políticas públicas para formação continuada dos professores. Além disso, foram destinadas verbas para a instalação de novos banheiros com chuveiros para banhos dos alunos e

²³ Fundo de Desenvolvimento Educacional.

distribuição de *kits* para higiene bucal; foi implementado o tempo integral de estudos para os alunos com pouco rendimento na aprendizagem, para participarem de atividades artísticas e esportivas.

Mas o trabalho não poderia parar por aí. Era preciso ir além dos muros da escola e estreitar os laços com a comunidade. Conforme Freire (2002), temos de fazer o saber extrapolar os muros da escola e chegar até a comunidade. Entretanto, o projeto incentiva a autonomia e favorece parcerias com as empresas, as quais atendem a escola. Exemplo: RECAP, Petroquímica, SAMA, Projeto 1º Emprego, Jovem Cidadão, Polo da Vida, Embeleze etc. Com a ajuda das parcerias, que ficam ao redor da Unidade Escolar, é possível oferecer algumas atividades culturais e de lazer para os alunos e as pessoas da comunidade que desejam realizá-las.

Observa-se no lugar da pichação, o grafite. Hoje, quem chega à UE, na cidade de Mauá, região do Grande ABCD, Grande São Paulo, não imagina que a escola era pintada pelo vandalismo. Quando cheguei nessa escola, há 10 anos, era uma escola suja e mal cheirosa. No lugar dos vidros da janela havia papelão ou tábua, não era à toa que a chamavam de “Carandiru”. Tudo era depredado, havia um ambiente hostil que instigava ainda mais a revolta dos alunos. Estes chegavam a soltar “fedegosos” na sala de aula e ainda fechavam a porta, soltavam bombas nos corredores e banheiros. Por várias vezes, juntamente com os professores, foi necessário limpar o chão para retirar os destroços das bombas e projéteis em face dos tiroteios no final do período das 23h. Houve época em que pensei até em desistir de ser vice-diretora dessa escola e voltar para a sala de aula (antes eu ministrava aulas de sociologia e história em outra escola da mesma cidade) mas eu tentava compreender e procurar junto com o grupo de professores e funcionários soluções. Desistir não era o meu perfil e tínhamos muito de trabalhar para tentar, talvez, mudar aquela comunidade tão degradada,

Os anos foram passando e fui adquirindo mais confiança na comunidade, nos professores, sempre tentando fazer o melhor. O primeiro passo para a transformação foi mudar o aspecto da escola e estimular a participação dos alunos. No início, sempre que pintava os muros, vinha alguém e pichava, mesmo assim eu conversava com os alunos na tentativa de conscientizá-los de que não podiam fazer aquilo, pois todos nós gostamos de

um ambiente limpo e agradável para estudar e trabalhar. Foi assim até que um dia um dos alunos no meio da conversa, sugeriu que eu conversasse com um grafiteiro da comunidade que conhecia todos os pichadores do bairro.

Ao apresentar-me o colega, tivemos a ideia de decorar o muro da escola com os trabalhos de grafite, feitos pelos próprios alunos. Entretanto, muitos duvidaram que a pintura não fosse durar por muito tempo. Enganaram-se, pois até hoje o muro ainda continua em bom estado de conservação e os alunos orgulhosos do trabalho realizado.

A vice-diretora e os professores da unidade escolar acreditam que as ações do projeto “Ser e Conviver”, juntos com as parcerias feitas pela escola, têm ajudado a mudar a autoestima de muitos alunos, e, principalmente, o olhar da comunidade sobre a mesma. Parcerias essas, citadas no início da pesquisa. A Recap, por exemplo, tem ajudado bastante a escola com projetos de alfabetização, também auxiliando os alunos com problemas de leitura e escrita na sala de aula. São encaminhados a especialistas, além de participarem do projeto de reforço desenvolvido pela própria escola. Muitos alunos encaminhados se adaptam a esse projeto, três vezes por semana no período inverso da escola. Parece pouco, mas já obtemos bons resultados.

A parceria com a Petroquímica também tem ajudado bastante a escola, realizando o projeto “Polo da Vida”, no final de semana, para a comunidade local que a rodeia. São oferecidos cursos e vários projetos no decorrer do dia.

O projeto Primeiro Emprego também vem desencadeando um bom trabalho com jovens rotulados pela sociedade, dando chance para trabalhar durante o dia, curso de computação e frequentar a escola normalmente no período noturno.

Também temos o projeto SAMA desenvolvido junto aos alunos do período noturno. O rio Tamandateí, que flui ao lado do muro e do portão de entrada e saída da escola, hoje se encontra canalizado com quatro piscinões, evitando as inundações que ocorriam na unidade escolar.

Temos também projetos da Embeleze. Esta vem prestando seu trabalho uma vez por mês, no final de semana, junto ao projeto Escola da Família, com a finalidade de cortar o cabelo da comunidade.

A parte pedagógica também passou por um processo de mudanças; contam os professores que os alunos realizaram várias pesquisas dentro da sala de aula. Projetos, como o da despoluição do Tamandateí, fizeram com que a comunidade se envolvesse mais na escola. Até mesmo o levantamento da cultura diversificada, junto com o professor de Arte, foi um projeto maravilhoso que emocionou muito a comunidade escolar, Um projeto de arte com massinha, e um coral de alunos de várias idades que tocam e cantam. São conhecidos como “Canarinhos da Paz”.

Dessa forma, as conquistas foram surgindo, com novas formas de ensinar e mais proximidade com os pais dos alunos. A atual diretora da UE que assumiu a escola em 22/01/08, conta que ficou muito surpresa ao observar o que se passava dentro e fora do âmbito escolar. Muitos alunos não faziam as lições na sala de aula e faltavam muito à escola; tendo que ser feito o levantamento de faltas de todos os bimestres e comunicá-lo por escrito ao Conselho Tutelar e à Assistência Social da cidade de Mauá. Isso comprometia o avanço no aprendizado e gerava desânimo e agressividade nos alunos.

Inicialmente nos empenhamos em mostrar para os pais dos alunos e para toda comunidade que é possível um ensino público de boa qualidade e a inclusão social onde se convive com diferentes realidades; famílias que têm dificuldades em se relacionar com os filhos, outras que nem têm pais, a maioria é analfabeta, não tendo como acompanhar seus filhos na escola. Muitos desses pais frequentam as aulas do período noturno (EJA), ensino regular e médio, “alfabetização e adulto” e supletivo.

Lembramos que a escola se compõe de 20 salas, com 45 a 48 alunos de várias idades, incluindo, entre eles também, alunos de Liberdade Assistida. Percebíamos que alguns pais mandavam seus filhos para a escola só para o benefício da “Bolsa Família”. Numa das reuniões de pais explicamos para eles a razão desses benefícios. Em virtude dessas convocações, hoje já temos famílias que acompanham o dia-a-dia escolar dos filhos com um olhar mais atento à qualidade de ensino.

Ainda temos alguns pais e alunos que demonstram interesse, e alunos que não correspondem às expectativas esperadas, mas são uma minoria. São aqueles que têm rendimento muito baixo, talvez por enfrentarem problemas difíceis no âmbito familiar, como alcoolismo, tráfico, uso de drogas,

violência doméstica, assédio sexual, pelo pai ou pelo padrasto. Esses problemas já foram levados ao conhecimento do Conselho Tutelar da cidade de Mauá, mas sabemos que as coisas não se resolvem assim tão facilmente, o que é lamentável.

É importante também destacar; as melhorias que o curso de capacitação trouxe para os professores. Com mais ânimo, puderam refletir sobre sua prática profissional e chegaram à conclusão de que, talvez, muitos alunos não aprendam em decorrência da forma de “ensinagem”, e não somente pelas dificuldades de “aprendizagem”. Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação LDB (9.394/96), artigo 32, todos os alunos têm condições de aprender se for respeitado o ritmo de cada um.

O material didático enviado para a capacitação do ensino fundamental I, II e ensino médio é motivo de debate entre os professores nas HTPC's, na tentativa de melhorar cada vez mais o ensino na sala de aula. Inclusive a forma de avaliar foi alterada. Deve-se acompanhar melhor os resultados do Saresp e a Provinha Brasil das 2ª séries do ensino fundamental I, mostrando que estas têm muitas dificuldades no sistema inicial de enumeração. Chegamos à conclusão de que, para se obter melhor desempenho, precisávamos trabalhar esses conteúdos de formas diferenciadas para melhorar a compreensão de todos, pois talvez a forma que estávamos ensinando não atendia às necessidades básicas daqueles alunos.

Além disso, a escola também busca estabelecer uma aproximação com a comunidade abrindo seu espaço nos finais de semana; junto ao projeto Escola da Família, são promovidas palestras, também eventos de igrejas católicas e evangélicas, com projetos para formação de jovens, cursos de capoeira, aulas de dança, karatê, inglês, computação, bordado, pintura artesanal, jogos de xadrez, corte de cabelos, manicure e outros. Estes cursos são abertos a todos os moradores sem distinção. Foram eles que contribuíram para estreitar esses laços, pois os educandos perceberam que a escola é parceira da comunidade e começaram a vê-la como um patrimônio a ser protegido. Como vice-diretora dessa escola, encontro muitas alunas na Educação de Jovens e Adultos, que são mães dos alunos do período diurno, elas comentam, *“Se não fosse a escola, não teríamos condições de oferecer aos nossos filhos atividades tão enriquecedoras como essas”*.

4.5.2. Depoimentos

Apresentamos aqui alguns depoimentos de alguns professores antes de começar o Projeto “Ser e Conviver”, na U.E.

1 – Depoimento da Professora L.V., 1ª Série do Ensino Fundamental I: Venho lecionando nesta unidade escolar já há 12 anos, sempre para os primeiros anos da série inicial, e no momento estou com uma turma de 38 alunos, com idade entre seis e sete anos, e a maioria não frequenta creches e nem pré-escolas. Talvez pelo descuido das famílias que estão conhecendo a escola agora, provinda de uma comunidade de morros envolvidos e que cresceu desordenadamente sem nenhuma infraestrutura, um misto de moradias e alvenaria onde sofrem todos os tipos de dificuldades, que vão desde a falta de alimentação adequada, bem como a falta de estrutura familiar; sendo a maioria filhos de mães solteiras, separadas, e que muitas vezes nem sabem quem é o pai de sua prole. Convivem também com o drama de pais presos e que revogam a responsabilidade de parentes ou vizinhos. Quando a família tenta seguir os moldes normais, muitas vezes são assaltadas pela miséria e falta de recursos, até mesmo para suprir as necessidades básicas da subsistência. Pois a falta de estudo e de qualificação profissional dos pais faz com que convivam com o desemprego e trabalhos alternativos, reciclagem de lixo e em certos casos até mesmo vão pedir esmolas.

Outro fator grave que atinge certo número de crianças é o de famílias envolvidas no crime, tráfico e drogas. Com certeza esses alunos apresentam comportamento inadequado, com condutas agressivas e têm a formação de valores prejudicada. Isto é bastante ruim, pois a convivência com esse ambiente numa fase de crescimento não é saudável e acaba influenciando a formação da personalidade. Com isso se tornam fortes candidatos à marginalidade e dificilmente conseguirão chegar a uma escola de nível superior.

Durante este ano todo lecionei nesta U E. Porém, tive agora no mês de outubro de 2008, uma notícia triste. Soube que uma ex-aluna, infelizmente, não passou dos quinze anos de vida, por andar por perversos caminhos acabou sendo assassinada tão jovem.

Outros problemas já referidos anteriormente foram observados inúmeras vezes no decorrer desse ano.

4.5.3. Dificuldades encontradas no trabalho com alunos LA em sala de aula

Perguntamos as professoras quais eram as dificuldades encontradas no trabalho com alunos LA em sala de aula.

RESPOSTA P.1.

Eu, professora F.V, leciono há 18 anos na rede pública. Nesta UE estou aproximadamente há seis anos, trabalhando com adolescentes de 12 a 17 anos ensino fundamental II, com a disciplina de língua portuguesa. Venho observando que os alunos indisciplinados, geralmente, possuem vários problemas de estrutura familiar.

Apresentam um quadro de carência e deficiência de limites, o que acarreta dificuldades de aprendizagem e certa “desarmonia” dentro da sala de aula, pois procuram chamar a atenção através de comportamentos antissociais com os colegas de sala.

Quanto aos educadores, é exigido um maior controle de emoções, para saber contornar as diferentes situações que se propagam no decorrer das aulas.

Com os alunos LA, observa-se, no início, certa “resistência” à aprendizagem; algumas vezes, eles acabam até formando grupos de alunos indisciplinados, outras vezes não concluem o ano ou o semestre e acabam iniciando tudo novamente e muitos chegam até a desistir por dois ou três anos ou morrem pelo tráfico.

A participação dos responsáveis na maioria dos casos é omissa ou relapsa. Quando solicitada a presença deles, não comparecem ou afirmam que não sabem mais o que fazer, pois já perderam o controle e a esperança, dificultando ainda mais o trabalho dos educadores em sala de aula.

RESPOSTA P.2.

Eu, professor M.P., trabalho na rede pública há aproximadamente 20 anos de magistério, nesta escola. Já permaneço há oito anos lecionando a matéria de ciências para o ensino fundamental II, EJA Educação de Jovens e Adultos. Logo, compreendo que é bastante difícil persistir na aprendizagem desses alunos em sala de aula, onde prevalece a indisciplina, a falta de limites e confusão o tempo todo. A aprendizagem não tem vez. Gostaria de enfatizar que, enquanto professor, acredito que a indisciplina já vem de casa. Eles querem que continue na escola, uma vez que as famílias desestruturadas não impõem limites aos filhos, pelo contrário, acabam ensinando, através das práticas do dia-a-dia, ações não adequadas, o que acaba refletindo na aprendizagem (falam ao mesmo tempo, gritam, são impacientes, sem responsabilidade, sem muita motivação para aprender). Assim fica bem difícil trabalhar com esses adolescentes e jovens incluídos na sala de ensino regular do EJA:

Mas gosto da profissão e acabo trabalhando com as dificuldades muitas vezes relendo e persistindo.

Ultimamente a indisciplina é o maior fator de não aprendizagem, pois o professor não pode fazer muita coisa, só tentar ensinar. Cobranças são difíceis, porque a maioria dos alunos pode dizer “não quero fazer”, não desejo aprender, ou simplesmente nem participar das aulas e ante esses fatos a educação vai mal.

RESPOSTA P.3.

Eu, professor A.I., da disciplina de Química, leciono no magistério há 10 anos, e nesta U. E. estou há quatro anos trabalhando no ensino médio, período noturno da EJA – Educação de Jovens e Adultos. Não tenho muitos problemas, acho que atingi os alunos de forma consistente e objetiva. Vejo que falta na escola um laboratório para sair um pouco do abstrato para uma esfera mais real.

Com relação à indisciplina, muitas vezes os alunos se acham com problemas na relação da estrutura familiar, no trabalho ou mesmo com os colegas, mas basta uma boa conversa e conseguimos um melhor desempenho na sua conduta.

Em relação aos LAs, as consequências são bem maiores, devido à falta de assiduidade nas aulas, afinal são anos fora da escola, considerando-se ainda que chegam de regiões onde os estudos para eles não foram prioridade. Contudo, devido à lei precisamos mantê-los dentro da escola, sem exclusão, e isso acaba sendo um esforço geral de todos os professores para tentar resgatá-los novamente. Eles precisam de atenção especial, reforço individual para melhor desempenho na aprendizagem.

RESPOSTA P.4.

Eu sou a professora A.R., da disciplina de História, efetiva no cargo, venho lecionando nesta escola há três anos, nos períodos manhã, tarde e noite.

Gosto muito de lecionar para o ensino fundamental II, a Educação de Jovens e Adultos e para a suplência. Temos alunos verdadeiramente interessados, porém temos aqueles que também não querem compromissos com seus estudos. Observo que durante a noite temos alunos que se apressam para superar a defasagem por não terem tido oportunidade e são muitos os que precisavam desses estudos para sua carreira profissional e também para melhorar as suas condições de vida. Porém, enfrentamos dificuldade por encontrarmos um ambiente sujo (carteiras, cadeiras, pisos) e sabemos que é falta de funcionários na limpeza, falta de inspetor para auxiliarem os alunos e professores. Temos lidado com esses problemas, pois os alunos do período da tarde e manhã precisam de mais limites. Precisam manter a escola limpa e conservada, pois vejo que há muito vandalismo, papéis no chão, mesmo havendo cestos de lixo em todas as salas de aula, professores, alunos e diretores é que fazem faxina nas UE, gerando desvio de função porque algumas vezes deixam de lecionar para lavar a escola, pois é impossível trabalhar no meio do lixo. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que a

escola precisa ter um aspecto mais alegre; esta, porém, apresenta cores muito sombrias e tristes. O colorido precisa ser iluminado e os murais decorados com trabalhos dos próprios alunos, colocação de piso no pátio e banheiros limpos. Isso seria o básico para nos sentirmos bem. Não é por estarmos na periferia que temos de aceitar essas condições, aliás, a escola é a extensão da nossa casa. Tanto educadores como alunos convivem por muitas horas no mesmo ambiente.

Creio que a indisciplina muitas vezes é gerada pelo ambiente da escola, que o tempo todo pode dificultar a aprendizagem de todos os alunos.

4.5.4. 2º Projeto realizado – PIC

O Projeto Intensivo no Ciclo (PIC) veio da Secretaria da Educação do Estado. Tem como finalidade o trabalho com alunos com defasagem de idade e série ou aqueles que reprovaram. Também aqueles que abandonaram e retornaram à escola e/ou com defasagem de conteúdo no final do ciclo I e não sabem ler, escrever e somar.

Com a universalização do ensino e o trabalho com ciclos de idade ou série de aprendizagem- conforme a LDB, 9.394/96- o aluno, permanece dentro do ciclo I até aprender os conteúdos mínimos necessários ao ciclo/idade. Se por acaso reprovar por mais de uma vez, ele é matriculado na sala de PIC.

O PIC foi realizado inicialmente nesta escola com alunos de nove a 14 anos em duas salas de aula desta unidade escolar, abrangendo os alunos de inclusão. Iniciou-se em 16/02/08 com duas turmas de 4ª séries A e B do ensino fundamental I. A turma A, período da manhã e B período da tarde, com o objetivo de corrigir a idade e o ciclo e recuperar a aprendizagem desses educandos com diferentes problemas de inclusão social.

Começou-se o trabalho com essas duas turmas A e B. A 4ª série A com 36 alunos, sendo alfabetizados pela professora G. no período da manhã, e a 4ª série B com 38, com a professora A. no período da tarde. Tiveram ajuda de dois professores do ciclo II, com as disciplinas de Artes e Educação Física nos dois períodos. Eles apresentam resistência a qualquer

proposta, disseram que não sabiam nada e não adiantaria ensinar que eles não queriam aprender. Além disso, eram agressivos, rasgavam os cadernos, jogavam objetos nos colegas e professor, furavam os braços dos colegas com a ponta de lápis e compasso, gritavam e pulavam o tempo todo; saíam da sala de aula o tempo todo empurrando as carteiras e cadeiras, agredindo com chutes e pontapés o primeiro que encontrassem pela frente. Além de tudo, as professoras não conseguiam alfabetizá-los e ficavam gritando e apartando brigas desses alunos o tempo todo. Compreendemos, então, que trabalhar com esses alunos não seria nada fácil.

Logo no início do ano, fizemos uma reunião com os pais, convidando-os para conhecer o projeto e acompanhar a aprendizagem de seus filhos. Porém, ao fazer o levantamento das fichas, percebemos que foram poucos os pais que compareceram à reunião. Como já colocamos no início da pesquisa, a maioria dos alunados desta escola tem inúmeras carências, inclusive muitas são órfãs de pai e mãe.

Este projeto do PIC vem se tornando cada vez mais presente no meio escolar, atendendo aos alunos que antes não tinham acesso à escola ou eram excluídos pela evasão e repetência.

Vale ressaltar novamente que, conforme a Lei 9.394/96 (LDB), o aluno não reprova e pode ficar por mais um ano no ciclo. Sendo assim, justificamos a necessidade de um projeto específico para que eles superem suas dificuldades de aprendizagem e relacionamento e, principalmente, para aqueles com problemas sociais, que já passaram por várias instituições como Conselho Tutelar, Promotoria de Assistência Social da cidade, Casa do Menor etc. Esses alunos, para recuperar suas defasagens são incluídos no PIC. É importante lembrar que esses alunos não estão isentos dos conteúdos previstos nas outras séries dos ciclos; são trabalhados os mesmos conteúdos, o que muda são as atividades e tratamento diferenciado.

Fica bem clara a relação com esses alunos rotulados e sua inclusão nas turmas do PIC. Muitas vezes sendo estigmatizados, na maioria das vezes, sua impossibilidade de aprendizagem é vista praticamente como um fato consumado. Muitas vezes o próprio professor atribui essas impossibilidades à indisciplina e ao desinteresse dos alunos, decorrentes da inexistência da “reprovação”, e até mesmo por falta de apoio familiar ou

possíveis deficiências e dificuldades de aprendizagem de alguns. Desse modo, as professoras G. e A. reconhecem o seu próprio despreparo para trabalharem com essas diferenças do alunado.

Minha experiência com o projeto PIC levou-me à outra visão. Pois no início de 2008 houve algumas mudanças na rede estadual de ensino, uma nova proposta curricular tinha que ser trabalhada. Tivemos que enfrentar essa nova experiência junto com o grupo de professores.

Nessa época, a maioria das escolas públicas estava sem coordenadores pedagógicos, pois eles estavam passando por uma avaliação para classificação. Esta só ocorreu em meados do mês de maio para o ciclo II, e no mês de junho para o ciclo I. Como a diretora da UE tinha pouca experiência na rede, resolvi então assumir a responsabilidade da coordenação pedagógica. Já conhecia as duas turmas do PIC de formação de professores em HTPCs. Adquiri experiência até mesmo buscando informações e formações na Diretoria Regional de Ensino da cidade, em cursos que aconteciam a cada 15 dias. Estes eram realizados com a formadora e alfabetizadora da coordenação da CENP²⁴. Aprendi bastante com suas experiências e troca de saberes com as professoras do PIC. Principalmente aprendi ações para ajudar nas dificuldades de processo do ensino-aprendizagem, além de estratégias para lidar com problemas indisciplinares e de comportamento. Sabíamos que seria muito difícil trabalhar com alunos de inclusão, mesmo já tendo um pouco de experiência com sala de aceleração, correção de ciclo, com alunos do fundamental II. Agora seria uma realidade um pouco diferente, pois além de trabalhar com novos currículos, teríamos de alfabetizá-los e encaminhá-los para uma vida sadia em que pudessem exercer sua cidadania.

Entretanto, com a relação à aprendizagem, os alunos demonstravam muita resistência para se expressarem através da linguagem oral, escrita e até mesmo corporal. Não havia envolvimento entre eles, a não ser em algumas aulas de Educação Física e Educação Artística.

O trabalho com as turmas de PIC iniciou-se pelo olhar das multidiferenças das turmas com a intenção de construir a identidade do grupo a partir da história de vida de cada aluno. Assim, poderiam perceber suas

²⁴ Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

semelhanças uns com os outros e como o conhecimento poderia ajustar-se nas relações humanas. A ideia de fazer um trabalho diferente com essa turma foi logo aceita pelos demais professores da Unidade Escolar, pois avaliavam que essas turmas não conseguiram acompanhar o currículo do ciclo II e o projeto oferecia-lhes a oportunidade de melhoria na aprendizagem.

4.5.5. PIC – Além das diferenças, encontrando-se nas semelhanças

Ao re-planejar as atividades e intervenções pedagógicas para o PIC foi discutido junto com o grupo de professores algumas teorias sociointeracionistas, na perspectiva de ajudar a melhorar o trabalho de leitura, escrita e socialização no processo ensino-aprendizagem, para melhor compreensão dos conceitos de zona de desenvolvimento proximal e até mesmo para ajudar na construção da identidade individual, social dos alunos. Além disso, para melhorar o autoconceito dos alunos ao interagirem com o meio em que convivem, na tentativa de formá-los e transformá-los em aptos para o meio social.

Acreditamos que as vivências e experiências sociais e culturais dos alunos fazem parte de sua formação. Servem para propiciar reflexões em sala de aula e a construção de espaços escolares extremamente ricos com a inserção da diversidade dos sujeitos que ela compõe, facilitando, assim, o processo ensino-aprendizagem. Conforme Stainback (1999), precisamos ir além da simples *“celebração da diversidade”*. Ensinar o aluno a entender as desigualdades sociais e capacitá-los para trabalhar ativamente na mudança da sociedade.

Embora um dos grandes desafios para trabalhar com a inclusão social seja ajudar os alunos a reconhecer e aceitar suas diferenças e a dos colegas, enquanto constroem algo em comum que os una naquele espaço de relacionamento e produção de conhecimento.

Segundo Ciampa (1994, p. 64), "o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc."

Dessa forma, ao iniciar o projeto com as turmas de PIC, observamos que eles tinham uma imensa dificuldade de relacionamento, falar e ouvir, muitas vezes repetiam as mesmas palavras que as outras pessoas diziam. Conforme Santiago (2005, p. 29),

O recurso de escutar o que a própria criança tem a dizer sobre suas dificuldades, ou seja, de levar em consideração o que o sujeito sabe a respeito do que lhe acontece é o que possibilita não apenas a elucidação de elementos de subjetividade ou de sentido.

Inconsciente, acrescento o mínimo de significado que o conteúdo escolar deve ter, como também de um método de intervenção reeducativo particularizado.

Assim, queremos ressaltar que, quando criamos espaço e tempo para nossos alunos expressarem seus pensamentos e sentimentos, esse espaço torna-se extremamente importante para eles para que possam romper com uma autoimagem negativa e acreditarem na sua própria capacidade de aprendizagem. Possibilita a abertura de novos caminhos de relacionamento, de renovação, e ainda facilita a inserção de futuras inclusões no mesmo ambiente escolar.

Refletindo junto com o grupo de professores e discutindo quais seriam os métodos para melhor organização das atividades de leitura, escrita e administração do tempo para as turmas de inclusão social, percebemos que as atividades de leitura e escrita ajudavam bastante na compreensão dos aspectos subjetivos do processo ensino-aprendizagem. De tal modo ocorreu o curso do PIC, que os educadores perceberam que alguns alunos deviam ser respeitados pelos seus colegas e educadores. Isto é algo que se constrói somente no convívio com a diversidade.

Porém, acreditamos que o trabalho com o PIC, para as turmas de inclusão, não deve ser responsabilidade somente da Unidade Escolar, mas de todos os envolvidos no processo educativo: diretor, supervisor; professores, pais e alunos. Após os múltiplos diálogos, também nos preocupamos em

organizar espaço e tempo para discutir nas HTPC's, e como organizar melhor as atividades para as turmas heterogêneas.

A partir desse momento, as professoras das turmas passaram a trocar mais informações para elaborar melhor as atividades a serem desenvolvidas. Também lidaram melhor com as angústias e conseqüentemente conseguiram a atenção dos alunos para melhor viabilização de seus trabalhos.

Um dos grandes ganhos com o projeto das turmas de PIC foi a importância de os alunos se sentirem sujeitos co-responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem. Por exemplo, à medida que os alunos foram percebendo coerência entre o que era proposto a eles pelos professores e a prática do dia-a-dia, começaram a rever suas próprias posturas.

Os alunos foram se sentindo como um grupo e desenvolvendo a sua autonomia, e construindo seu processo de ensino-aprendizagem. Aprender a fazer, ouvir críticas e sugestões passou a ser um exercício para todos os envolvidos no processo, ou seja, gestores, professores, pais e alunos.

Além disso, geralmente temos a tendência de tomar decisões sem ouvir os alunos e não acreditamos em sua capacidade de envolvimento e construção de alternativas para as situações do cotidiano escolar. Nesse sentido, os primeiros seis meses de aula do projeto tiveram como foco o resgate e a valorização diversificada de cada sujeito. Fez-se assim para que pudessem se expressar e resgatar o desejo de aprender. Para tanto, o professor M., da disciplina de Artes, trabalhou com diferentes formas de linguagem, tais como: construção de bonecos de massinha, desenhos, música, pintura e linguagem corporal, ou seja, com aquelas que eles mais se identificavam. Segundo sugere Vygotsky (*apud*. Monteiro, 1998, p. 78) para que as atividades tenham sentido para a vida do aluno devem estar relacionadas a jogos, ao trabalho, ao desejo, à vivência de uma linguagem viva, enfim, ao ato de aprender e de ensinar com significado e sentido

Desse modo, o PIC foi trabalhado com várias formas de linguagem com as quais os alunos utilizavam a escrita e a leitura para organizar as atividades, bem como para garantir o acesso à informação que se fizesse necessária.

Outros aspectos que também foram de grande valia para o projeto foram as atividades de educação física, realizadas pela professora M. Eles

aprenderam a organizar melhor o tempo e a participar das regras do jogo das atividades esportivas.

O PIC, da U.E, sede desta pesquisa, foi rico em experiências durante todo o ano letivo e nos fez perceber que a educação inclusiva é aquela que verdadeiramente inclui a todos sem distinção. Segundo Monteiro (1998, p. 7),

O importante é conhecer como o aluno se desenvolve, ou seja, o significado não é a deficiência em si mesma, não o que falta, mas como se apresenta seu processo de desenvolvimento; como ele interage com o mundo; como organiza seus sistemas de compensações, as trocas; e as mediações que auxiliam na sua aprendizagem; a participação ou exclusão da vida social; a internalização dos papéis vividos; as concepções que se têm sobre si mesmo; a sua história de vida.

Para nossa surpresa, a Unidade Escolar (da pesquisa), ao responder os questionários para a prova do Saesp, que ocorreu nos dias 25 e 26 de novembro de 2008, apontou os seguintes itens em relação aos alunos do PIC:

- Apresentavam maiores dificuldades do que as outras turmas, em relação aos aspectos afetivos;
- A minoria vivia com os pais;
- Outros eram órfãos e ainda com dificuldade de lidar com a morte do pai ou da mãe.

No início do ano, qualquer tipo de aproximação soava como ameaça para a maioria. Alguns faziam de tudo para serem levados à direção, pois talvez fosse essa uma maneira de serem vistos por seus pais, pois eles eram chamados até a escola.

4.5.6. PIC – Desenvolvimento das atividades em sala de aula

No início do projeto, as professoras que haviam se dedicado a estimular mais a leitura e escrita dos alunos, aproximadamente após o mês de junho, passaram a se dedicar mais aos aspectos formais da língua e da construção matemática. No entanto, não deixaram de desenvolver o trabalho a partir de sua dimensão social.

Uma das primeiras manifestações dos alunos no uso da escrita foram os bilhetes para as professoras e cartinhas para os colegas da sala de aula. Com o passar do tempo, fomos trabalhando com os diferentes gêneros textuais até os alunos tornarem-se feitores de seus próprios textos. Com relação à matemática, os alunos ainda apresentavam dificuldade na compreensão do sistema de numeração decimal, adição, subtração. Começaram a entender um pouco mais quando as professoras iniciaram o trabalho com multiplicação, apesar das dificuldades de raciocínio matemático. As professoras teriam de prepará-los para a 5ª série do ensino fundamental II, visto já terem sido retidos uma ou mais vezes.

Uma das atividades que as professoras trabalharam no decorrer do ano foi a mensuração e pesagem das crianças, para que elas percebessem o quanto estavam crescendo física e intelectualmente. O processo de ensino fez-se a partir de algo concreto e interdisciplinarmente. Além disso, os alunos ao perceberem que sempre estavam crescendo, mudando, acabaram saindo da paralisia dos antigos rótulos que os haviam confinado.

Outra importante atividade realizada foi a avaliação do trabalho feita no decorrer da semana. Tal avaliação envolvia os alunos, as professoras e até mesmo a gestão escolar. Tínhamos como objetivo afirmar nossas ideias e desejos de que o trabalho estivesse caminhando positivamente. No início, esse trabalho nas turmas do PIC gerou certa tensão, pois havia muitas críticas, bem como diversas sugestões, mas foi um aprendizado para todos.

No entanto, com o passar do tempo, as diferenças de ritmo de aprendizagem, que estavam “camufladas” pela indisciplina, começaram a ficar mais evidentes. Nesse sentido, uma das primeiras modificações foi o do quadro de horário diminuindo-se os tempos de educação física e música para dar espaço e tempo à intervenção pedagógica nos pequenos grupos de alunos. O

objetivo da intervenção era ajudar os alunos a terem a consciência de suas dificuldades e supri-las, bem como corrigir suas atividades, pois alguns já sabiam ler e escrever, enquanto que outros tinham mais dificuldades, pois ainda não estavam alfabetizados.

Esse espaço se tornou de grande importância para auxiliá-los a avançar em seu processo de aquisição da base alfabética e no trabalho com os usos e funções da escrita. As duas professoras dedicaram-se a trabalhar na produção de textos, utilizando-se dos livros que receberam do governo no início do ano. Os cadernos já estavam destruídos, assim as professoras colocavam adesivos, "*carinha feliz*", para que eles não rasgassem também os livros. Até mesmo na hora de relatar a aprendizagem em algum bilhete para os pais, as professoras procuravam escrever primeiro os avanços e posteriormente o problema ocorrido. Os relatos e as conversas eram sempre no sentido de obter informações sobre o cotidiano familiar e orientar os pais sobre como lidar com seus filhos nas dificuldades apresentadas. Solicitava-se que destinassem um mínimo de tempo para conversar com os filhos sobre atividades escolares, para olhar os livros e cadernos e que não batessem nas crianças. As professoras estavam ensinando que os conflitos e as divergências deveriam ser resolvidos pelo diálogo. Isso causou surpresa aos alunos, que não acreditavam que seus pais deixariam de bater neles após uma conversa com as professoras, quando normalmente o que acontecia era o inverso.

Esse fato foi muito importante para ambas as partes, pois acreditavam que valia a pena conversar para resolver os problemas, até mesmo sobre as diferenças e de que forma elas eram percebidas pelas pessoas. Ou seja, alguns alunos não percebiam que eram preconceituosos e discriminativos, mas depois passaram a ficar mais atentos. Como as professoras conheciam as dificuldades deles em lidar com sua própria história, realizaram algumas atividades que iriam ao encontro do que queriam. Logo, cada aluno deveria comentar sobre uma característica que o diferenciava dos demais colegas, e, no segundo momento, algo que tinha em comum com os demais. Durante as falas, os alunos se ajudaram mutuamente e se reconheceram em suas diferenças e semelhanças. Cada um teve uma história para contar. Uns contaram que não tinham mãe, outros que o pai estava preso,

outros que foram criados pelos avós, e os outros restantes teriam sido rotulados pela sociedade por serem L.A.

É importante lembrar que, no início do PIC, as turmas não se aceitavam devido as suas diferenças. Durante o trabalho, as professoras também aproveitaram a ocasião para mostrar que nem todos os professores eram iguais: existem uns mais calmos e outros mais agitados. E, no caso desta U.E., havia até professores com deficiência física.

Enfim, os educandos e educadores tiveram muito a aprender uns com os outros. Aprenderam a conversar, a ter paciência para construir (com os alunos) uma proposta de trabalho que não fosse conflitante. O compromisso com os alunos ajudou a superar as diferenças entre os alunos e construir novas semelhanças entre eles para realização com outras turmas de inclusão.

Concluimos que um bom trabalho com projetos de inclusão deve partir da discussão de todos os professores, a equipe gestora e alunos. A criação de espaço para socializar trocas de experiência, refletir sobre a teoria e a prática em processo de formação em serviço deve ser constante. Acreditamos que a partir desses momentos de troca é que poderemos avançar em nossa formação profissional e na elaboração de um bom projeto político-pedagógico para a escola, que possa atender a demanda de inclusão social de nossos alunos. Poderemos também construir estratégias e possibilidades para a superação dos novos desafios que a contemporaneidade traz para o cotidiano escolar.

Levando-se em conta as dificuldades encontradas, mas com o coração nos caminhos bem-sucedidos, sabemos que é possível encontrar possibilidades de intervenção com os alunos que se encontram à margem da sociedade. Alunos que são frutos da marginalidade e discriminação, da violência, desacreditados muitas vezes do sucesso no processo ensino-aprendizagem.

Acreditamos que a realização do PIC, como qualquer outro projeto, somente é possível a partir da reflexão de que a teoria pode ajustar-se à prática e vice-versa, possibilitando a construção de uma prática mais reflexiva e de sucesso. Para tanto, é preciso que haja um trabalho planejado e organizado entre os educadores, tendo os alunos como centro do processo ensino-aprendizagem, fazendo com que o conhecimento auxilie na superação

dos desafios do cotidiano escolar, na construção de novas possibilidades de intervenção pedagógica e na retomada do desejo de os alunos buscarem a aprender a aprender através de novos desafios.

4.6. Frutos: novos caminhos e novos destinos

A educação inclusiva é a educação para todos. Visa reverter o percurso da exclusão ao criar condições, estruturas e espaços para atender a diversidade de educandos. Assim, a escola será inclusiva quando transformar, não apenas a infraestrutura das escolas, mas a postura, as atitudes e a mentalidade dos educadores e da comunidade escolar em geral, para aprender a lidar como o heterogêneo e conviver naturalmente com as diferenças. Os sistemas de ensino devem dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos, pois o movimento inclusivo nas escolas, por mais contestado que ainda seja, até mesmo pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica e pela ética do seu posicionamento social.

O momento é de refazer a educação escolar, seguindo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais.

A sustentação de um projeto escolar inclusivo implica necessariamente não só mudanças nas propostas educacionais da maioria das nossas escolas, mas também pressupõe uma organização curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretores, pais, alunos e todos os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere.

As propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusiva de ensino refletem-se no próprio meio físico, social, cultural em que a escola se localiza. E devem ser elaboradas a partir de um estudo das características desse meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, elas não são utópicas, e demandam inúmeras ações, que são descritas e estruturadas no plano político-pedagógico de cada escola.

De acordo com a Prof^a Dra. Leny Magalhães Mrech, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, os projetos da escola devem apresentar as seguintes características:

1 – Um direcionamento para a comunidade – Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização, o mais próximo possível do aluno normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança, portadora de deficiência na comunidade.

2 – Vanguarda – Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

3 – Altos padrões – Há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

4 – Colaboração e cooperação – Há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de autoajuda.

5 – Mudando os papéis e responsabilidades – A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

6 - Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços – Gradativamente, a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para a superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade.

7 – Parceria com os pais – Os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.

8 – Ambientes educacionais flexíveis – Os ambientes educacionais têm que visar ao processo ensino-aprendizagem do aluno.

9 – Estratégias baseadas em pesquisas – As modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, alunos, pais e professores.

10 – Estabelecimento de novas formas de avaliação – Os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender as necessidades dos alunos portadores de deficiência.

12 – Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica – Os participantes da escola inclusiva deverão dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.

A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

Segundo relatório da ONU, todo o mundo se beneficia da educação inclusiva. Veja as vantagens:

Estudantes com deficiências:

- aprendem a gostar da diversidade;
- adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas;
- demonstram crescente responsabilidade e melhor aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não;
- ficam mais bem preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada: entendem que são diferentes, mas não inferiores.

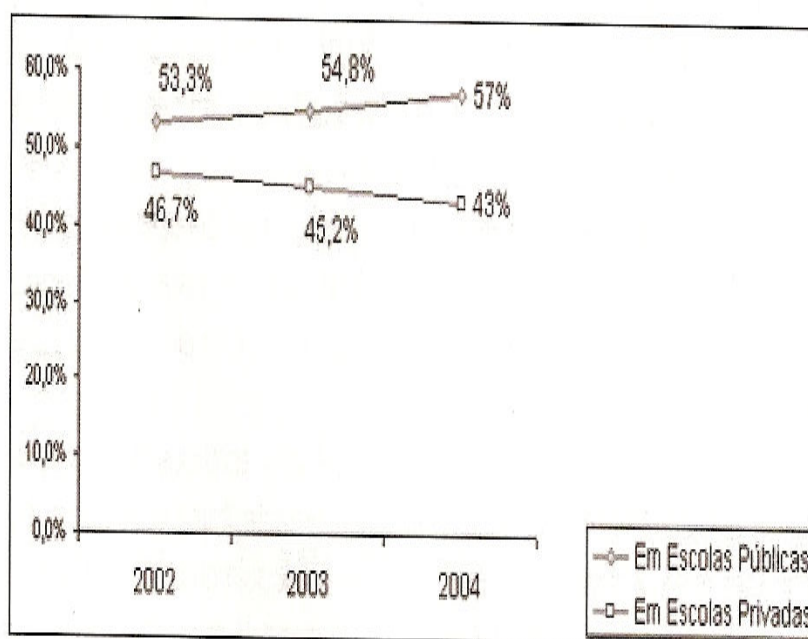
O MEC avalia, através do Censo Escolar, um avanço na educação inclusiva.

Tabela 2 – Matrículas na educação especial – 2002 a 2004

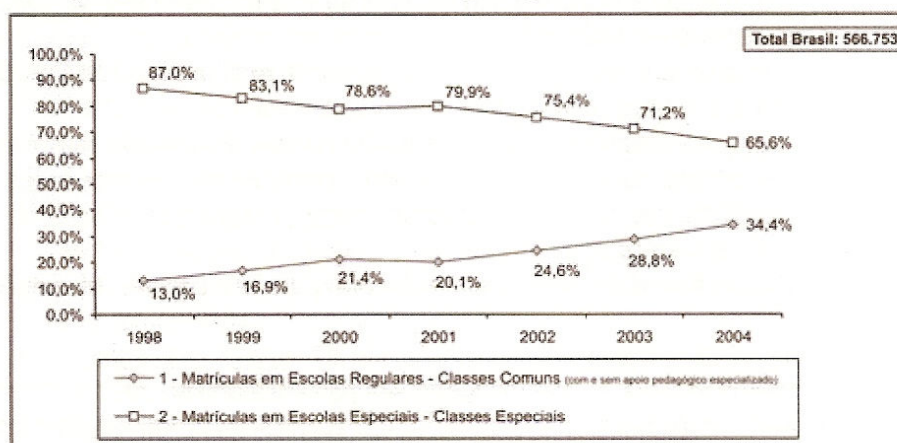
Ano	Total Brasil				
	Total	Públicas	Públicas %	Privadas	Privadas %
2002	448.601	239.234	53,3%	208.367	46,7%
2003	504.039	276.261	54,8%	227.778	45,2%
2004	566.733	323.238	57%	243.495	43%

Fonte:NEC/INEP (Curso Escolar 2002 a 2004)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



Coordenação Geral de Planejamento



Fonte: Censo Escolar - MEC/INEP

Os desafios de promover no Brasil uma escola pública inclusiva e de qualidade vêm apresentando bons resultados, conforme os dados levantados pelo Censo Escolar 2004/INEP. Percebe-se, no quadro acima, que nos últimos três anos houve um avanço significativo das matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais, com um aumento na esfera pública, representando 57% dos 566.753 alunos.

O Censo indicou ainda que, além de superar a esfera privada em número de matrículas a partir de 2002, as escolas públicas, em 2004, já

concentram 57,7% dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de escolas regulares. E a tendência é atender, a cada ano, um número maior de alunos através do Programa Educação Inclusiva.

Isso porque existe hoje, dentro da Secretaria de Educação Especial do MEC, um movimento cada vez mais frequente de estímulo para que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam recebidos pelas escolas públicas inclusivas.

A inclusão escolar, enquanto política educacional, tenta resgatar uma dívida com um segmento populacional que, historicamente, tem ficado à margem da sociedade. Reflete, também, a inequívoca opção, socialmente construída, pelo princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, bem como pelos valores de respeito e valorização da diversidade, direto à igualdade de oportunidades e condições para o exercício da cidadania.

Estratégias para chegar à educação inclusiva

As escolas podem iniciar o processo de inclusão nas salas de ensino regular através das dinâmicas, como no exemplo abaixo.

Através do Pôster “**TODOS JUNTOS, APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS**” e as atividades a seguir descritas, a escola faz uma dinâmica que ajuda os alunos a vencer preconceitos e substituir sentimentos, como medo, raiva, pena ou repulsa, por empatia, solidariedade e respeito.

Comece a aula perguntando aos alunos se eles conhecem dois seres vivos iguais. Use as figuras dos quadrinhos como exemplo de que não apenas nós humanos somos muito particulares. Se alguém responder que existem gêmeos idênticos, questione as diferenças de temperamento que geralmente esses irmãos apresentam.

Incite um debate: Como seria o mundo se todos fossem iguais, pensassem da mesma maneira, tivessem os mesmos gostos, desejos e sonhos e agissem do mesmo modo? Mostre as vantagens de as pessoas serem diferentes, pois isso origina diversas contribuições para a sociedade.

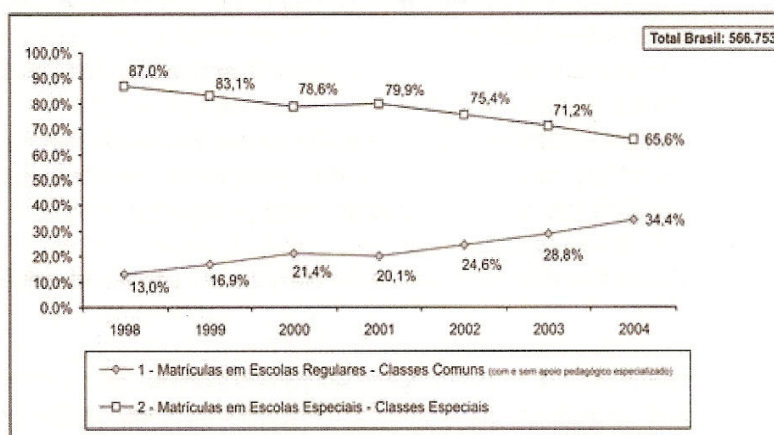
Esta pesquisa foi feita com a pretensão de apresentar de perto as complexidades e heterogeneidades da cultura e o clima da escola quando o

gestor trabalha com a inclusão social, os problemas pedagógicos de adaptação da grade curricular como sistema único na rede de ensino e as resistências dos professores nos momentos de formação continuada junto ao coordenador pedagógico nas H.T.P.C.

O professor deve ter plena consciência do trabalho desenvolvido em sala de aula, ter conhecimento objetivo dos conteúdos a serem ensinados. Ele, por se destacar mais em sala de aula, torna-se uma referência a seus alunos. Sabemos que a visão de sujeito agente da sociedade que o aluno constituirá, assim como suas vivências sociais, será fortemente influenciada pelos relacionamentos desenvolvidos na escola. Por isso, a importância de o educador refletir sobre seu comportamento, os conteúdos ministrados em sala de aula, sua relação com os alunos em grupos e individualizados, para poder desenvolver bem o seu trabalho de integração entre as crianças normais e especiais.

Secretaria de Educação Especial Coordenação Geral de Planejamento

Evolução da política de atendimento da educação especial – de 1998 a 2004



Fonte: Censo Escolar – MEC/INEP

Percebemos por estes dados que o MEC está empenhado em ampliar cada vez mais a oferta de educação de adolescentes e jovens com passagem na Fundação Casa, incluídos nas escolas públicas próximas de suas residências, e parcerias com os municípios vizinhos, tornando realidade os direitos de cidadania garantido pela Constituição Federal de 1988. Mas, para que isso ocorra, é fundamental que os educadores se sintam apoiados e subsidiados tecnicamente na tarefa de integrar esses alunos à rede regular de

ensino. É importante que se reflita sobre o papel do educador e sua prática pedagógica, além de obter informações básicas sobre as deficiências. Afinal, o professor é o alicerce da construção de uma cidadania democrática que possibilita a *Educação para Todos*, como proclamado na conferência mundial sobre a “Educação para todos”.



Poetizando com Paulo freire:

A ESCOLA INCLUSIVA

Escola é... o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadras, programas, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo, gente que trabalha, gente que estuda, gente que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”. Nada de conviver com as

peças e depois descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como o tijolo que forma a parede indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, e se “amarrar nela”! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil, estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.

(Paulo Freire)

Vemos agora o Estatuto da Criança e do Adolescente – leitura
poética

Eliakin Rufino - *Janeiro/1995* / FORUM DCA / RORAIMA

Todos nós temos direitos
uns menos outros mais
mas existem alguns
direitos
chamados fundamentais
direito fundamental
é o direito de nascer
o direito de mamar
o direito de crescer
direitos fundamentais
todos temos que saber
se quisermos garantir
o direito de viver
Nós temos tantos direitos
que não podemos contar
o direito de ir e vir
o direito de opinar
o direito de brincar
de procurar diversão
o direito de criar
o direito de expressão
nós temos tantos direitos
que é importante observar
se a vida nos dá direitos
direito é participar
Conviver com nossos pais
com os amigos e vizinhos
é direito e é razão
pra não vivermos
sozinhos
os nossos pais
verdadeiros
ou nossos pais adotivos
formam a nossa família
nos tornam ainda mais
vivos
com amor e amizade
é que podemos crescer
faz parte da nossa vida
a arte de conviver
O trabalho é um direito
é preciso trabalhar
observando a idade
o modo certo e o lugar

crianças e adolescentes
têm direito à proteção
antes de ter trabalho
têm que ter educação
pois só o conhecimento
é uma boa orientação
podem possibilitar
a escolha da profissão
Também é nosso direito
o direito de saber
investigar, pesquisar,
observar e conhecer
não basta a escola da
vida
para ensinar a viver
o professor e o livro
ajudam a compreender
o cinema e o museu
a biblioteca e a TV
o estudo é permanente
ninguém pára de aprender
Mas em questão de direito
temos que ter atenção
pra que o direito não sofra
ameaça ou violação
está decretado agora
e para sempre será
a lei é pra prevenir
não dá pra remediar
crianças e adolescentes
são seres em formação
quem não cuida da
semente
perde toda plantação
As crianças têm direitos
e nós a obrigação
de oferecer atendimento
e especial atenção
pra que ninguém sofra
abuso
crueldade ou opressão
nem seja submetido
a qualquer exploração
a família e a sociedade

o Estado e a União
todos são responsáveis
por essa proteção
Porém se a criança erra
comete uma transgressão
o castigo com violência
não é a melhor solução
está provado e
comprovado
não há por que duvidar
o ser humano que erra
pode voltar a acertar
nós temos tantos direitos
até o direito de errar
o milagre da existência
é a gente poder mudar
Crianças e adolescentes
só poderão ser felizes
se crescerem sem
traumas
sem cortes sem cicatrizes
se os pais tiverem
trabalho
justiça e dignidade
ensinarão aos seus filhos
o amor e a liberdade
ser livre é crescer com fé
com alegria e esperança
é saber olhar o mundo
com os olhos de criança
A lei é linda porque
sem lei não há liberdade
sem liberdade não pode
existir felicidade
a liberdade não é
fazer o que se pretende
ser livre é cumprir a lei
assim a gente se entende
crianças e adolescentes
merecem ser respeitados
para que todos tenham
seus sonhos realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi um estudo de caso exploratório de uma escola de Mauá. O caminho percorrido fez-se pelo estudo de aspectos dessa escola pública localizada na periferia da cidade de Mauá, na qual nos deparamos com uma realidade bastante árdua, com muitos enfrentamentos – desde questões de gestão escolar à falta de estrutura familiar.

Após este longo percurso, de caminhos e conflitos, mas acima de tudo, de muitas aprendizagens, podemos, mesmo que momentaneamente, concluir algumas coisas. Contudo, mais que conclusões provisórias, esperamos que estas reflexões suscitem novas investigações para outros pesquisadores, e quiçá caminhos mais serenos para a construção do saber e da convivência social.

Diante da realidade encontrada, podemos inferir que se faz necessária uma urgente reformulação dos currículos escolares, investimentos das políticas públicas na educação de base, melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas e formação continuada de professores da rede, visando que estes possam desenvolver competência pedagógica em seus múltiplos aspectos. Que gestores e educadores sejam humanos, éticos, reflexivos, competentes e saibam lidar com a diversidade humana, fazendo desta uma possibilidade de crescimento mútuo.

É necessário urgentemente se investir mais nas políticas públicas para subsidiar as comunidades mais carentes e minimizar o desemprego, a fome e a miséria. Deve-se fazê-lo urgente, na perspectiva de reverter situações de indisciplina, exclusão e dificuldades na aprendizagem.

Foi nosso desejo aqui trazer à luz o papel da escola, do educador e da família no processo de inclusão escolar em seus múltiplos aspectos. Deu-se ênfase à questão dos alunos de Liberdade Assistida, devido às várias necessidades de aceitação e necessidade de aprendizagem, procurando incluí-los na sala regular de ensino, enfrentando um desafio muito pertinente que é desenvolver suas habilidades de comunicação e raciocínio lógico – para uma aprendizagem satisfatória.

Dispusemo-nos à realização de uma pesquisa que pudesse fornecer importantes informações sobre as possibilidades de desenvolvimento

desse sujeito com necessidades educativas especiais, tanto para o mundo acadêmico quanto para os profissionais que trabalham com a política de inclusão.

Pomo-nos a refletir por que resistimos tanto à mudança, se somos nós os responsáveis pela transformação de pensamento, de atitude e comportamentos através do ensino. Se somos nós mesmos que temos a responsabilidade de educar uma sociedade futura. Será que não acreditamos nisso? Queremos manter muitas vezes o mesmo padrão de tratamento e ensino?

Lançamo-nos em busca de respostas que gradativamente foram encontradas, cujos resultados foram descritos ainda há pouco.

Frente às respostas que encontramos, duas se enaltecem. A primeira é a de que toda a inclusão deve seguir por caminhos de um trabalho pedagógico sistematizado e enriquecedor, podendo-se estimular novas competências e habilidades ora adormecidas.

A segunda é a de que o “cuidado”, o acolhimento da escola, do gestor, dos docentes e da família são os pilares que sustentam e permeiam a vida do ser humano, especialmente aqueles que apresentam altos índices de carência e dificuldades na aceitação e aprendizagem dos conteúdos de leitura e escrita.

Podemos inferir neste momento que, para termos uma escola inclusiva, não basta ter instalações modernas, ser contemporânea e atenda às necessidades e exigências da comunidade onde ela está inserida. Atualmente, com a comunidade escolar sendo mobilizada por diversos setores, exige-se uma educação que busque soluções extremamente complexas para essa cultura efêmera. Realmente, a educação que tem a função primordial de auxiliar esta nova sociedade a rever alguns procedimentos que se fazem discriminatórios e senis. A educação brasileira deve ser um espaço/cultura na qual todos os educandos possam ter as mesmas oportunidades de ensino-aprendizagem, de inclusão sem discriminação.

Em relação ao corpo técnico escolar, podemos perceber que a profissão do gestor aos poucos foi se decompondo e, com isso, sua autoestima foi se degradando. Ao ponto que, estamos tentando fazer dessa entidade escolar que muitas vezes se encontra fragilizada, uma prática de indefinidas

inúmeras teorias e nenhum rumo... Busca-se nas teóricas algo que traga consistência, algo que possa dar um pouco mais de segurança, um farol que os ilumine neste oceano turbulento de ideias e problemas, porém, na maioria das vezes, muitas dessas ideias e teorias são desencontradas.

Tenho a convicção de que, para que a escola consiga superar a crise de discriminação e vandalismo, é necessário que haja uma verdadeira inclusão de alunos de Liberdade Assistida e de outras diferenças que fazem a diferença. Deve-se dar um salto de qualitativo não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista dos valores humanos. Pois, se a escola é constituída por pessoas, são estas que devem dar esse salto de qualidade humana, de reverência a TODAS as formas de vida.

Pelo nosso percurso, percebemos que, se o gestor não for ousado, não será um bom profissional, será apenas um reprodutor de ideias passadas e, portanto, sem capacidade de mudar o texto e o contexto realizando uma escola inclusiva, onde o que aprendemos ontem e os ensinamentos de hoje sirvam para formar e transformar o cidadão do amanhã. Sabemos que, como profissionais da educação, temos que nos atualizar para acompanharmos as rápidas mudanças que estão ocorrendo na sociedade mundial.

Espero poder contribuir com este trabalho para a ampliação e efetiva prática de inclusão escolar, mostrando para todos os gestores e professores que muitas vezes é fácil oferecer a vaga, o difícil e mais importante é fazer a diferença em meio a tantas diferenças, em meio a complexidade da diversidade.

Aprendi muito como gestora de uma escola inclusiva e com tudo que vivi, ao longo de todos esses anos de convivência. Aprendi a ter mais clareza de pensamento, a tratar as coisas simples com a merecida importância e as coisas importantes com a devida simplicidade. Tenho certeza de que na minha prática profissional aprendi que, por delegar poder e não apenas tarefa a todas as equipes com as quais lidei, é que construímos juntos um ambiente feliz de respeito e fraternidade, na esperança de que o amanhã haverá um outro a ser incluindo novamente, neste mundo tão diferente...e belo!

Estamos certos de que as inteligências não se esgotam nelas mesmas, ao contrário, elas se complementam. Dessa forma, cabe à escola promover um espaço prazeroso e educativo pautado na inclusão.

Assim, será possível conquistar-se um mundo para TODOS, onde a inclusão possa ser realmente verdadeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALONSO, Myrtes, **Gestão educacional e tecnologia: formação de educadores**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- ALQUINO, Julio Groppa (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.
- ALVES, Maria Dolores Fortes. **De professor a aducador**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- BRASIL – Ministério da Educação e do Desporto – Secretária da Educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais: 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental I** – Introdução dos Parâmetros Curriculares.
- BRASIL – Ministério da Educação e do Desporto – Secretária da Educação Fundamental – **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental II** – Introdução dos Parâmetros Curriculares.
- BRITO, Regina Lúcia Giffoni Luz. **Texto apresentado na 31º Reunião da ANPED, em 22 de outubro de 2008**. Publicado em Anais em CD – ISBN 978-85-60316-10-6.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CARVALHO, Sonia Nahas de et al. Situação educacional e condições sociais. In: **20 anos no ano 2000: estudos sócios demográficos sobre a juventude paulista**. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo: SEDE, 1998.
- CIAMPA, Antônio da C. In. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**, 7. ed. São Paulo: Cortez; Instituição Paulo Freire, 2003.

ESCOLA: espaço de construção da cidadania: In: **Ideias**, 24. São Paulo: FDE, 1994.

FELDMANN, Marina Graziela. **Educação e mídias alternativas: formando professores**. São Paulo: PUC, 2005.

BRITO, Regina Lúcia Giffoni Luz. **O trabalho docente: teoria & prática; Escola Pública: representações, desafios e perspectivas; Escola: cultura, clima e formação de professores**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Capareto: **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**, 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

INBÉRNON, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. **O trabalho docente**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

- LIBÂNEO, J. C; J.F, TOSCHI, M,S. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MACEDO, Lino. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MORIN. Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.
- MYRTEES, Alonso. Formação de gestores escolares: um campo de pesquisa a ser explorado (cap. 1). In: **Tecnologias na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática de escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- PERRENOUD, Phillippe; THURLER, Mônica Gather. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**, 36. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- STAINBACK. Suzan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- TORRES, Rosa María. **Educação para todos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)